

RELATÓRIO DE GESTÃO 2022



Tribunal Regional Eleitoral
do Paraná

Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

Rua João Parolin, 224 - Prado Velho - CEP 80.220-902 | (41) 3330-8500

Visite a página do TRE-PR para obter contatos e outras informações: www.tre-pr.jus.br

A reprodução de parte ou do todo desta publicação está permitida desde que citada a fonte.

Elaboração: Secretaria da Presidência e Seção de Planejamento Estratégico – SPE

Diagramação e design: Seção de Planejamento Estratégico – SPE e Seção de Comunicação Visual - SECOM.

Fonte dos dados: setores diversos do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, Tribunal Superior Eleitoral e Conselho Nacional de Justiça (Relatório Justiça em Números).

Brasil. Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

Prestação de Contas Ordinária Anual: Relatório de Gestão do Exercício de 2022. – Paraná: TRE–PR/SPE, 2022.

165 p.

MEMBROS DO COLEGIADO

Desembargador Wellington Emanuel Coimbra de Moura

Presidente

Desembargador Fernando Wolff Bodziak

Vice-Presidente e Corregedor

Desembargador Mario Helton Jorge

Desembargador Substituto

Desembargador Dartagnan Serpa Sa

Desembargador Substituto

Doutora Flávia da Costa Viana

Juíza Estadual

Doutor Rodrigo Otávio Rodrigues Gomes do Amaral

Juiz Estadual

Doutor Carlos Maurício Ferreira

Juiz de Direito Substituto

Doutora Melissa de Azevedo Olivas

Juíza de Direito Substituta

Desembargadora Claudia Cristina Cristofani

Juíza Federal

Desembargador João Pedro Gebran Neto

Juiz Federal Substituto

Doutor Thiago Paiva dos Santos

Jurista Titular

Doutor José Rodrigo Sade

Jurista Substituto

Doutor Roberto Aurichio Junior

Jurista Substituto

MEMBROS DA SECRETARIA

Doutor Valcir Mombach

Diretor Geral

Josmar Ambrus

Secretaria da Presidência

Solange Maria Vieira

Secretária de Planejamento e Logística de Eleições e de Inovação

Danielle Cidade Morgado Maemura

Secretária Judiciária

Mônica Miranda Gama Monteiro

Secretária da Corregedoria Regional Eleitoral

Lilian Gasparin

Secretária de Administração

Helton José Sanchez

Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade

Sérgio Luiz Maranhão Ritzmann

Secretário de Gestão de Pessoas

Gilmar José Fernandes De Deus

Secretário de Tecnologia de Informação

Marden Lincoln Amaral Machado

Secretário de Comunicação Social

Hillene de Cassia Sbalqueiro Silva Meira

Secretária de Auditoria Interna

APRESENTAÇÃO

Relatório de Gestão do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – Exercício 2022

O presente relatório, elaborado de acordo com as diretrizes do Tribunal de Contas da União (Instrução Normativa TCU nº 84/2020 e Decisão Normativa TCU nº 198/2022), tem como objetivo apresentar à sociedade e ao TCU os resultados da gestão do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná no exercício de 2022.

ESTRUTURA

- MENSAGEM DO PRESIDENTE
- VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO
- RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS
- GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO
- INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS
- ANEXOS E APÊNDICES

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Lastreado na coragem, esmero, seriedade e transparência de seus magistrados e servidores, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná cumpre sua missão institucional ao garantir, no ano de 2022, Eleições limpas, seguras e legítimas para mais de 08 milhões de eleitores distribuídos em 399 municípios, não obstante as constantes campanhas de desinformação e sistemáticos ataques sofridos pelo Poder Judiciário.

O desfecho do pleito eleitoral realizado no ano de 2022, no qual, como em outros pleitos, não fora constatada qualquer fraude, coroou o trabalho de excelência realizado pelos citados magistrados e servidores, bem como pelos milhares de colaboradores convocados pela Justiça Eleitoral do Paraná. É com o sentimento de dever cumprido, conduzido pela visão institucional de consolidar a credibilidade da Justiça Eleitoral e em atendimento às orientações e determinações do TCU, especialmente aquelas pre-

vistas na DN TCU 198/2022, que o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná apresenta o Relatório de Gestão – ano 2022, elaborado à luz dos princípios relacionados no artigo 4º, da Instrução Normativa TCU nº 84/2020, tais como foco estratégico e no cidadão, conectividade da informação, relações com partes interessadas, materialidade, concisão, confiabilidade e completude, coerência e comparabilidade, clareza, tempestividade e transparência.

Apresenta-se, a seguir, os principais valores entregues à sociedade, tais como o cadastro eleitoral; as informações relativas aos pleitos eleitorais promovidos no ano de 2022, notadamente as Eleições Gerais e a Eleição Suplementar de Agudos do Sul; as atividades realizadas para promover a conscientização política e ampliar o relacionamento com a sociedade; e a prestação jurisdicional.

Tais entregas são resultado da consecução dos objetivos estratégicos da organização,



os quais conduzem o Tribunal ao exercício de sua missão institucional de garantia e entrega do processo eleitoral com transparência e excelência em todas as suas frentes de atuação, como a prestação jurisdicional célere e produtiva, a segurança na preparação e organização das eleições, o fortalecimento da política nacional de proteção de dados, o relacionamento institucional com a sociedade, a promoção da sustentabilidade e o aperfeiçoamento da governança judiciária e da gestão administrativa, financeira e de pessoal.

De todo o conteúdo apresentado, alguns eventos merecem destaque.

O primeiro deles é a conquista, pelo TRE-PR, do prêmio Diamante, categoria de avaliação máxima existente no “Prêmio CNJ de Qualidade 2022”, prêmio que avalia todos os tribunais do país relativamente à governança, produtividade, transparência de dados e tecnologia.

Saliente-se, também, que este Tribunal logrou êxito em dar pleno e efetivo cumpri-

mento a todas as metas nacionais estabelecidas pelo CNJ ao segmento da Justiça Eleitoral para o ano de 2022, destacando-se a superação de 100% do resultado verificado nas metas nacionais nº 01, 02 e 04.

Motivo de orgulho para este Tribunal, o Projeto “Justiça Eleitoral Integrativa – Cidadania Plena”, garantiu a instalação, de forma inédita, de 07 (sete) seções eleitorais em hospitais e instituições de longa permanência para idosos. No cerne desse projeto também se realizaram campanhas de incentivo ao voto dos idosos e mutirão direcionado ao atendimento eleitoral de comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras.

Ainda no eixo das campanhas de incentivo ao exercício do voto, com vistas a manter estreito o contato com jovens eleitoras e eleitores, foram realizadas mais de mil reuniões, na capital e no interior, entre juízes e servidores da Justiça Eleitoral junto a diretores de escolas e estudantes, bem como campanhas de estímulo do voto jovem em redes sociais como o TikTok, plataforma

na qual este Tribunal possui mais de 17 milhões de visualizações e 73 mil seguidores (recorde entre órgãos públicos brasileiros).

Relativamente à proximidade do Tribunal ao público jovem e incentivo ao despertar da cidadania, insta salientar a continuidade, no ano de 2022, de ações com sucesso já consolidado, como os Projetos “Parlamento Jovem”, “Eleitor do Futuro” e “Tribunal Eleitoral Jovem”, bem como o lançamento do projeto “Chegou a hora #EuVoto!”.

De outro lado, no período em tela, as ações de capacitação e qualificação promovidas pela organização em prol de seu quadro técnico também foram bastante frutíferas, destacando-se a contratação, pela Escola Judiciária Eleitoral do Tribunal, de 61 cursos, que totalizaram 639 servidores capacitados.

Ainda nessa seara, urge mencionar a adesão da instituição ao “Projeto Capacitação Nacional”, idealizado pela Escola Judiciária Eleitoral do TSE a fim de alinhar ações de capacitação relativas às Eleições Gerais de

2022, por meio da qual a Escola Judiciária do TRE-PR selecionou 14 das oficinas disponibilizadas, as quais tiveram servidores do próprio quadro atuando como facilitadores, tendo como resultado a capacitação de inúmeros magistrados e servidores.

Visando a qualidade de vida e de trabalho dos servidores, o TRE-PR manteve o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT), que possui como pilares a promoção da saúde, a prevenção de doenças e o autodesenvolvimento. O programa sistematiza as principais ações de qualidade de vida da instituição, separadas em quatro dimensões: física, emocional, social e espiritual.

Nesse aspecto, tiveram destaque, em 2022, a atuação de psicólogo contratado em casos pontuais e na prevenção de doenças mentais, o incremento no quantitativo de médicos, a contratação de ginástica laboral, a realização de palestras para prevenção de doenças físicas e mentais e a ampliação da oferta do teletrabalho aos

servidores que, no projeto piloto de 2018 contava com apenas dois funcionários e, ao final de 2022, anotava 132 servidores sob tal regime, atentando-se ao limite estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça, e sem descuido da continuidade de prestação de todos os serviços pela Justiça Eleitoral de forma presencial, para atendimento à população não incluída digitalmente.

Na área de sustentabilidade, promoveram-se ações para redução de consumo de recursos naturais e para redução de poluentes, com destaque para a obtenção do “Selo Clima Paraná, edição 2022”, caracterizando o TRE-PR como único órgão do Poder Judiciário a receber tal Selo, que reconhece as organizações locais, públicas e privadas, comprometidas com o desenvolvimento sustentável e a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

Relativamente à acessibilidade, registra-se que o Tribunal conta com unidade própria voltada a planejar e desenvolver ações que qualificam a Justiça Eleitoral do Paraná

como instituição acessível e inclusiva, com empatia, inovação e iniciativa. Nesse ponto, o ano de 2022 foi marcado, dentre outras ações, pela contratação de obras de reformas na acessibilidade de 08 fóruns eleitorais do interior do estado.

No ano sob análise também foram realizadas atividades de natureza correccional, com vistas à orientação, fiscalização e inspeção dos serviços eleitorais, nos quais foram avaliados o funcionamento e a regularidade das serventias eleitorais. Em conformidade com as diretrizes da Corregedoria-Geral Eleitoral, as inspeções foram realizadas no formato de Autoinspeção anual em todas as Zonas Eleitorais do Estado, no formato de Autoinspeção Inicial em 25 Zonas Eleitorais, no formato de Inspeção de Ciclo em 24 Zonas Eleitorais e, em apenas uma Zona Eleitoral, na forma de Correição Extraordinária.

Sob o vértice do Plano de Auditoria de Longo Prazo – PALP, em 2022 foram realizadas 05 auditorias e 02 consultorias.

Na área da governança e gestão de licitações e contratos, o período em tela foi marcado pelas adaptações da organização à nova Lei de Licitações (Lei nº 14133/2021), com a criação de grupo de trabalho para estudo do novo normativo, bem como de nova Coordenadoria de Planejamento das Contratações. Na gestão administrativa, por seu turno, a instituição deu continuidade à regularização imobiliária, realizando a contratação para unificação de terrenos localizados em 17 diferentes municípios, de forma a viabilizar o andamento do processo de averbação dos imóveis dos Fóruns Eleitorais. Assim procedendo, o Tribunal totalizou, em 2022, 114 imóveis averbados, o que representa 71,69% dos imóveis em uso pelo Tribunal.

Entretanto, foi no campo da garantia da lisura do processo eleitoral e consolidação da credibilidade da Justiça Eleitoral que este Tribunal atuou de forma substancial no ano de 2022.

Nesse sentido, foram realizados ENCONSEGs – Encontros Regionais de Combate

à Desinformação, Fomento à Inteligência e à Segurança do Processo Eleitoral e Urnas Eletrônicas, entre a Presidência do Tribunal e comando da Polícia Militar em 153 cidades do interior do estado, a fim de apresentar medidas e informações úteis à garantia da segurança das Eleições em todo o estado do Paraná.

Além desses encontros, foram realizadas diversas reuniões com órgãos de segurança do estado do Paraná, com a participação do Centro Integrado de Comando e Controle do Paraná, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Militar, com a finalidade de promover o alinhamento com os órgãos de segurança do estado do Paraná, elaborar o plano de segurança das eleições e garantir a normalidade da votação. Além dos debates relativos à segurança do pleito, foram apresentadas aos agentes e às autoridades estaduais questões relacionadas ao planejamento das eleições, aos procedimentos da auditoria das urnas eletrônicas, e o programa “Gralha Confere”, central desenvolvida pelo

TRE-PR para a checagem de notícias e combate à desinformação.

Em linha com a preocupação manifestada no âmbito de todo o Poder Judiciário, houve incremento na segurança digital da instituição com a criação da Seção de Segurança Cibernética, vinculada à Secretaria de Tecnologia da Informação e voltada à prevenção de ataques cibernéticos e manutenção da segurança da rede, sistemas e dados da Justiça Eleitoral Paranaense.

Também no campo da garantia da segurança das Eleições e do combate às notícias falsas, o TRE-PR firmou parceria com o Instituto Mais Cidadania, responsável pela criação do aplicativo “Fake ou News”, ferramenta lúdica de combate à desinformação sobre o sistema eleitoral. Didaticamente e em forma de jogo, o aplicativo esclarece mitos e verdades sobre as eleições.

Interessante registrar, ainda relativamente ao tema da segurança e higidez das eleições, que o Tribunal recepcionou dois representantes das Forças Armadas durante as ceri-

mônias de geração de mídias e carga e lacração de urnas eletrônicas das zonas eleitorais de Curitiba, os quais também participaram, juntamente com auditores e observadores nacionais e internacionais, dos testes de Integridade e Autenticidade realizados na sede do Tribunal, nos quais foram auditadas 35 urnas em cada turno das Eleições Gerais de 2022.

Nesse ponto, oportuno mencionar, paralelamente às auditorias determinadas pelo Tribunal Superior Eleitoral, a realização de Projeto-Piloto de auditoria, em Curitiba, no qual duas urnas eletrônicas foram auditadas no próprio local de votação e com a coleta biométrica dos próprios eleitores durante os dois turnos das Eleições Gerais, e a auditoria, pelo Tribunal de Contas da União, de boletins de urna de 249 seções eleitorais do estado do Paraná, mediante sorteio realiza-

do pelo próprio órgão.

Por fim, é imperioso assinalar que a atuação do Tribunal é balizada pela transparência e pelo respeito às leis, valores essenciais da instituição. Nessa linha, o presente relatório foi organizado de maneira minuciosa e esmerada, com a participação séria e uníssona de inúmeros servidores, unidades, comitês e conselhos da administração, criteriosamente em linha com o planejamento estratégico vigente.

Assim, na qualidade de Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná no ano de 2022, cumpre destacar, em conclusão, que este documento foi elaborado em consonância com a Decisão Normativa TCU nº 198/2022, assegurada a integridade, fidedignidade, completeza e exatidão das informações.

Des. Coimbra de Moura
Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná

LISTA DE ABREVIações

A3P	AGENDA AMBIENTAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ABNT	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS
ADM	ADMINISTRATIVO
ART	ARTIGO
ASSDG	ASSESSORIA JURÍDICA DA DIRETORIA - GERAL
BI	BUSINESS INTELLIGENCE
BU	BOLETIM DE URNA
CAC	CRONOGRAMA ANUAL DE EXECUÇÃO DAS CONTRATAÇÕES
CAND	SISTEMA DE CANDIDATURAS
CANDEX	SISTEMA CANDIDATURAS – MÓDULO EXTERNO
CEJA/PR	COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO
CENSE	CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO
CF	CONFORME
CF	CONSTITUIÇÃO FEDERAL
CFTV	CIRCUITO FECHADO DE TELEVISÃO
CNJ	CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
CO ²	GÁS CARBÔNICO
CETI	COMITÊ EXECUTIVO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
CODES	COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO E SAÚDE
CONSIJ	CONSELHO DE SUPERVISÃO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE
CPF	CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS
CTF	CADASTRO TÉCNICO FEDERAL
COVID -19	CORONA VIRUS DISEASE – DOENÇA DO CORONAVÍRUS - 2019
CRC	CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE

CRED	CRÉDITO
DEV	DEVOLUÇÃO
DF	DISTRITO FEDERAL
DFC	DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
DFD	DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA
DFT	DIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO
DG	DIREÇÃO GERAL
DJE	DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO
DOU	DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
DVP	DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
EBCT	EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
EGEE	EMIÇÃO DE GASES DE EFEITO ESTUFA
EJA	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
EJE	ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL
ESOCIAL	SISTEMA DE ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS
ENAJUS	ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA
ENTIC-JUD	ESTRATÉGIA NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO
ENSEC – PJ	ESTRATÉGIA NACIONAL DE SEGURANÇA CIBERNÉTICA DO PODER JUDICIÁRIO
ENCONSEGs	ENCONTROS REGIONAIS DE COMBATE À DESINFORMAÇÃO, FOMENTO À INTELIGÊNCIA E À SEGURANÇA DO PROCESSO ELEITORAL E URNAS ELETRÔNICAS
ETP	ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR
EXMO	EXCELENTÍSSIMO
FC	FUNÇÃO COMISSIONADA

FGV	FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
GAB-DG	GABINETE DO DIRETOR GERAL
GOV	GOVERNO
GSE	SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO
IBAMA	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IEC	INTERNATIONAL ELECTROTECHNICAL COMMISSION (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DE PADRONIZAÇÃO)
IGOV	ÍNDICE DE GOVERNANÇA
IGOVPESSOAS	ÍNDICE DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE PESSOAS
GOVPUBLI	ÍNDICE DE GOVERNANÇA PÚBLICA
IGOVTI	ÍNDICE DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE TI
IGOV TIC-JUD	ÍNDICE DE GOVERNANÇA, GESTÃO E INFRAESTRUTURA DE TIC NO PODER JUDICIÁRIO
IN	INSTRUÇÃO NORMATIVA
INFODIP	SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE ÓBITOS E DE DIREITOS POLÍTICOS
IPCA	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS AO CONSUMIDOR AMPLO
IGP-M	ÍNDICE GERAL DE PREÇOS - MERCADO
IOS	IPHONE OPERATING SYSTEM (SISTEMA OPERACIONAL DO IPHONE)
ISF P	INDICADOR DE SUPERAVIT FINANCEIRO PERMANENTE
JE	JUSTIÇA ELEITORAL
KG	QUILOGRAMA
KWH	QUILOWATT-HORA
L	LITROS
LED	LIGHT-EMITTING DIODE (DIODO EMISSOR DE LUZ)
LGPD	LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS
LTDA	LIMITADA

M ³	METROS CÚBICOS
MCASP	MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO
MMA	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
MPOG	MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO
MPPR	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
MOE	MISSÃO DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL
MTE	MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
NAC	NETWORK ACCESS CONTROL (CONTROLE DE ACESSO À REDE)
NBC TSP	NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE TÉCNICAS DO SETOR PÚBLICO
NBR	NORMA TÉCNICA
Nº	NÚMERO
NLLC	NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
OAB/PR	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO PARANÁ
ODS	OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
OE	OBJETIVO ESTRATÉGICO
OEA	ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS
OIDH/PR	OBSERVATÓRIO INTERINSTITUCIONAL DE DIREITOS HUMANOS
OMS	ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE
ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PAC	PLANO ANUAL DE CAPACITAÇÃO
PAC	PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES
PAD	PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL
PAA	PLANO ANUAL DE AUDITORIA
PALP	PLANO DE AUDITORIA A LONGO PRAZO
PDI	PLANO DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL
PDTI	PLANO DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
PJ	PESSOA JURÍDICA

PJ	PODER JUDICIÁRIO
PJE	PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO
PLS	PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
PORTAL BI	PORTAL BUSINESS INTELLIGENCE
PQVT	PROGRAMA DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO
PRES	PRESIDÊNCIA
PSI	POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
PTPID	PROJETOS TÉCNICOS DE PREVENÇÃO A INCÊNDIO E A DESASTRE
PUCPR	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
RES	RESOLUÇÃO
ROHS	RESTRICTION OF CERTAIN HAZARDOUS SUBSTANCES
RP	RESTOS A PAGAR
RPPS	REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
S.A	SOCIEDADE ANÔNIMA
SAPRE	SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL
SECCRE	SECRETARIA DA CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL
SECGP	SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS
SECJUD	SECRETARIA JUDICIÁRIA
SECOFC	SECRETARIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE
SECTI	SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
SEG. INF	SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
SERV.	SERVIÇOS
SGRH	SISTEMA DE GERENCIAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
SIAFI	SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL
SIC	SERVIÇO DE INFORMAÇÕES AO CIDADÃO
SIOFI	SISTEMA DE INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS
SIST. VOT.	SISTEMA DE VOTAÇÃO

SOF/TSE	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE TSE
SPCO	SEÇÃO DE PROGRAMAÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO
SRP	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
ELO	SISTEMA DE ATENDIMENTO AO ELEITOR
SPIUNET	SISTEMA DE GESTÃO DOS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DA UNIÃO
SPU	SECRETARIA DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO
STF	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
STJ	SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
TCU	TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
TDAH	TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO COM HIPERATIVIDADE
TI	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
TIC	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
TJ/PR	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ
TPS	TESTE PÚBLICO DE SEGURANÇA
TRE-CE	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
TRE-PA	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ
TRE-PB	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA PARAÍBA
TRE-PR	TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ
UE	URNA ELETRÔNICA
UG	UNIDADE GESTORA
UN	UNIDADE
UPC	UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS
UTFPR	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
VOT E APUR	VOTAÇÃO E APURAÇÃO
VPA	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS
VPD	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS
ZE	ZONA ELEITORAL

SUMÁRIO

Visão Geral Organizacional e Ambiente Externo	14
Riscos, Oportunidades e Perspectivas	40
Governança, Estratégia e Desempenho	49
Apoio da Estrutura de Governança à Capacidade de Gerar Valor	50
Estratégia	51
Resultados	52
Objetivos Estratégicos	55
Unidades da Gestão	86
Informações Orçamentárias e Financeiras	86
Execução Orçamentária	96
Gestão de Custos	99
Gestão de Pessoas	101
Gestão de Licitações e Contratos	113
Principais Contratações Precedidas de Licitação	117
Gestão Patrimonial e Infraestrutura	126
Gestão da Tecnologia da Informação	135
Sustentabilidade Ambiental	139
Supervisão, Controle e Correição	147
Informações Contábeis	149
Anexos e Apêndices	161



RELATÓRIO DE GESTÃO - 2022

VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO



IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) é um órgão público federal, pertencente a um ramo especializado do Poder Judiciário (Justiça Eleitoral). Sua principal finalidade é organizar e realizar eleições, referendos e plebiscitos no Estado do Paraná, garantindo aos candidatos e eleitores o pleno exercício dos direitos políticos.

Além da sede do Tribunal, localizada na capital do Estado, a Justiça Eleitoral do Paraná conta com 186 Zonas Eleitorais, distribuídas em 158 (cento e cinquenta e oito) municípios. Cada Zona Eleitoral é responsável pelo atendimento de 1 ou mais municípios.

Informações sobre as unidades do Tribunal podem ser obtidas [aqui](#) e sobre as Zonas Eleitorais [aqui](#).

Composição da Justiça Eleitoral

Tribunal Superior Eleitoral

Tribunais Regionais Eleitorais

Juízes Eleitorais

Juntas Eleitorais



Missão Institucional

Garantir a legitimidade do processo eleitoral e a efetiva prestação jurisdicional, a fim de fortalecer a democracia



Visão Institucional

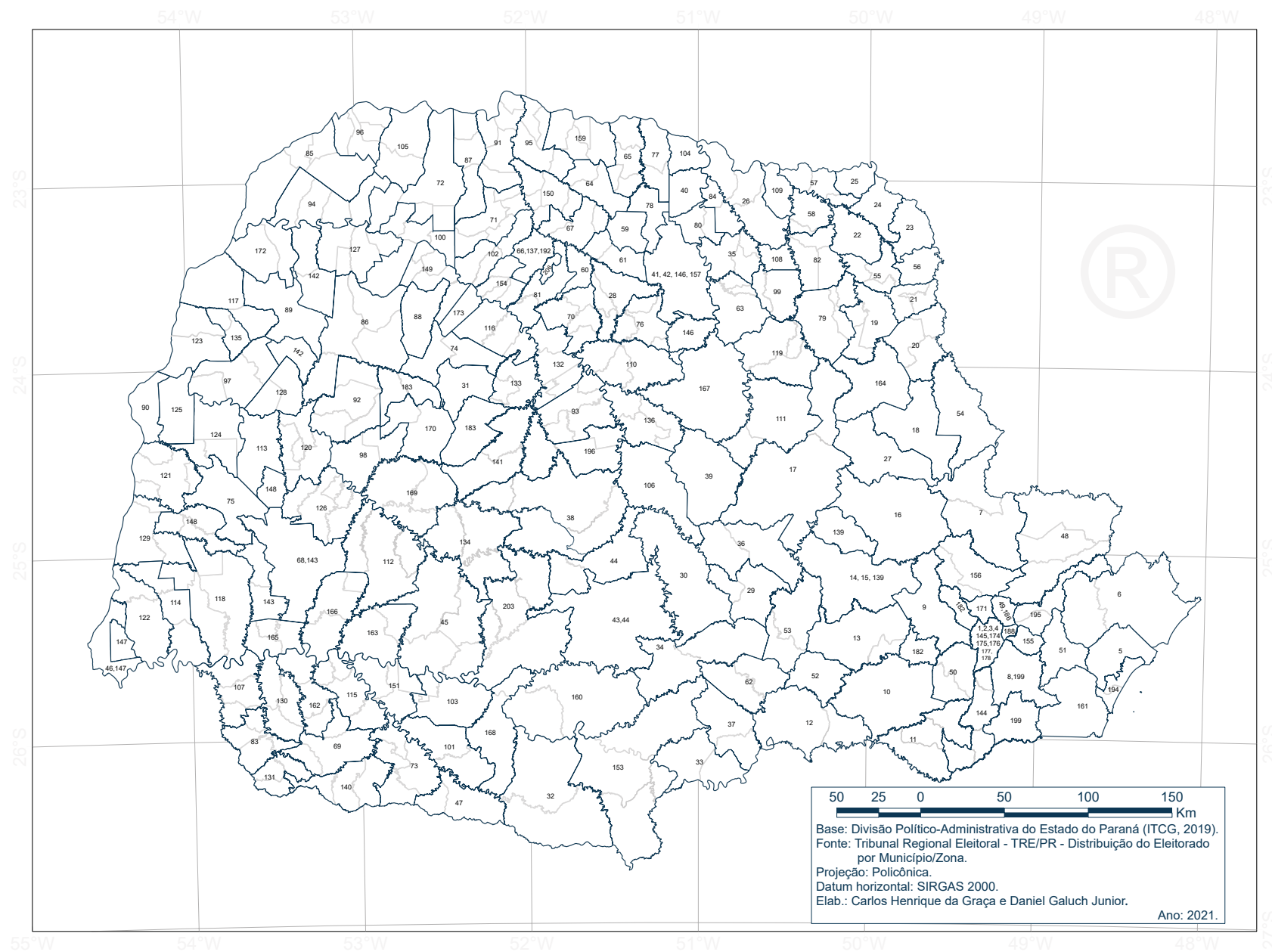
Ser reconhecida pela excelência quanto à segurança e à transparência do processo eleitoral



Valores

Integridade - Confiabilidade
Inovação - Transparência
Valorização das pessoas
Economicidade - Sustentabilidade
Acessibilidade

ZONAS ELEITORAIS



PRINCIPAIS NORMAS DE ATUAÇÃO



Regimento Interno do Tribunal – [Resolução 792/2017](#)

Regulamento da Secretaria – [Resolução 903/2022](#)



Código de Ética - [Resolução nº 709/2015](#)

Programa de Integridade - [Resolução nº 845/2019](#)



Normativos expedidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ),
pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Tribunal de Contas da União (TCU)

PRINCIPAIS ATIVIDADES

Manutenção do cadastro eleitoral atualizado.

Organização e realização de eleições, referendos e plebiscitos.

Processamento e julgamento dos pedidos de registro de candidatura relativos aos cargos de Governador e Vice-Governador, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual, Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador e das ações relativas às Eleições Gerais e Municipais.

Processamento e julgamento das Prestações de Contas apresentadas pelos partidos políticos e candidatos.

Processamento e julgamento dos crimes eleitorais e comuns que lhe forem conexos, ressalvada a competência originária do Tribunal Superior Eleitoral.

O Paraná possui 4,37% de todo eleitorado nacional, sendo o sexto Estado em número de eleitores no país. Saiba mais [aqui](#)

PRINCIPAIS DESTINATÁRIOS



Eleitores

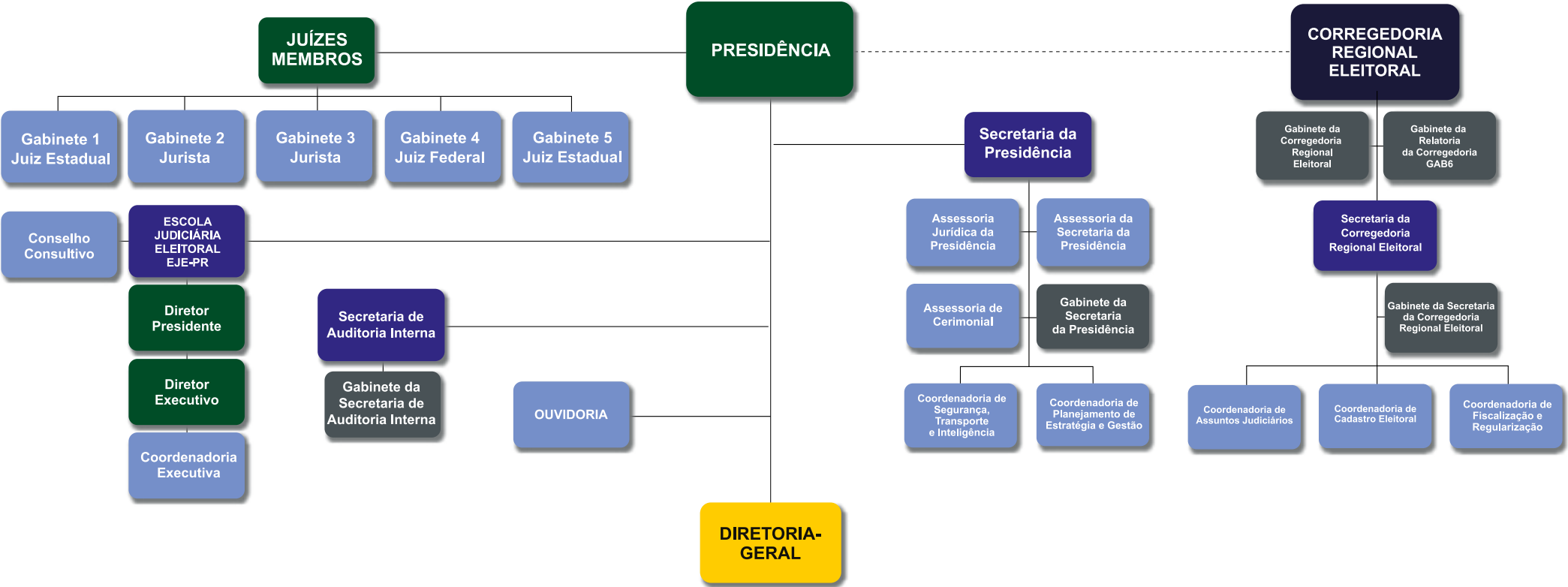


Partidos Políticos



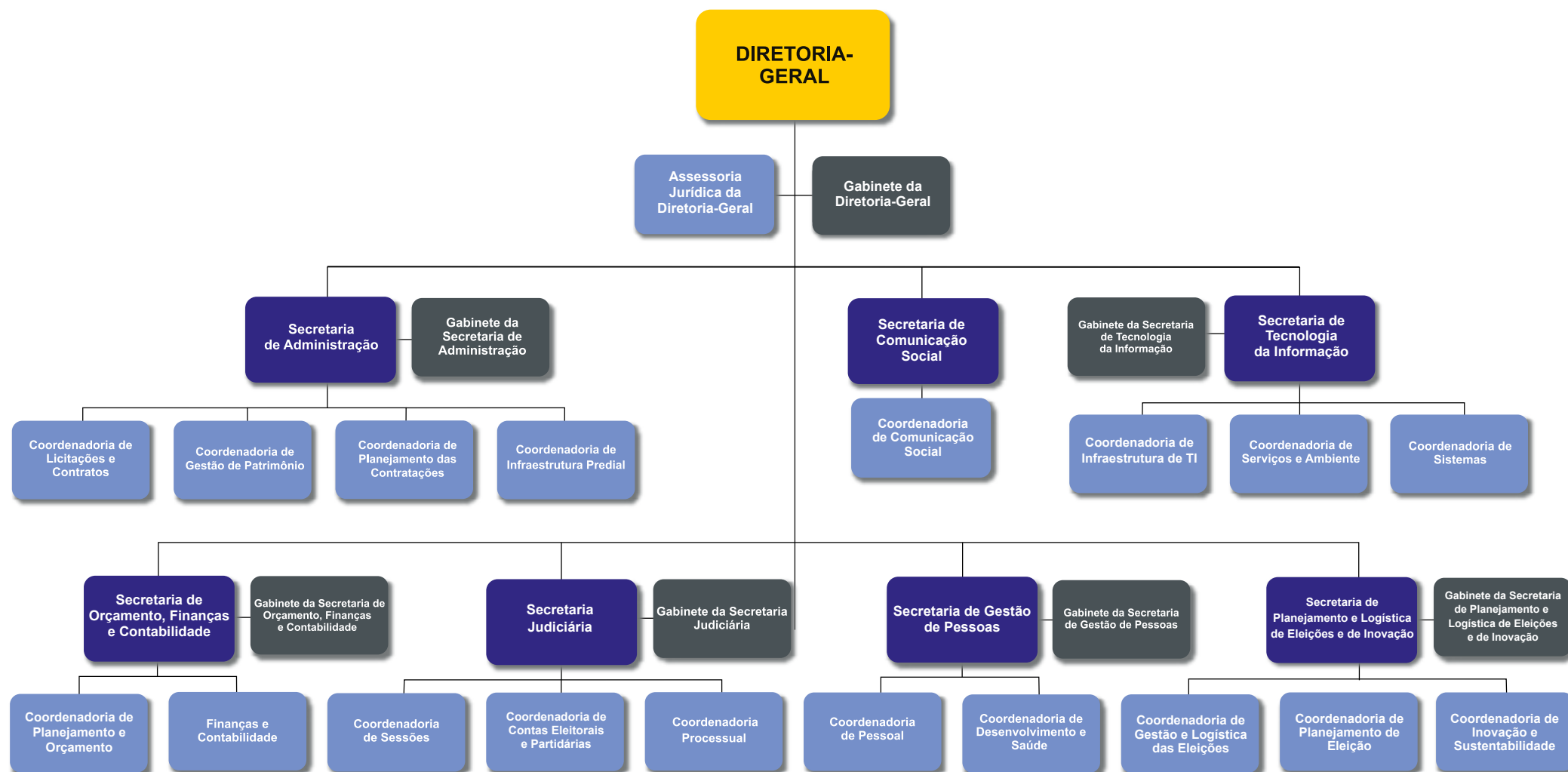
Sociedade

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



Saiba mais [aqui](#).

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



Saiba mais [aqui](#).

JUSTIÇA ELEITORAL DO PARANÁ EM NÚMEROS

Eleitores	Zonas Eleitorais	Seções Eleitorais	Locais de Votação
8.458.085	186	25.922	4.774
Urnas eletrônicas	Partidos Políticos	Pessoas Atendidas pela EJE	Servidores
37.062	32 órgãos estaduais 2.767 órgãos municipais	64.577	857
Juízes Eleitorais	Membros da Corte	Casos Novos	Orçamento
186	07	1º Grau – 15.820 2º Grau – 5.682	R\$ 442.094.490,76

ALTA ADMINISTRAÇÃO



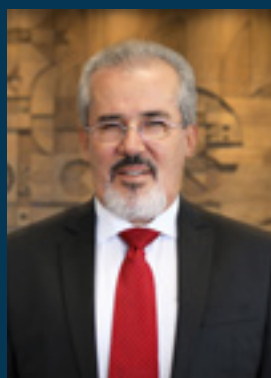
DESEMBARGADOR WELLINGTON EMANUEL COIMBRA DE MOURA

Bacharel em direito pela Universidade Estadual de Londrina. Aprovado em concurso público no ano de 1990 para o cargo de juiz substituto, julgou inicialmente na comarca de Cornélio Procópio e, posteriormente como juiz de direito, nas comarcas de Marilândia do Sul, Pato Branco, Cascavel e Londrina. Atuou em Curitiba como juiz de direito substituto em 2º grau. Foi Diretor de planejamento estratégico da Associação dos Magistrados do Paraná. É especialista em direito penal e processo penal pela Universidade Estadual de Londrina. Tomou posse como Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná no dia 10 de julho de 2014 sendo eleito, em novembro de 2018, para ocupar o cargo de 1º Vice-Presidente em referido órgão, no biênio 2019/2020. Pertenceu ao Conselho da Magistratura e ao órgão especial do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná. Em 01/02/2022 tomou posse como presidente do TRE-PR.



DESEMBARGADOR FERNANDO WOLFF BODZIAK

Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Paraná, turma 1985. Aprovado em concurso público, ingressou na carreira da magistratura como juiz substituto, sendo nomeado em 8 de janeiro de 1989 para a comarca de Jacarezinho. Promovido a juiz de direito, a partir de 12 de setembro de 1989, julgou nas comarcas de Cândido de Abreu, Imbituva, Umuarama, Guarapuava, Ponta Grossa e Curitiba. Atua como membro da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA/PR) desde 1996, tendo sido designado como seu Vice-Presidente no período de 2007 a 2010. Em 28 de setembro de 2004 foi nomeado juiz do Tribunal de Alçada e, no dia 31 de dezembro de 2004, foi promovido a desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná. Assumiu a 2ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Paraná no ano de 2014, completando a gestão. Eleito, assumiu a 2ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Paraná no dia 02 de fevereiro de 2015 para o biênio 2015/2016. É presidente do CONSIJ/PR e do Observatório Interinstitucional de Direitos Humanos (OIDH/PR). Desde 01/02/22 exerce o cargo de Vice-Presidente e Corregedor do TRE-PR.



VALCIR MOMBACH

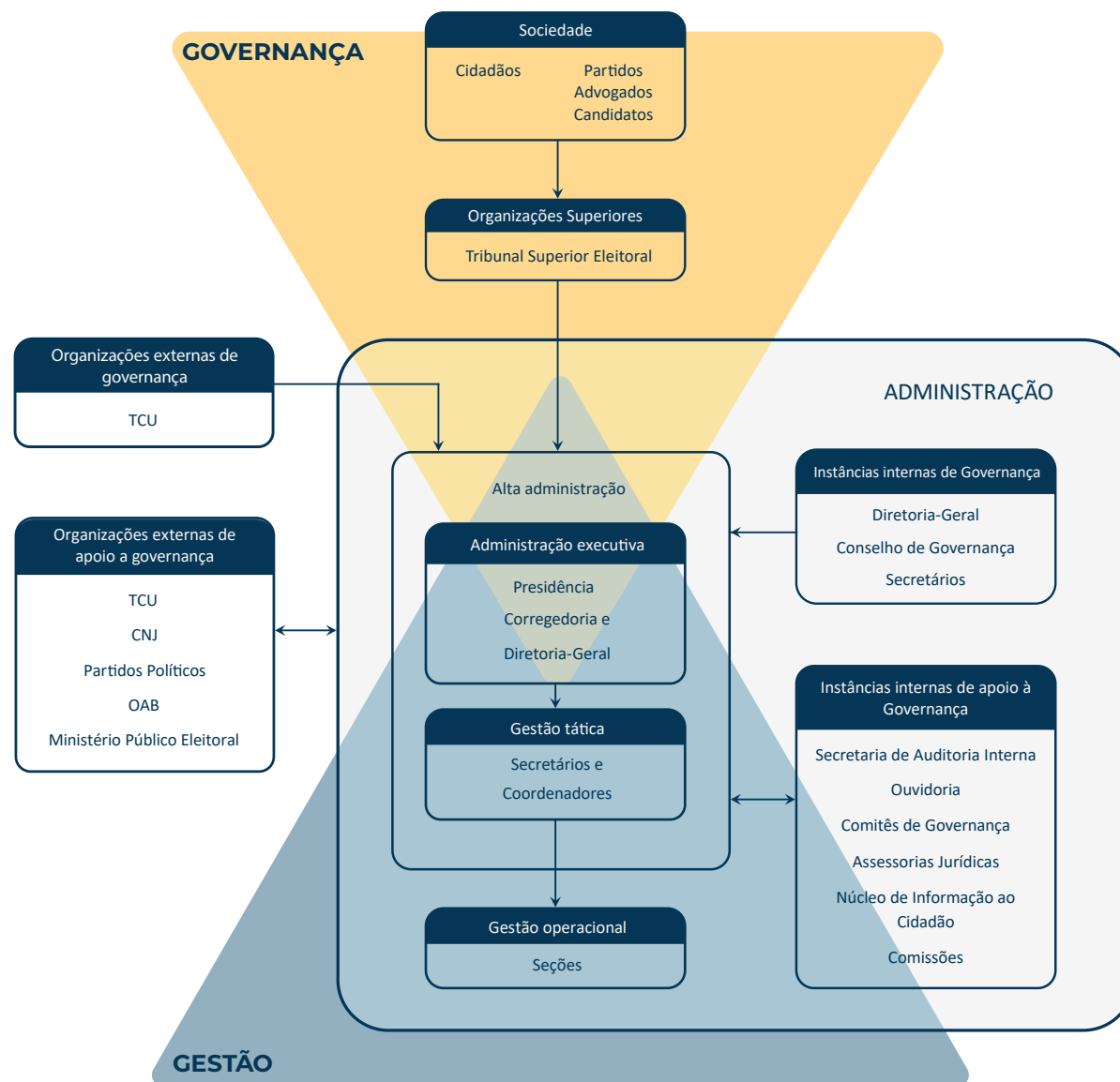
Nasceu no município de Vitorino/PR. Formou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em 1988. Pós-graduado em Direito Contemporâneo e suas Instituições Fundamentais pelo IBEJ, em 1995. Pós graduado em MBA - Gestão Estratégica pela Universidade Federal do Paraná, em 2009. Participou de diversos cursos como Licitações e Contratos, Gestão Administrativa, Cursos do TCU e Direito Eleitoral. Antes de tomar posse, por meio de concurso, no Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, em fevereiro de 1990, trabalhou como advogado, técnico em contabilidade e bancário. No TRE-PR exerceu diversos cargos. Foi Secretário de Orçamento, Finanças e Contabilidade, Secretário de Gestão Estratégica, Assessor Jurídico da Direção-Geral e Chefe de outras Seções Administrativas. Foi responsável pela construção do Prédio da Sede do TRE-PR, dos 154 Fóruns Eleitorais e da Usina Fotovoltaica de 2MW, com 6.200 placas instaladas, como Gestor e Presidente da Comissão de Obras. Desde fevereiro de 2019, exerce o cargo de Diretor-Geral.

ESTRUTURA E MODELO DE GOVERNANÇA

A governança tem como objetivo estabelecer mecanismos de liderança, estratégia e controle aptos a direcionar, monitorar e avaliar a atuação da gestão.

Conforme a Resolução TRE-PR nº 876/2021, alterada pelas Resoluções TRE-PR nº 887/2022 e 902/2022, adotou-se o modelo descentralizado de governança, estruturado em três níveis: Conselho de Governança, Comitês e Comissões. Destaca-se que o organograma do TRE-PR não prevê as estruturas de governança como unidades organizacionais administrativas específicas.

Saiba mais sobre governança [aqui](#).



GOVERNANÇA

```
graph LR; G[GOVERNANÇA] --- A[Avaliação do ambiente, cenários, desempenho e resultados atuais e futuros]; G --- B[Definição do direcionamento estratégico]; G --- C["Monitoramento dos resultados, do desempenho e do cumprimento das políticas e planos, confrontando-os com as metas estabelecidas e expectativas das partes interessadas"]; G --- D[Orientação da gestão]; G --- E[Envolvimento das partes interessadas]; G --- F[Gerenciamento de riscos estratégicos]; G --- G["Avaliação do sistema de gestão e de controle"]; G --- H[Promoção da prestação de contas e da transparência];
```

Avaliação do ambiente, cenários, desempenho e resultados atuais e futuros

Definição do direcionamento estratégico

Monitoramento dos resultados, do desempenho e do cumprimento das políticas e planos, confrontando-os com as metas estabelecidas e expectativas das partes interessadas

Orientação da gestão

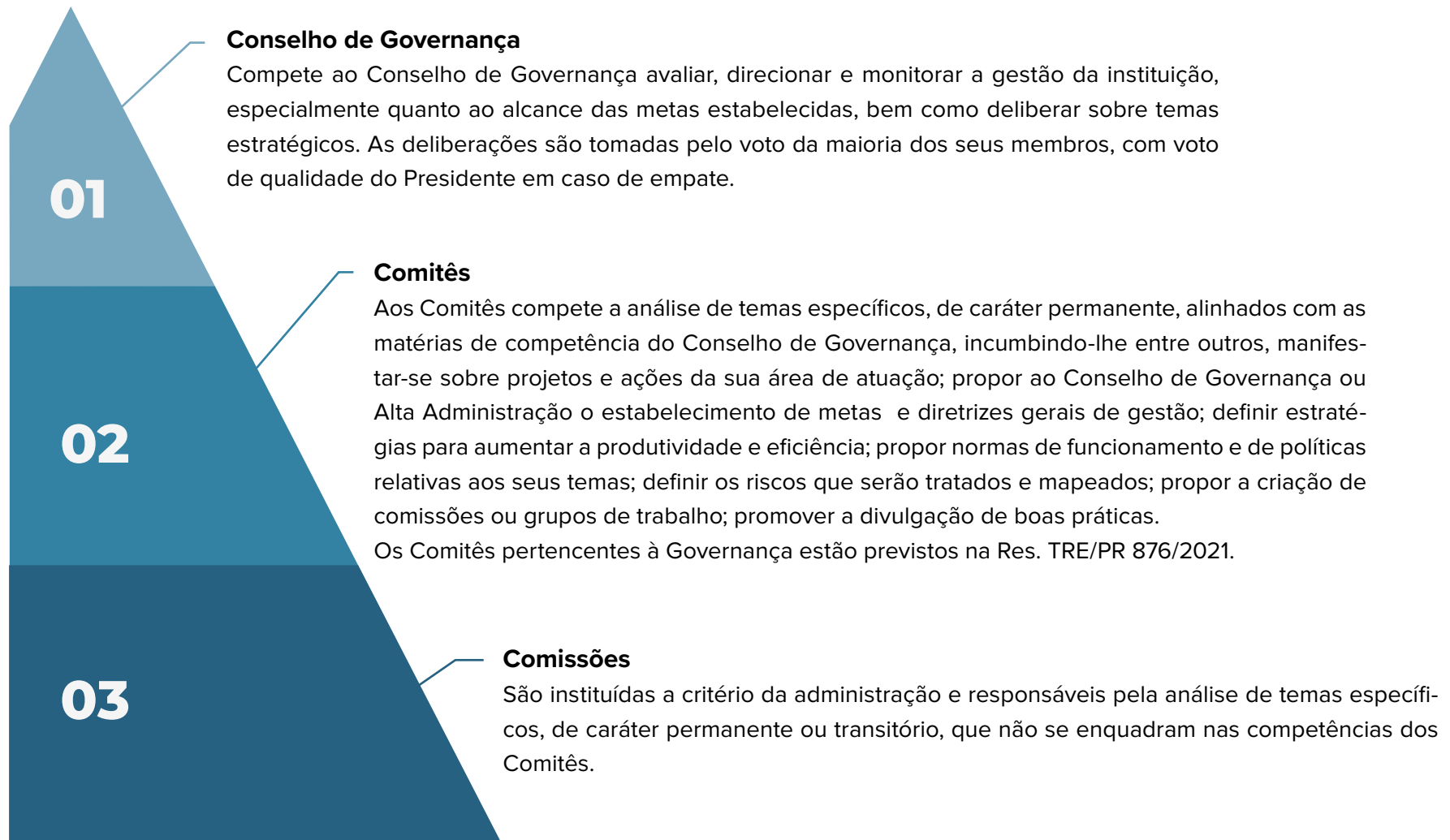
Envolvimento das partes interessadas

Gerenciamento de riscos estratégicos

Avaliação do sistema de gestão e de controle

Promoção da prestação de contas e da transparência

MODELO DE GOVERNANÇA



MODELO DE NEGÓCIO

O modelo de negócio do TRE-PR foi estabelecido a partir de 04 (quatro) eixos de atuação, essenciais para o cumprimento de sua missão institucional.



Cadastramento eleitoral

Agrupamento de processos de trabalho relacionados à realização de operações de regularização de situação do eleitor, à administração e manutenção do cadastro eleitoral, ao sistema de alistamento eleitoral e à revisão do eleitorado



Processo Eleitoral

Agrupamento de processos de trabalho relacionados ao planejamento, execução e monitoramento do processo eleitoral



Judicância

Agrupamento de processos de trabalho relacionados ao processamento e julgamento dos feitos judiciais, inclusive aqueles relacionados ao processo eleitoral e à publicação das decisões do Tribunal



Relacionamento com a Sociedade

Agrupamento de processos de trabalho relacionados à formação da cidadania, educação, e capacitação, treinamento de auxiliares, orientação e realização de eleições na comunidade contribuindo para o aperfeiçoamento da democracia e promovendo a conscientização política

CADEIA DE VALOR

A cadeia de valor, por sua vez, apresenta os macroprocessos de trabalho executados pela instituição que viabilizam as entregas à sociedade e, conseqüentemente, o cumprimento da sua missão institucional. Estes macroprocessos foram categorizados em 03 perspectivas:



Processos de Governança

Mecanismos de liderança, estratégia e controle utilizados com o intuito de direcionar, monitorar e avaliar a atuação da gestão, visando à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade



Processos finalísticos

Atividades essenciais para o cumprimento da missão institucional (gestão do cadastro eleitoral, eleições, prestação jurisdicional, educação e cidadania). Representam os serviços ou valores entregues ao cliente externo e recebem apoio de processos internos

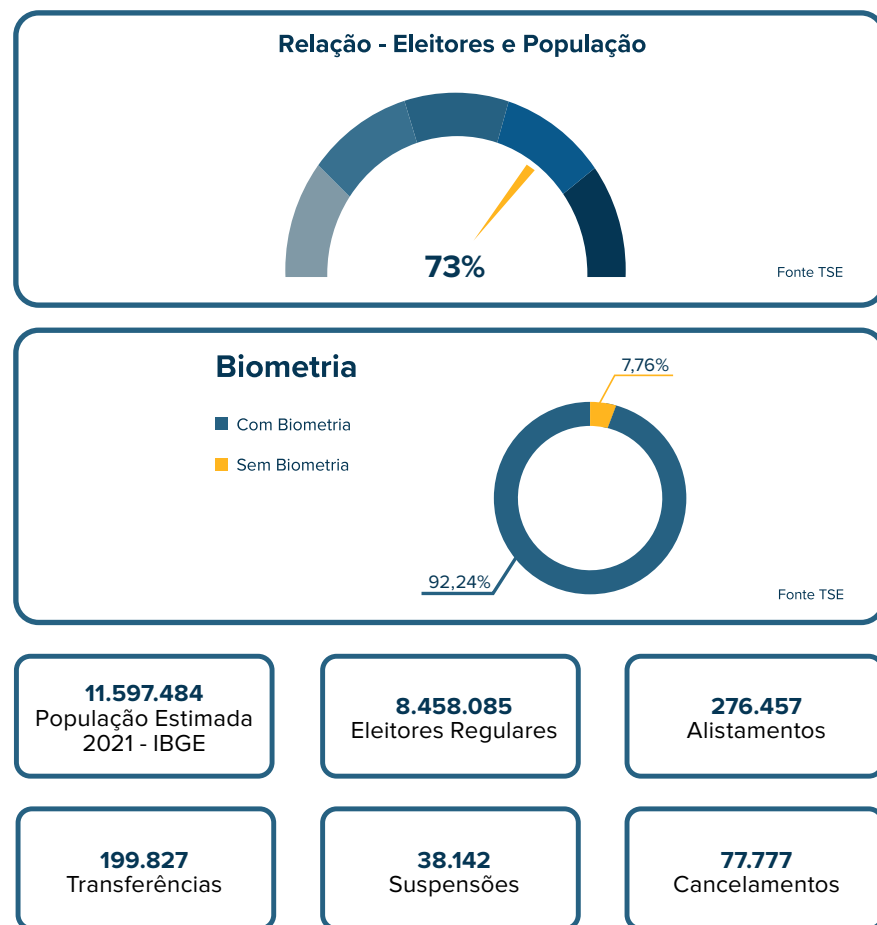


Processo de suporte

Asseguram a infraestrutura necessária para realização das atividades do órgão e prestam suporte aos processos principais e aos gerenciais (gestão administrativa, de serviços, orçamentária contábil e financeira, de pessoas, de tecnologia e informação)

VALORES ENTREGUES À SOCIEDADE

Cadastro Eleitoral



*Fonte: Portal BI TRE-PR e TSE

Saiba mais [aqui.](#)

Relacionamento com a Sociedade

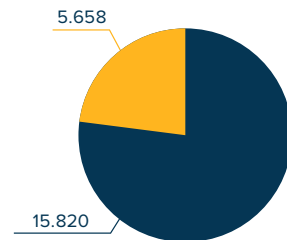
As principais atividades realizadas pela Escola Judiciária Eleitoral para promover a conscientização política e ampliar o relacionamento com a sociedade estão relacionadas abaixo. Os eventos foram divulgados na página do tribunal.

Projeto Parlamento Jovem
Projeto Eleitor do Futuro
Visitas às escolas de Curitiba
Projeto Tribunal Eleitoral Jovem
24° Café Cultural 90 anos da Justiça eleitoral e a consolidação da democracia no Brasil
Projeto Por dentro da Justiça Eleitoral
Lives "Você e o Voto #mecontaaí"
Evento - A Segurança Institucional e a atuação da Polícia Militar nas eleições
Projeto "Chegou a Hora #EuVoto!"
Palestra Segurança da Urna Eletrônica
EJE na EJA
Projeto "Cabina da Informação"
Diplomação dos vereadores mirins do projeto Parlamento Jovem
Diplomação dos políticos mirins do Colégio Católica de Curitiba
Diplomação dos Eleitos do projeto Eleitor do Futuro
Acompanhamento da posse dos vereadores mirins nos municípios

Prestação Jurisdicional

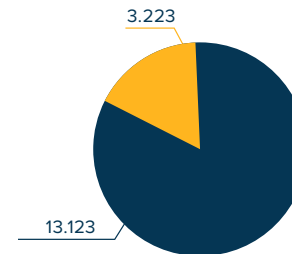
Total de Processos

■ 1º Grau
■ 2º Grau



Processos Julgados

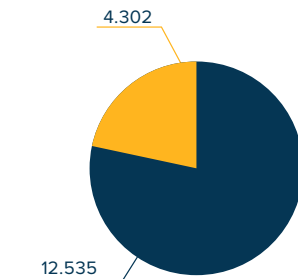
■ 1º Grau
■ 2º Grau



103
Sessões de Julgamento
2º Grau

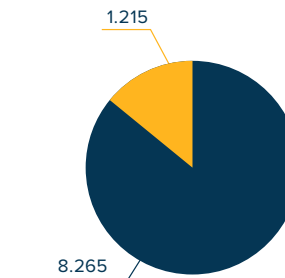
Sentenças Proferidas

■ 1º Grau
■ 2º Grau



Decisões Proferidas

■ 1º Grau
■ 2º Grau

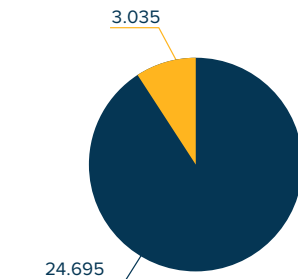


443
Liminares - 2º Grau

1.076
Acórdãos - 2º Grau

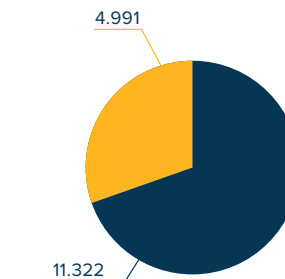
Despachos Proferidos

■ 1º Grau
■ 2º Grau



Processos em Trâmite

■ 1º Grau
■ 2º Grau



212
Audiências - 1º grau

*Fontes: Portal BI TRE-PR e PJE

ELEIÇÕES 2022

O planejamento e a realização das eleições são as principais atividades desenvolvidas pelo TRE-PR.

Em 2022 foram realizadas Eleições Gerais para os cargos de Deputado Estadual, Deputado Federal, Senador, Governador e Presidente da República – com competência jurídica, dada a natureza dos cargos em disputa, centralizadas em 2º grau de jurisdição – e Eleições Suplementares em Agudos do Sul.

ELEIÇÕES GERAIS 2022

O TRE-PR define e estrutura o Projeto Eleições, planejando todas as atividades necessárias à realização do pleito no ano que o antecede. O projeto permite não só a otimização da utilização dos recursos humanos, financeiros, patrimoniais e tecnológicos de que o Tribunal dispõe, mas também, a partir das experiências vivenciadas em outras eleições, o constante aperfeiçoamento dos serviços prestados à sociedade. Em relação aos procedimentos necessários para a realização do pleito, cabe destacar a implantação das seguintes melhorias no Projeto Eleições 2022: comunicação com eleitores, mesários e colaboradores de forma eletrônica e padronizada, por meio do aplicativo de mensagens instantâneas multicanal “SZ Chat”; pagamento do vale alimentação aos mesários via Pix, e utilização do Calendário Eleitoral Integrativo, que auxiliou os servidores(as) dos cartórios eleitorais no controle das diversas atividades relacionadas à preparação, execução e acompanhamento da eleição. Houve ainda, a renovação do parque de urnas, com a utilização de 12.221 urnas modelo (2020) fornecidas pelo TSE, o que corresponde a 40% das urnas utilizadas no pleito.

De outra parte, cabe destacar as seguintes inovações em relação aos objetivos estratégicos Garantia dos direitos fundamentais, Fortalecimento da relação institucional do Poder judiciário com a sociedade e Fortalecimento da segurança do processo eleitoral:

Justiça Eleitoral Integrativa – Cidadania Plena	Instalação de 07 seções eleitorais em hospitais e instituições de longa permanência para idosos; realização de mutirão direcionado às comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras em qual foram realizados 2.135 atendimentos, realização de campanhas para incentivo ao voto maduro (3º idade).
Jovens Eleitores	Realização de 1.097 reuniões, na capital e nas cidades do interior do estado, entre representantes da Justiça Eleitoral (Juizes Eleitorais ou servidores), diretores de escolas estaduais e/ou estudantes visando incentivar o voto jovem.
Campanhas para estimular o voto jovem	Realizadas especialmente por meio do postagem de vídeos em redes sociais e no TikTok, o que levou ao alistamento eleitoral de 86.128 jovens com idade entre 15 e 17 anos (aumento de 134% em relação ao ano de 2020). Cabe destacar que TRE-PR possui mais de 17 milhões de visualizações e 73 mil seguidores na referida rede social (recorde entre os órgãos públicos brasileiros).
Aplicativo “Fake ou News”	Ferramenta lúdica de combate à desinformação sobre o sistema eleitoral que esclarece de forma didática mitos e verdades sobre as eleições. O jogo foi criado pelo Instituto Mais Cidadania - grupo de pesquisa de Direito que busca, sem fins lucrativos, contribuir com o desenvolvimento político, social e jurídico do país - em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) e está disponível em iOS e Android.
ENCONSEGS - Encontros Regionais de Combate à Desinformação, Fomento à Inteligência e à Segurança do Processo Eleitoral e Urnas Eletrônicas	Reuniões entre o Presidente do Tribunal e o comando da Polícia Militar em 153 cidades do interior do estado a fim de apresentar medidas e informações para garantir a segurança das Eleições 2022 em todo o Paraná.
Aproximação com o órgãos de segurança do estado do Paraná	Reuniões promovidas pelo TRE-PR, com a participação do Centro Integrado de Comando e Controle do Paraná, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Militar, com a finalidade de promover o alinhamento com os órgãos de segurança do estado do Paraná, elaborar o plano de segurança das eleições e garantir a normalidade da votação. Além de debater questões relativas à segurança do pleito, foram apresentadas aos agentes e às autoridades estaduais questões relacionadas ao planejamento das eleições, aos procedimentos da auditoria das urnas eletrônicas, e o programa Gralha Confere.

Seção de Segurança Cibernética	criação de setor específico, vinculado à Secretaria de Tecnologia da Informação, para prevenção de ataques cibernéticos e garantia da segurança da rede, dos sistemas e dos dados da Justiça Eleitoral paranaense, protegendo as eleições e os dados que são abrigados em sistemas e computadores do TRE-PR.
Fiscalização da geração de mídias pelas Forças Armadas	Dois representantes das Forças Armadas, indicados pelo Ministério da Defesa, fiscalizaram as cerimônias de geração de mídias e de carga e lacração das urnas eletrônicas das zonas eleitorais de Curitiba. O objetivo da fiscalização foi validar a integridade dos sistemas que geram as mídias e dos sistemas que serão utilizados nas urnas eletrônicas em todo estado.
Auditoria das Urnas Eletrônicas	Diferentemente das eleições anteriores, em que no estado do Paraná apenas 04 urnas eram submetidas ao Teste de Integridade (captação e contagem de votos verificados) e 08 ao Teste de Autenticidade do Sistema (realizado no próprio local de votação), foram auditadas 35 urnas em cada turno de votação. Em cerimônia pública às vésperas do pleito foram escolhidas por entidades fiscalizadoras ou sorteadas pela comissão, sendo 27 submetidas ao Teste de Integridade e 08 no Teste de Autenticidade do Sistema. No edifício-sede do TRE-PR, foram auditadas 25 urnas eletrônicas, com a colaboração de servidores(as) do Poder Judiciário e do Ministério Público. Outras duas urnas eletrônicas passaram pelo mesmo teste na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), dentro do Projeto-Piloto, realizado com a participação de eleitores e coleta biométrica. O procedimento foi inspecionado pelas Forças Armadas, entidades fiscalizadoras, auditores, observadores internacionais e nacionais, imprensa e demais pessoas interessadas. Conforme amplamente divulgada pela mídia, a auditoria da votação comprovou a autenticidade dos sistemas eleitorais, bem como a captação e contagem segura dos votos.
Auditoria de Boletins de Urnas pelo TCU	Como mais uma das formas de ampliar a transparência e segurança do processo eleitoral, o Tribunal de Contas da União (TCU) auditou os Boletins de Urna (BU) de 249 seções eleitorais do estado do Paraná. As urnas foram sorteadas aleatoriamente pelo órgão. A avaliação comparou os boletins recolhidos com a totalização, divulgada na internet. As seções pertencem a 150 zonas eleitorais do Paraná (80,64% das zonas eleitorais do estado) e abrangem 141 municípios. Só em Curitiba, 39 boletins foram auditados.

DADOS ESTATÍSTICOS ELEIÇÕES GERAIS 2022

Orçamento

R\$ 58.796.848,76

Gênero

Homens: 67%

Mulheres: 33%

Candidatos com nome social: 2

Locais de Votação e Seções Eleitorais

Locais de votação: 4.727

Seções eleitorais: 25.875

Comparecimento e Abstenção

Comparecimento:

1º Turno: 80,52%

2º Turno: 81,36%

Abstenção:

1º Turno: 19,48%

2º Turno: 18,64%

Transferência temporária

1º Turno: 22.777

2º Turno: 21.397

Cor/raça

Branca: 1.177 (74,35%)

Parda: 261 (16,49%)

Preta: 122 (7,71%)

Amarela: 14 (0,88%)

Indígena: 8 (0,51%)

Não informada: 1 (0,06%)

Mesários Convocados

1º Turno: 103.127

2º Turno: 103.038

Eleitores aptos a votar

8.458.085

Com Biometria: 7.833.180

Sem Biometria: 642.542

Municípios	Candidaturas	Urnas Eletrônicas
<p>Quantidade no PR: 399</p> <p>Municípios com mais de 200 mil eleitores:</p> <p>Cascavel: 233.753</p> <p>Curitiba: 1.413.413</p> <p>Londrina: 393.687</p> <p>Maringá: 294.583</p> <p>Ponta Grossa: 241.970</p> <p>São José dos Pinhais: 211.775</p>	<p>Pedidos de Registro de Candidatura: 1.583</p> <p>Candidatos(as) Aptos(as): 1.484</p> <p>Candidatos(as) Inaptos(as): 99 (55 indeferidos e 44 renúncias)</p> <p>Quantitativo de candidaturas à reeleição: 71</p>	<p>1º Turno</p> <p>Utilizadas: 25.721</p> <p>Contingência: 3.075</p> <p>Substituídas: 578</p> <p>2º Turno</p> <p>Utilizadas: 25.721</p> <p>Contingência: 3.492</p> <p>Substituídas: 424</p>

ELEIÇÕES SUPLEMENTARES DE AGUDOS DO SUL

Foram realizadas eleições Suplementares para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito no Município de Agudos do Sul em razão do indeferimento definitivo, pela Justiça Eleitoral do registro da candidata mais votada.

Abaixo seguem dados estatísticos sobre a Eleição Suplementar:

Orçamento R\$ 68.939,62	Eleitores 7.516	Comparecimento 6.112	Seções eleitorais 24
Abstenções 1.396	Locais de votação 9	Contingência 6	Substituídas 0
Urnas eletrônicas utilizadas 19	Mesários Convocados 76		

Saiba mais [aqui](#)

RELAÇÃO COM AMBIENTE EXTERNO E A SOCIEDADE

O TRE-PR é diretamente subordinado ao Tribunal Superior Eleitoral, que estabelece as diretrizes a serem observadas por todos os órgãos pertencentes à Justiça Eleitoral Brasileira. Sua atuação ainda é influenciada pelo Conselho Nacional de Justiça, instituição à qual compete o controle da atuação administrativa e financeira de todo o Poder Judiciário, principalmente no que diz respeito à transparência.

Mecanismos de Transparência

Com o intuito de disponibilizar à sociedade informações sobre sua atuação, o TRE-PR mantém atualizado o [Portal Transparência e Prestação de Contas](#).

Desde 2019 o Tribunal transmite as sessões de julgamento ao vivo, por meio do canal no [YouTube](#).

Audiências e Consultas Públicas

Com a finalidade de abordar assuntos relacionados à segurança do voto e ao planejamento das Eleições Gerais de 2022, foram realizadas reuniões, audiências públicas e Encontros Regionais de Combate à Desinformação e Fomento à Inteligência e à Segurança do Processo Eleitoral e das Urnas Eletrônicas (ENCOSSEGs). Foram envolvidos nesses projetos 153 Municípios.

O TRE-PR divulgou, ainda, as Consultas Públicas promovidas pelo TSE e CNJ buscando a contribuição da sociedade para definição das Metas Nacionais aplicáveis à Justiça Eleitoral no ano de 2023.

Ranking da Transparência do Poder Judiciário

Instituído pela Resolução CNJ nº 260/2018, é realizado anualmente e busca valorizar os Tribunais que se destacaram quanto ao fornecimento de informações claras e organizadas.

Em 2022 o TRE-PR cumpriu 89,23% dos itens relativos à transparência ativa e passiva. Saiba mais aqui.

CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Atendimento Pessoal

Capital: Rua João Parolin nº 55 e 224,
Curitiba/PR

Telefone: (41) 3330-8500

Interior: endereço e telefones disponíveis
em <http://www.tre-pr.jus.br/o-tre/zonas-eleitorais/zonas-eleitorais-tre-pr>

Segunda à sexta-feira, das 12 às 18h.

Internet: <http://www.tre-pr.jus.br/>

Redes Sociais e Meios Digitais de Comunicação



<https://www.facebook.com/treparana/>



<http://www.twitter.com/treparana>



<https://www.instagram.com/treparana/>



<https://www.flickr.com/photos/tre-pr/>



<https://www.youtube.com/treparana>



https://www.tiktok.com/@tre_pr

Canal do mesário: <http://www.tre-pr.jus.br/eleitor/mesario-voluntario/canal-do-mesario>

Ouvidoria

Rua João Parolin nº 224, Curitiba/PR

Telefone: (41) 3330-8474

Disque- eleitor: 0800-640-8400

WhatsApp: (41) 3330-8500

Segunda à sexta-feira, das 12 às 18 h.

[Fale conosco](#)

Internet: <https://www.tre-pr.jus.br/o-tre/ouvidoria>

E-mail: ouvidoria@tre-pr.jus.br

SIC – Serviço de Informação ao Cidadão:
<https://www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/acesso-a-informacao>

Repositórios de informações disponíveis aos eleitores

[Carta de Serviços ao Cidadão](#) – objetiva informar os serviços prestados pela Justiça Eleitoral do Paraná, estimular a participação do cidadão e promover a melhoria da qualidade do atendimento. Encontra-se disponível no sítio do Tribunal, no link “[Eleitor e Eleições](#)”.

[Dúvidas Frequentes do Eleitor](#) - ferramenta pela qual podem ser acessadas as respostas aos questionamentos mais frequentes.

MEDIDAS DE ACESSIBILIDADE

A Resolução nº 860/2020 criou na estrutura do Tribunal a Assessoria de Acessibilidade e Inclusão. Com a alteração da estrutura promovida pelas Resoluções TRE-PR nº 900 e 03/2022, as competências relativas à acessibilidade passaram a ser gerenciadas pela Seção de Gestão da Sustentabilidade, Acessibilidade e Responsabilidade Social, vinculada à Secretaria de Planejamento e Logística de Eleições e de Inovação. O TRE-PR também possui, desde 2018, uma Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão. Ambas atuam em conjunto com a missão de implementar medidas para a remoção de barreiras arquitetônicas, de comunicação e de atitudes, a fim de promover o acesso amplo e irrestrito à Justiça Eleitoral, com segurança e autonomia, de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

As ações desenvolvidas pretendem tornar a Justiça Eleitoral do Paraná uma instituição acessível e inclusiva, com empatia, inovação e iniciativa.

Entre os instrumentos para acessibilidade digital o TRE-PR disponibiliza em sua página na internet textos para descrição de imagens e conteúdos de formulário, opções de contraste de tela e a Rybená, ferramenta que facilita o acesso e a compreensão dos conteúdos publicados a idosos, disléxicos, pessoas com dificuldade de leitura e de compreensão de textos, surdos, deficientes visuais e pessoas com deficiências intelectuais.

Desde 2020 o TRE-PR conta com o auxílio de um Coordenador de Acessibilidade, convocado para auxiliar os eleitores com deficiência nos locais de votação. Entre as principais ações relativas à acessibilidade realizadas em 2022 destacam-se: aprovação da Resolução TRE-PR 892/2022 que instituiu a Política de Acessibilidade e Inclusão da Justiça Eleitoral do Paraná, oficinas para orientar as Zonas Eleitorais sobre a importância dos colaboradores de acessibilidade nos locais de votação, elaboração de folder e cartilha para os coordenadores de acessibilidade a fim de instruí-los sobre o comportamento inclusivo, orientação dos servidores sobre critérios de acessibilidade digital a serem observados nas publicações realizadas nas páginas do Tribunal, implantação do Projeto Voto Acessível com a finalidade de informar e capacitar eleitores com deficiências sobre a nova versão da urna eletrônica 2022 - agora mais acessível, e o processo eletrônico, nas instituições especializadas que atuam fortemente na defesa e proteção dos direitos humanos das pessoas com deficiência, elevando assim, o grau de confiabilidade na Justiça Eleitoral para o fortalecimento institucional, promovendo a acessibilidade, inclusão e responsabilidade social para as pessoas com deficiência, finalização da revitalização urbanística e acessibilidade em calçadas da Rua João Parolin, entre a avenida Marechal Floriano Peixoto e a rua Francisco Nunes.

DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

Os temas abordados no Relatório de Gestão 2023 (ano base 2022) foram definidos a partir dos assuntos debatidos nas reuniões do Conselho de Governança, de Análise da Estratégia e realizadas pelos Comitês de Gestão previstos na Resolução TRE-PR nº 876/2021 e alterações posteriores. Também foram consideradas as expectativas da sociedade quanto às informações a serem divulgadas pelo Tribunal relativas à sua gestão administrativa e financeira, identificação dos temas relevantes que afetaram a capacidade do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná de gerar valor público e os principais resultados obtidos pelo Tribunal, em alinhamento aos normativos do TCU, ao Planejamento Estratégico Institucional 2021-2026 e Plano de Gestão do Tribunal.

No ano de 2022 tiveram destaque a realização da Eleição Suplementar de Agudos do Sul e os temas relativos às Eleições Gerais 2022, dentre os quais se destacaram: o trabalho realizado pela Comissão de Auditoria de Votação Eletrônica, que neste ano envolveu 35 urnas, sendo 2 delas com biometria; a realização de ENCOSEGs - Encontro Regional de Combate à Desinformação e Fomento à Inteligência e à Segurança do Processo Eleitoral e das Urnas Eletrônicas; programas de combate à desinformação (Gralha Confere e Você Sabia, Sabiá?); projetos de estímulo ao voto jovem, voto maduro; Projeto Cidadania Plena, com instalação de seções eleitorais em hospitais e instituições de longa permanência e re-

alização de mutirão para atendimento de quilombolas, indígenas e caiçaras; campanhas de estímulo à maior participação feminina na política; realização de teste em campo regional dos sistemas de candidaturas e propaganda eleitoral 2022; teste em campo das urnas eletrônicas; aperfeiçoamento da metodologia utilizada para a convocação dos mesários; criação do Multicanal Omnichannel que centraliza serviços aos eleitores e advogados; e aperfeiçoamento da ferramenta de autogerenciamento das zonas eleitorais.



RELATÓRIO DE GESTÃO - 2022

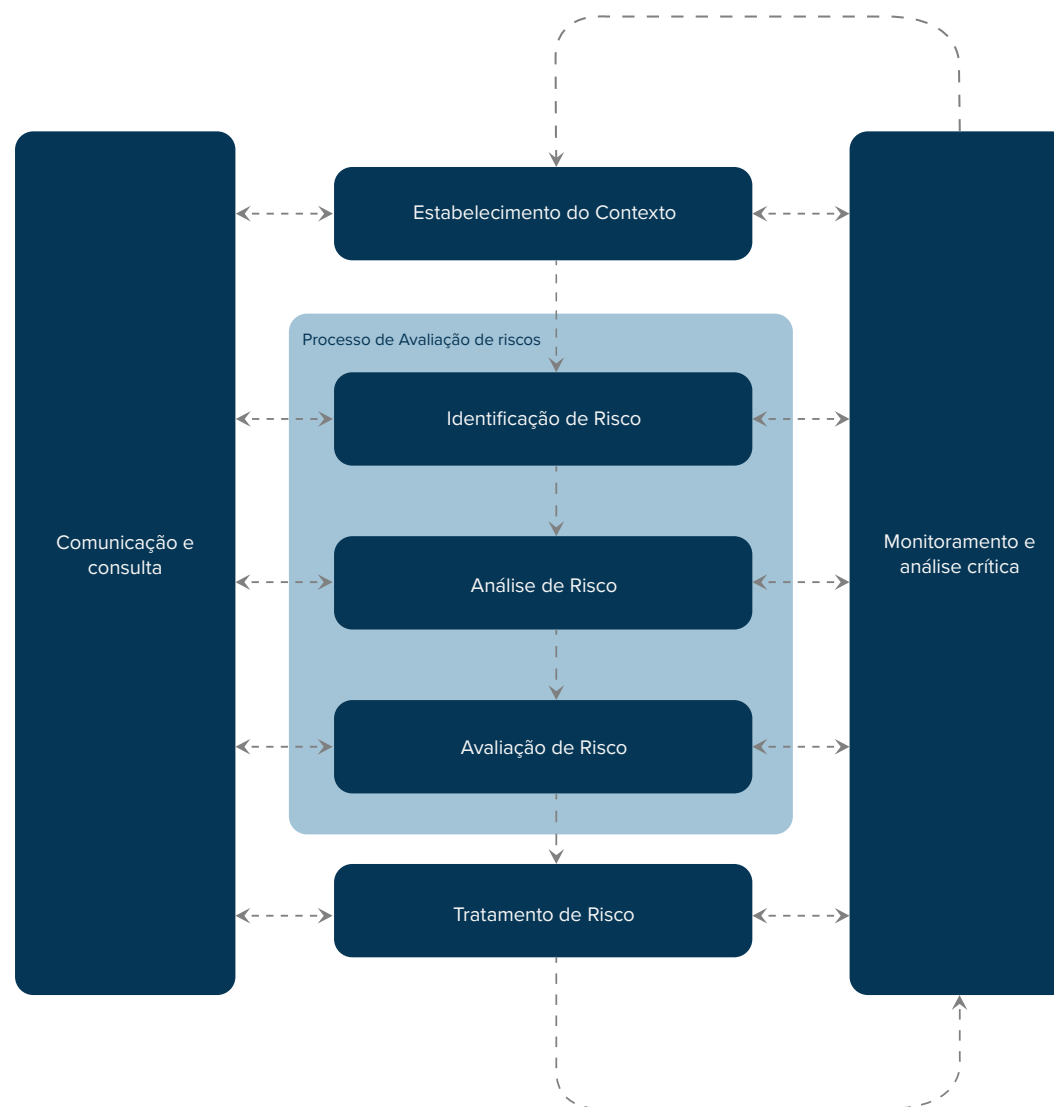
RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS



MODELO DE GESTÃO DE RISCOS

A política de gestão de riscos, instituída no TRE-PR pela Resolução nº 775/2017, foi revisada e aperfeiçoada pela Portaria nº 423/2021. O novo normativo sistematizou as práticas adotadas pelo Tribunal, prevendo objetivos, princípios, diretrizes, responsabilidades e a metodologia a ser observada por todas as unidades na gestão de riscos.

Saiba mais [aqui](#).



Princípios da Gestão de Riscos

Proteção aos valores institucionais

Integração aos processos organizacionais, projetos e planos de ação

Fomento à tomada de decisão subsidiada

Explicitações de incertezas e quaisquer limitações

Atuação dinâmica, sistemática, estruturada e oportuna

Consideração aos fatores humanos e culturais

Transparência, inclusão e resiliência

Apoio à melhoria contínua da instituição

Consideração de riscos e oportunidades

Interatividade entre unidades e comitês e entre comitês

Alinhamento à visão, à missão, à gestão institucional, a fim de assegurar, de forma razoável, o alcance dos objetivos

Gestores de riscos

No TRE-PR são considerados gestores de risco os responsáveis pelas unidades administrativas, pelos núcleos, comissões e grupos de trabalho

RISCOS E OPORTUNIDADES

Riscos e oportunidades estão diretamente relacionados à capacidade de gerar valor. Em 2022, o Comitê de Gestão de Riscos monitorou 19 riscos considerados estratégicos, priorizando-se os riscos inerentes às Eleições Gerais.

Foram implementadas medidas de controle e/ou tratamento em relação a todos os riscos, sendo que as ações adotadas foram suficientes para reduzir o nível de risco inicial na maioria das situações monitoradas.

Não houve a concretização de nenhum dos riscos monitorados, não havendo impactos negativos para a instituição.

RISCOS

Prazo insuficiente para tratamento de dados do cadastro eleitoral:

demora no atendimento e no tratamento das diligências decorrentes dos pedidos de alistamento eleitoral e regularização da situação cadastral ocasionadas pelo aumento extraordinário dos pedidos e estrutura insuficiente para atendimento presencial e online dos eleitores simultaneamente, o que poderia resultar em insatisfação dos destinatários dos serviços e consequente prejuízo à imagem da Justiça Eleitoral.

Não utilização da ferramenta Título Net: tem como causa a instabilidade ou indisponibilidade da ferramenta Título NET e/ou suas funcionalidades, que poderia ocasionar a demora do atendimento dos eleitores.

Dificuldades para convocação de mesários e colaboradores: decorrente da ausência de sistema informatizado com padronização

de procedimentos e integrações de informações utilizadas no fluxo de trabalho para convocação dos mesários, o que poderia ocasionar a necessidade de envio e controle manual das convocações e consequente risco no tratamento de dados pessoais.

Urnas eletrônicas não funcionais: é proveniente da não realização de manutenção ou manutenção inadequada das urnas, podendo causar a indisponibilidade dos equipamentos a serem utilizados nas Eleições.

Atraso na análise dos Registros de Candidaturas: decorrente de inconsistências no sistema CAND e CANDEX, equívoco dos partidos e candidatos na utilização do sistema CANDEX, falha nas comunicações de atos processuais via aplicativo de mensagens eletrônicas e recursos humanos insuficientes para a demanda de trabalho, o que poderia ocasionar o não cumprimento dos prazos para o julgamento dos feitos.

Pagamento intempestivo do auxílio-alimentação aos mesários e colaboradores: tem como causas a ocorrência de problemas operacionais na rede bancária nos dias que antecedem a realização do pleito, possibilidade de ocorrência de greve bancária e o risco de furto de recursos financeiros eventualmente disponibilizados aos cartórios eleitorais, que poderiam acarretar o atraso no pagamento do auxílio alimentação aos mesários e colaboradores.

Contágio por doenças respiratórias no dia das Eleições: decorre da possibilidade de contaminação em massa dos servidores, colaboradores e eleitores por doenças respiratórias nos dias de realização do pleito, especialmente a COVID-19.

Atraso na análise das Prestações de Contas: é ocasionado por fatores que poderiam impactar o tempestivo julgamento das ações de Prestação de Contas, entre eles a não apresentação das contas pelos partidos e candidatos(as) ou, ainda, apresentação de forma incompleta, indisponibilidade ou instabilidade do sistema, força de trabalho insuficiente para atendimento à demanda, entre outros.

Falha na Rede de Comunicação do TRE-PR: é proveniente da ausência de canal de comunicação integrativo e direto com os colaboradores que possibilite o apoio na reprodução e repercussão das informações veiculadas pela instituição, o que poderia gerar segregação de conhecimento organizacional, bem como divergências nas

informações disponibilizadas pela instituição.

Falha na capacitação dos porta-vozes do Tribunal: é decorrente da falta/baixa capacitação dos porta-vozes, autoridades e servidores do Tribunal para atendimento à imprensa.

Insuficiência de servidores para as vagas das unidades: causado pelo aumento na demanda de serviços e criação de novas unidades na estrutura orgânica do Tribunal, sem que houvesse o aumento no número de servidores.

Força de trabalho insuficiente na Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral (SECCRE): é decorrente do grande número de demandas formuladas pelas Zonas Eleitorais direcionado às unidades da Corregedoria, retorno dos servidores lotados temporariamente na SECCRE às Zonas Eleitorais de origem e complexidade das tarefas executadas, o que poderia gerar atraso no atendimento das demandas, morosidade no andamento processual ou no atendimento ao eleitor, queda da produtividade e esgotamento físico e mental dos servidores lotados na SECCRE.

Não atingimento dos objetivos no Prêmio CNJ de Qualidade (Portaria CNJ nº 170/2022): refere-se ao não cumprimento ou cumprimento insatisfatório dos quesitos previstos para premiação referentes aos eixos governança e transparência e, por consequência, não reconhecimento do Tribunal como instituição que presta serviços de excelência à comu-

nidade paranaense.

Não atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados: é ocasionado por fatores como erro na classificação de documentos, divulgação indevida de informações por empresas contratadas e falhas de segurança nos desktops ou sistema Google Workspace que podem vir a gerar a divulgação indevida de dados pessoais.

Insuficiência de meios para executar a auditoria: decorre da força de trabalho reduzida na unidade de auditoria, ausência de recursos tecnológicos apropriados para gestão da informação e capacitação insuficiente dos servidores, trazendo como consequência falha no planejamento e execução da auditoria ou, ainda, realização de auditoria desprovida de qualidade técnica.

Insuficiência de informações requeridas durante a realização de auditorias: é proveniente do não atendimento ou atendimento parcial ou extemporâneo do auditado à requisição da informação, o que prejudicaria a conclusão dos trabalhos da auditoria.

Dificuldade de retenção de conhecimento/talento na área de contratações: tem como causa o excesso e a complexidade do trabalho desenvolvido pela área, e desvantagens financeiras em relação a outras unidades do Tribunal, que poderão vir a impactar as contratações e o cumprimento dos contratos.

Inércia ou demora no planejamento das contratações: decorre de fatores como sobrecarga de trabalho, acúmulo de funções, falta de capacitação, ausência de comunicação entre os setores, não observância dos prazos previstos no CAC e procedimentos de contratação extremamente burocráticos que poderão vir a impactar as contratações e o cumprimento dos contratos.

Falha quanto à Segurança da Informação: tem como objetivo efetuar o gerenciamento de processos e ativos de informação com vistas a assegurar a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a autenticidade.

OPORTUNIDADES

- Desenvolvimento de uma nova logística de trabalho, redistribuindo os processos de trabalho aos servidores de outras unidades através de trabalho remoto, com maior aproveitamento do potencial humano e menor dispêndio de recursos.
- Padronização das rotinas de trabalho das Zonas Eleitorais do Paraná a fim de facilitar a identificação de possíveis falhas nos procedimentos cartorários.
- Concentração das instruções de trabalho relativas às Eleições em uma única ferramenta (Wiki) e compartilhamento das boas práticas com os demais servidores, otimizando os processos de trabalho no período de eleições.

- Monitoramento dos principais defeitos apresentados pelas urnas eletrônicas, difusão de conhecimento mediante a capacitação de servidores e auxiliares enviados aos polos de contingência para manutenção das urnas.
- Identificação de falhas no sistema das urnas eletrônicas mediante a realização de testes de campo, aproximação entre as equipes técnicas do Tribunais Regionais e do TSE, difusão de conhecimento.
- Utilização de novas tecnologias para pagamento do vale alimentação dos mesários.
- Aperfeiçoamento dos procedimentos internos de comunicação, difusão de conhecimento sobre o funcionamento das urnas eletrônicas.
- Realização de mapeamento dos setores, com identificação e unificação daqueles que realizam atividades semelhantes.
- Aperfeiçoamento das rotinas de trabalho e atividades relacionadas à governança e transparência.
- Identificação das falhas nos processos de trabalho referentes à proteção de dados pessoais, realização de ajustes nos sistemas de classificação dos dados, avaliação da possibilidade de criptografia de dados sensíveis.
- Aperfeiçoamentos dos processos e ativos de informação.

AVALIAÇÃO DOS RISCOS

Risco	Probabilidades	Impacto	Nível inicial	Nível residual
Prazo insuficiente para tratamento de dados do cadastro eleitoral	Médio	Médio	Alto	Médio
Não utilização da ferramenta Título Net	Alto	Extremo	Extremo	Médio
Dificuldades para convocação de mesários e colaboradores	Médio	Alto	Alto	Médio
Atraso na análise dos Registros de Candidaturas	Médio	Baixo	Alto	Médio
Urnas eletrônicas não funcionais	Médio	Baixo	Médio	Médio
Pagamento intempestivo do auxílio-alimentação aos mesários e colaboradores	Médio	Baixo	Alto	Médio
Contágio por doenças respiratórias no dia das Eleições	Baixo	Baixo	Médio	Baixo

Risco	Probabilidades	Impacto	Nível inicial	Nível residual
Atraso na análise das Prestações de Contas	Médio	Médio	Alto	Baixo
Falha na Rede de Comunicação do TRE-PR	Muito alto	Médio	Extremo	Alto
Falha na capacitação dos porta-vozes do Tribunal	Muito alto	Médio	Extremo	Alto
Insuficiência de servidores para as vagas das unidades	Alto	Médio	Alto	Médio
Força de trabalho insuficiente na SECCRE	Alto	Extremo	Alto	Alto
Não atingimento dos objetivos no Prêmio CNJ de Qualidade (Portaria CNJ nº 170/2022)	Baixo	Baixo	Médio	Baixo
Não atendimento à Lei Geral de Proteção de Dados	Baixo	Alto	Alto	Médio
Insuficiência de meios para executar a auditoria	Médio	Alto	Alto	Médio
Insuficiência de informações requeridas durante a realização de auditorias	Médio	Médio	Alto	Médio
Dificuldade de retenção de conhecimento/talento na área de contratações	Alto	Médio	Alto	Médio
Inércia ou demora no planejamento das contratações	Alto	Alto	Alto	Médio
Falha quanto à Segurança da Informação	Baixo	Alto	Alto	Alto

INCERTEZAS E DESAFIOS

Entre os principais desafios e incertezas que poderão impactar a execução do Planejamento Estratégico – com prazo de vigência até 2026 – e o desempenho da instituição, destacam-se:

Restrições orçamentárias	Acirramento da disputa político-partidária e polarização ideológica	Ataques cibernéticos aos sistemas da Justiça Eleitoral	Disseminação de Fake News
Descrédito do processo eleitoral	Transformação digital e ampliação dos serviços disponibilizados aos eleitores em formato eletrônico	Inclusão digital de eleitores não habituados ao uso de tecnologias	Transformação digital e ampliação dos serviços disponibilizados aos eleitores em formato eletrônico
Inclusão digital de eleitores não habituados ao uso de tecnologias	Renovação do parque de urnas	Aperfeiçoamento do procedimento de identificação biométrica	Recomposição e aumento da força de trabalho
Demandas desproporcionais à força de trabalho	Desburocratização dos processos de trabalho	Desvalorização do servidor público perante a sociedade	Aumento da incidência de patologias apresentadas pelos servidores, como estresse e depressão
Proteção de dados pessoais	Continuidade da pandemia (COVID-19)		

RELATÓRIO DE GESTÃO - 2022

GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO



APOIO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA À CAPACIDADE DE GERAR VALOR

Os indicadores previstos no Planejamento Estratégico, as ações estabelecidas no Plano de Gestão e o percentual de cumprimento das Metas Nacionais foram monitorados periodicamente pela Coordenadoria de Planejamento de Estratégia e Gestão. Os dados foram apresentados ao Conselho de Governança e ao Comitê de Gestão Estratégica, ocasião em que os resultados e as dificuldades para cumprimento das metas e objetivos estratégicos foram analisadas de forma integrada.

Os Comitês de Gestão, dentro de sua área de atuação, foram responsáveis por viabilizar a implementação das ações cuja execução foi determinada pela alta administração, como também por identificar as medidas necessárias, as dificuldades existentes e os riscos envolvidos. Dessa maneira, subsidiaram as decisões do Conselho relativas a questões estratégicas para a instituição.

O Conselho de Governança e o Comitê de Gestão Estratégica, por sua vez, auxiliaram as unidades do Tribunal na definição das ações a serem priorizadas, propuseram medidas e ajustes na condução dos trabalhos, avaliaram os riscos existentes e os esforços a serem empregados. Em todas as ocasiões foram considerados os valores entregues e os benefícios obtidos em favor da sociedade.



ESTRATÉGIA

Ao elaborar o planejamento estratégico para o período de 2021-2026 (Resolução TRE-PR nº 311/2021, alterada pela Portaria nº 451/2022), o TRE-PR estabeleceu como diretriz para sua atuação a excelência quanto ao processo eleitoral, especialmente quanto à segurança e à transparência.

Além do planejamento estratégico, direcionam as atividades do Tribunal o Plano de Gestão 2022-2023 (Portaria TRE-PR nº 321/2022), o Plano de Logística Sustentável e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação.

Para definição das ações a serem priorizadas pela instituição no exercício de 2022 foram consideradas as orientações do CNJ, TSE e TCU, como também as expectativas da sociedade, especialmente quanto à qualidade dos serviços públicos, segurança do processo eleitoral, prestação jurisdicional e transparência da atuação.

Os indicadores e as metas estabelecidas permitiram ao Conselho de Governança acompanhar o desempenho das atividades e determinar providências, quando necessário, para que os resultados almejados fossem atingidos.

Saiba mais [aqui](#).

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Sociedade

- Garantia dos Direitos Fundamentais
- Fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade

Processos Internos

- Fortalecimento da segurança do processo eleitoral
- Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional
- Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais
- Promoção da sustentabilidade

Aprendizado e Crescimento

- Aperfeiçoamento de gestão de pessoas
- Aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira
- Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e proteção de dados

RESULTADOS

Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos direcionaram a atuação de todo o Tribunal. Para mensurar os avanços obtidos, inicialmente foram estabelecidos 33 indicadores para o período de 2021-2026 e definidas as metas anuais a serem atingidas. Com a revisão do planejamento promovida em 2022, adicionou-se 01 indicador àqueles já previstos, totalizando 34 indicadores para o período de 2022-2026. Cabe ressaltar que 01 dos indicadores previstos apresenta meta apenas para o período de 2023-2024.

Durante o exercício, as metas foram atingidas em 26 indicadores. As metas estabelecidas em relação aos indicadores 4 - Índice de cumprimento dos requisitos do Ranking da Transparência do Poder Judiciário 17 – Índice de acompanhamento de sustentabilidade; 25 - Índice de julgamento dos procedimentos de natureza disciplinar e 32 – Aperfeiçoar a segurança da Informação, não foram atingidas. No cálculo do indicador 3 - Indicador de desempenho, foram considerados 31 indicadores e 26 atingidos, tendo em vista que no total de 33 foram diminuídos o próprio indicador 3 e o 24 que será mensurado para o período de 2023-2024.

Saiba mais [aqui](#).

Plano de Gestão

O Plano de Gestão (Portaria TRE-PR nº 321/2022) contemplou 27 ações e 74 atividades – todas relacionadas aos objetivos previstos na Resolução TRE-PR nº 874/2021 – estabelecendo diretrizes para a gestão do Exmo. Desembargador Wellington Emanuel Coimbra de Moura (fevereiro/2022 a janeiro/2024). Entre as atividades previstas, 57 atingiram a meta. O cumprimento de 6 atividades: Ação 13: Controlar a emissão de dióxido carbono – Atividade 01; Ação 14: Aprimorar a gestão estratégica institucional – Atividade 4, Ação 23: Aprimorar a gestão de pessoas visando fortalecer o clima organizacional – Atividades 1, 3 e 5 e Ação 27: Aprimorar os serviços prestados aos usuários internos e externos pela TI – Atividade 4 foi prorrogado para 2023.

As metas estabelecidas em relação às ações e atividades abaixo listadas não foram atingidas:

Ação 4 : Modernização do atendimento prestado pela Ouvidoria
– Atividade 4; Ação 14: Aprimorar a gestão estratégica institucional
– Atividade 3; Ação 16: Aperfeiçoar os processos de contratações, em consonância com a política de governança do TRE-PR – Atividades 1 e 3; Ação 20: Plano de reformas e serviços – Atividade 2; Ação 25: Adequações de acessibilidade e segurança do trabalho nos imóveis utilizados pela Justiça Eleitoral do Paraná – Atividade 1; Ação 27: Aprimorar os serviços prestados aos usuários internos e externos pela TI – Atividades 1, 2,3,5 e 6.

Saiba mais [aqui](#).



Indicadores

Meta atingida: 26

Meta parcialmente cumprida: 2

Não monitorados: 2

Plano de Gestão

Meta atingida: 57

Meta parcialmente cumprida: 11

Canceladas: 2

Prorrogadas 2023: 6

Metas Nacionais

As Metas Nacionais 2022 do Poder Judiciário foram aprovadas no XV Encontro Nacional do Poder Judiciário, promovido pelo CNJ. Em 2022, o segmento da Justiça Eleitoral assumiu o compromisso de perseguir o cumprimento das seguintes Metas:

Meta Nacional 1 – Julgar mais processos que os distribuídos	Critério de Cumprimento: a meta estará cumprida se, ao final do ano, o percentual de cumprimento for igual ou maior que 100%, ou seja, se os julgamentos corresponderem à quantidade de processos distribuídos até 31/12/2021 e, no mínimo, mais 1 para os tribunais que tenham estoque processual Resultado: 114,73%
Meta Nacional 2 – Julgar processos mais antigos	Critério de Cumprimento: a meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100% no tribunal Resultado: 121,39%
Meta Nacional 4 – Priorizar o julgamento dos processos relativos aos crimes contra a Administração Pública, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais	Critério de Cumprimento: a meta estará cumprida quando o grau de cumprimento for igual ou superior a 100% no tribunal Resultado: Eleições 2018: 111,11% Eleições 2020 119,05%
Meta Nacional 9 – Estimular a inovação no Poder Judiciário	Critério de Cumprimento: a meta estará cumprida se, até o final do ano, o tribunal houver, em 2022, instituído laboratório de inovação, elaborado plano de ação inovadora, enviado o plano de ação inovadora ao CNJ, ter executado a ação e ter realizado ação voltada aos ODS - Agenda 2030 Resultado: 100%
Meta Nacional 10 – Promover a Transformação Digital - Justiça 4.0	Critério de Cumprimento: a meta estará cumprida se, ao final do ano, o tribunal houver implantado as ações do Programa Justiça 4.0 nas unidades jurisdicionais do tribunal Resultado: 100%

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

OE 1 – GARANTIAS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os direitos e garantias fundamentais (CF, art5º), buscando-se assegurar o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, e à propriedade, bem como atenuar as desigualdades sociais, garantir os direitos das minorias e a inclusão e acessibilidade a todo(as).

INDICADORES ESTRATÉGICOS

Ind. 1 - Índice de adequação das instalações físicas à acessibilidade

Resultado 100%

Ind. 2 - Quantitativo de pessoas beneficiadas pelas ações institucionais da EJE

Resultado: meta atingida - 64.577 pessoas beneficiadas

Ind. 3 - Indicador de desempenho

Resultado: 83,87%

PLANO DE GESTÃO – AÇÕES

Ação 01: Justiça Eleitoral Integrativa – Cidadania Plena!	
Atividade 01:	Resultado
Instalar seções eleitorais em hospitais e/ou em instituições de longa permanência para idosos	Instaladas 7 seções eleitorais
Atividade 02:	Resultado
Promover mutirão para atendimento das comunidades indígenas, quilombolas e caiçaras	Resultado: 2135 eleitores(as) atendidos

Ação 02: Jovens Eleitores	
Atividade 01:	Resultado
Promover reuniões, na capital e nas cidades do interior do estado, entre representantes da Justiça Eleitoral - Juízes(as) Eleitorais ou servidores(as), diretores(as) de escolas estaduais e/ou estudantes	1.097 escolas atendidas

Ação 03: Fomentar a participação das mulheres na política	
Atividade 01:	Resultado
Lançamento do “Justiça Eleitoral por Elas”	Meta atingida
Atividade 02:	Resultado
Curso “Construindo Candidaturas”	Meta atingida

Ação 05: Aperfeiçoamento do atendimento dos eleitores com deficiência	
Atividade 01:	Resultado
Sensibilização sobre a importância dos Coordenadores de Acessibilidade	Realizadas 6 oficinas sobre o tema
Atividade 02:	Resultado
Orientar os Coordenadores de Acessibilidade sobre as medidas a serem adotadas para o atendimento inclusivo das pessoas com deficiência	Meta atingida
Atividade 03:	Resultado
Orientar os servidores sobre critérios de acessibilidade digital a serem observados nas publicações realizadas nas páginas do Tribunal na internet	Meta atingida
Atividade 04:	Resultado
Instituir Política de Acessibilidade e Inclusão	Meta atingida - Política de acessibilidade Res. TRE-PR nº 892/2022

Outras Iniciativas

Acordo de Cooperação Técnica para a instalação e funcionamento de seções eleitorais em estabelecimentos penais e unidades de internação de adolescentes, assegurando o exercício do voto às presas e presos provisórios e aos adolescentes em unidades de internação.

Campanhas para incentivo ao voto maduro (maiores de 70 anos).

Participação no mutirão “Meu Nome, Meu Direito” com objetivo de fornecer à população informações sobre inclusão do nome social no título de eleitor e retificar o documento quanto ao prenome e gênero de pessoas trans.

Incentivo ao voto jovem mediante a realização de campanhas, reuniões entre Juízes(as) eleitorais e diretores(as) de escolas em todo Paraná, visitas a escolas para promover o alistamento de jovens eleitores, postagem de vídeos no TikTok.

Alistamento eleitoral de 86.128 jovens com idade entre 15 e 17 anos, o que representa um aumento de 134% em relação ao ano de 2020.

Ações para incentivar e ampliar a participação das mulheres na política (reestruturação da Comissão Mulheres na Política; engajamento em reuniões com Comissões de Defesa dos Direitos das Mulheres de Câmaras Municipais e Estaduais, Comissões da OAB-PR, Comissão de Direitos Humanos, Partidos Políticos; assinatura e divulgação de Carta aberta em conjunto com a OAB-PR, realização de curso Construindo Candidaturas, com o objetivo estimular a participação das mulheres e de outros grupos minoritários na vida pública, entre outras).

Projeto Voto Acessível, com realização de visitas a instituições que atendem pessoas com deficiência com a finalidade de prestar esclarecimentos sobre o processo eleitoral e as estruturas de acessibilidade disponíveis para os eleitores com deficiência no dia da Eleição.

Reformas em frente ao edifício-sede do TRE-PR e ao Fórum Eleitoral de Curitiba visando proporcionar maior segurança e acessibilidade, especialmente às pessoas com dificuldade de locomoção e baixa visão.

Realização de curso para magistrados(as), servidores(as), estagiários(as), colaboradores(as) sobre empregabilidade das pessoas com deficiência e campanha para conscientização sobre a acessibilidade digital.

Lançamento de Cartilha Acessibilidade, com o objetivo de sensibilizar, conscientizar e informar magistrados(as), servidores(as), estagiários(as), colaboradores(as) e pessoas convocadas para os trabalhos eleitorais, bem como fornecer orientações práticas para o atendimento do eleitorado com deficiência nos locais de votação.

Disponibilização de ferramentas que facilitam o acesso de pessoas com deficiência ao site do TRE-PR como texto alternativo nas imagens, descrição de conteúdos de formulário, teclas de atalho e salto de conteúdo, funcionalidade Rybená, utilização de Linguagem simples e inclusiva na construção dos conteúdos da comunicação institucional para ampliar o acesso das informações e facilitar a compreensão por todas as pessoas.

OE2 – FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE

Refere-se à adoção de estratégias de comunicação e de procedimentos objetivos, ágeis e em linguagem de fácil compreensão, visando à transparência e ao fortalecimento do Poder Judiciário como instituição garantidora de direitos. Abrange a atuação interinstitucional integrada e sistêmica, com iniciativas pela solução de problemas públicos que envolvam instituições do estado e da sociedade civil.

INDICADORES ESTRATÉGICOS

Ind. 4 - Índice de cumprimento dos requisitos do Ranking da Transparência do Poder Judiciário	Ind. 5 - Tempo médio de resposta a contatos dirigidos à Ouvidoria
Resultado 89,23% - meta não atingida	Resultado: 0,15 dias
Ind. 6 - Índice de acesso às mídias digitais da Justiça Eleitoral do Paraná	Ind. 7 - Índice de serviços digitais
Resultado: 30,01%	Resultado: 95%

PLANO DE GESTÃO – AÇÕES

Ação 02: Jovens Eleitores	
Atividade 02:	Resultado
Projeto Parlamento Jovem	Meta atingida - 47.725 estudantes atendidos
Atividade 03:	Resultado
Projeto Eleitor do Futuro	Meta atingida - 12.991 estudantes atendidos
Atividade 04:	Resultado
Visitas “Por Dentro da Justiça Eleitoral”	Meta atingida - 1.184 estudantes atingidos
Atividade 05:	Resultado
Tribunal Eleitoral Jovem	Meta atingida - 108 estudantes atingidos
Atividade 06:	Resultado
Envolver alunos matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos projetos desenvolvidos pelo Tribunal que visam promover a conscientização política	Meta atingida - 50 estudantes atingidos

Ação 04: Modernização do atendimento prestado pela Ouvidoria	
Atividade 01:	Resultado
Implantar e parametrizar o sistema SAC	Meta atingida
Atividade 02:	Resultado
Orientar os usuários para utilização da ferramenta	Meta atingida
Atividade 03:	Resultado
Manter a satisfação dos usuários do sistema acima de 80% (Ouvidoria e canais de atendimento ao eleitor)	Meta atingida
Atividade 04:	Resultado
Gerar relatório anual sobre os atendimentos realizados pela Ouvidoria baseado na nova metodologia de trabalho	Meta atingida
Atividade 05:	Resultado
Lançar a Ouvidoria da Mulher	Meta atingida, com a criação de canal especializado para recebimento de denúncias de violência contra mulher relacionadas à igualdade de gênero, assédio moral e sexual e discriminação.

Ação 09: TRE no interior		Ação 10: Oficinas para atendimento à imprensa	
Atividade 01:	Resultado	Atividade 01:	Resultado
Conceder entrevistas a emissoras de TV ou rádio do interior do estado	Meta atingida	Realizar oficina de capacitação para atendimento à imprensa	Meta atingida
Atividade 02:	Resultado		
Realizar audiências públicas no interior do estado	19 audiências públicas realizadas		

Outras Iniciativas

Acordo de Cooperação Técnica firmado com a Câmara Municipal de São José dos Pinhais, para levar conhecimentos aos estudantes do município sobre direitos e deveres democráticos de cidadania; noções do processo eleitoral; segurança do voto eletrônico; aspectos relacionados à atividade legislativa; entre outros.

Retomada das visitas de estudantes à Escola da Cidadania (interrompidas em 2020 por conta da pandemia de Covid-19) e vistas aos Cartórios Eleitorais para conversa com estudante sobre cidadania, competências do Juízo Eleitoral nas eleições e outros assuntos, com realização de votação simulada.

Realização de lives com participação de estudantes e professores(as) - Projeto Você e o Voto #MECONTAAÍ. O projeto, que envolveu 100 escolas em 2022, propõe a discussão de conceitos como democracia e cidadania, representatividade na política e informações sobre o processo eleitoral.

Instituição do programa Estágio-Visita (Resolução TRE-PR nº 905/2022), com o intuito de promover o acesso às diversas atividades realizadas no âmbito do Tribunal aos estudantes.

Visita ao Centro de Socioeducação (Cense - espaço de atendimento ao adolescente em cumprimento de medida judicial) do município de São José dos Pinhais para apresentar o trabalho desenvolvido pela Justiça Eleitoral e discutir valores como democracia e cidadania, com realização de votação simulada em urnas eletrônicas e exposição sobre a segurança do sistema eletrônico de votação.

Projeto Uniamiga: parceria firmada com universidades para a concessão mínima de horas extracurriculares aos(as) acadêmicos(as) que exercerem a função de mesários(as) nas Eleições, precedidas de treinamento presencial e/ou virtual fornecido pela Justiça Eleitoral. Em 2022 o projeto atingiu a marca de 102 universidades parceiras.

Roda de conversa com moradores(as) da comunidade do Caximba, em Curitiba, com o objetivo de esclarecer dúvidas e fornecer orientações sobre o processo eleitoral, com a realização de votação simulada. A atividade aconteceu em uma área de ocupação, com a presença de 30 famílias em situação de vulnerabilidade social.

Participação em eventos promovidos pela OAB/PR, como curso de Direito Eleitoral para advogados iniciantes; “I Jornada de Direito Eleitoral, Democracia e Cidadania”; e como o “Dia da Cidadania”, voltado ao atendimento de mulheres em situação de vulnerabilidade, que receberam atendimento e orientação sobre questões eleitorais.

Projeto Cabina da Informação: vídeos curtos, com linguagem objetiva, simples e acessível, transmitidos nos terminais e ônibus do público de Curitiba e Morretes, sobre diversos temas pertinentes às eleições.

Obtenção de Prêmio concedido pelo TSE por projeto desenvolvido em parceria com o TRE-PB, pela criação de vídeos e jingle direcionados a grupos de baixa escolaridade para combater a desinformação.

Programa Giro Eleitoral: programa disponibilizado no canal do YouTube do Tribunal que apresenta um balanço semanal das principais ações da Justiça Eleitoral paranaense.

Projeto Amigos da Democracia: apresenta o processo eleitoral levando informações ao público acima dos 60 anos, capacitando-os a identificar informações falsas.

Treinamento com urnas eletrônicas na Terra Indígena de Rio das Cobras em Nova Laranjeiras, a maior reserva do estado, com pessoas das etnias Guarani Mbya e Kaingang, com objetivo de apresentar as urnas para os indígenas e diminuir possíveis dificuldades no momento da votação.

OE 3 – FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA DO PROCESSO ELEITORAL

Visa garantir à sociedade o aprimoramento contínuo da segurança dos pleitos eleitorais, com utilização de tecnologias e com a melhoria dos processos de trabalho.

INDICADORES ESTRATÉGICOS

Ind. 8 - Índice de conformidade na Auditoria da Votação Eletrônica
Resultado: 100%

Ind. 9 - Índice de cumprimento das ações previstas no Projeto Eleições
Resultado: 100%

PLANO DE GESTÃO – AÇÕES

Ação 06: Projeto Eleições	
Atividade 01: Executar o Projeto Eleições 2022	Resultado 100%
Atividade 02: Disponibilizar conteúdo referente às Eleições 2022 na ferramenta Wiki Eleições	Resultado Meta atingida
Atividade 03: Elaborar calendário eleitoral integrativo referente às atividades previstas na Resolução TSE nº 23674/2001	Resultado Meta atingida
Atividade 04: Elaborar calendário de atividades administrativas – Eleições 2022	Resultado Meta atingida

Ação 07: Expansão do programa Galha Confere

Atividade 01:	Resultado
Formalizar o projeto com a criação do Programa Permanente de Combate à Desinformação Galha Confere	Meta atingida

Ação 08: ENCONSEGs - Encontros Regionais de Combate à Desinformação, Fomento à Inteligência e à Segurança do Processo Eleitoral e Urnas Eletrônicas

Atividade 01:	Resultado
Ministrar curso para cadetes da Polícia Militar a fim de difundir informações sobre a segurança do processo eleitoral	Meta atingida
Atividade 02:	Resultado
Promover reuniões entre o Presidente do Tribunal e o comando da Polícia Militar nas cidades do interior do estado a fim de apresentar medidas e informações para garantir a segurança das Eleições 2022 em todo o Paraná	Meta atingida

Ação 11 - Simulado nas urnas eletrônicas

Atividade 01:	Resultado
Testes nas Urnas Eletrônicas	Meta atingida

Ação 19: Inteligência Institucional

Atividade 05:	Resultado
Elaborar procedimento operacional padrão de atuação voltado à Área de Inteligência para as Eleições de 2022	Meta atingida

Outras Iniciativas

Reuniões com a participação do Centro Integrado de Comando e Controle do Paraná, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Militar, com a finalidade de promover o alinhamento com os órgãos de segurança do estado do Paraná, elaborar o plano de segurança das eleições e garantir a normalidade da votação.

Reuniões presenciais realizadas nos polos/ macrorregiões com o objetivo de instruir os chefes de cartório e alinhar procedimentos técnicos e administrativos a serem adotados pelas zonas eleitorais nas atividades relacionadas às Eleições 2022.

Realização do 2º Encontro Nacional de Segurança e Inteligência da Justiça Eleitoral, com a participação de magistrados(as), forças de segurança e polícias judiciárias dos órgãos públicos de todo o país.

Assinatura de um Termo de Cooperação com entidades religiosas, com o objetivo de estabelecer ações, por meio de medidas e projetos institucionais, para preservar a normalidade e o caráter pacífico das eleições do ano de 2022 (Evento “Paz e Segurança nas Eleições: um pacto pela democracia”).

Teste em campo, com a participação do TSE e vários regionais, dos Sistemas de Candidaturas, Sistemas de Totalização para as Eleições e Sistemas de Propaganda Eleitoral 2022, a fim de identificar eventuais problemas no funcionamento e avaliar a integração dos sistemas.

Teste de transmissão dos resultados das eleições via satélite, realizada em locais de difícil acesso, sem internet ou com conexão instável.

Renovação do parque de urnas para as eleições 2022: recebimento de 12.221 urnas modelos 2020 do TSE (o que corresponde a 40% do total de urnas utilizadas nas eleições) e descarte de 3.328 equipamentos UE 2006 e UE 2008 29.947.

Realização da Auditoria da Votação Eletrônica, em 35 urnas em cada turno de eleição, sorteadas em cerimônia pública às vésperas de cada turno

Criação, em parceria com o Instituto Mais Cidadania, do aplicativo “Fake ou News”, ferramenta lúdica de combate à desinformação sobre o sistema eleitoral que esclarece de forma didática mitos e verdades sobre as eleições.

Formalização de Acordo de Cooperação Técnica com a Câmara Municipal para divulgação em seus canais oficiais de comunicação dos conteúdos produzidos pelo Gralha Confere, portal que apura notícias suspeitas que circulam nos meios digitais relacionadas ao processo eleitoral.

Fiscalização da geração de mídias por dois representantes das Forças Armadas, indicados pelo Ministério da Defesa.

Auditoria de Boletins de Urnas pelo TCU.

Acompanhamento das eleições pela Missão de Observação Eleitoral da Organização dos Estados Americanos(MOE/OEA).

Realização do evento “Prepara 2024”, a fim de efetuar um balanço do aprendizado com as eleições 2022 e apresentar sugestões de aperfeiçoamento para o próximo pleito.

OE 4 – AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Tem por finalidade materializar a razoável duração do processo em todas as suas fases. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais. Busca elevar a eficiência na realização dos serviços judiciais e extrajudiciais.

INDICADORES ESTRATÉGICOS

Ind. 10 - Índice de cumprimento da Meta Nacional 1 do Poder Judiciário em 1º grau	Ind. 11 - Índice de cumprimento da Meta Nacional 1 do Poder Judiciário em 2º grau
Resultado: 151,87%	Resultado: 114,73%
Ind. 12 - Índice de cumprimento da Meta Nacional 2 do Poder Judiciário em 1º grau	Ind. 13 - Índice de cumprimento da Meta Nacional 2 do Poder Judiciário em 2º grau
Resultado: 123,80%	Resultado: 121,39%

PLANO DE GESTÃO – AÇÕES

Ação 12 – Celeridade na produtividade jurisdicional	
Atividade 01:	Resultado
Capacitação para utilização do sistema Atena – servidores lotados na SECCRE	Meta atingida
Atividade 02:	Resultado
Capacitação para utilização do sistema Atena – servidores lotados nos gabinetes e na SECJUD	Meta atingida
Atividade 03:	Resultado
Capacitação de magistrados em temas relacionados às Eleições 2022	Meta atingida
Atividade 04:	Resultado
Capacitação de servidores em temas relacionados às Eleições 2022	Meta atingida

Outras Iniciativas

Criação do painel de autogerenciamento das zonas eleitorais, plataforma que proporciona a visão geral da situação dos processos em trâmite na unidade e centraliza os principais indicadores dos diversos sistemas judiciários, eleitorais e administrativos, facilitando a gestão da zona eleitoral e o tratamento das pendências.

Mutirão para processamento dos 278.147 das solicitações referentes a título eleitoral (pedidos de alistamento e transferência) formulados, por meio da ferramenta Título Net ou presencialmente, no período de 25 de abril a 04 de maio (fechamento do cadastro eleitoral).

Realização de Pesquisa Pública com a sociedade paranaense para a definição de metas nacionais e específicas para o ano de 2023 no âmbito da Justiça Eleitoral.

Celebração de Acordo de Cooperação Técnica com o TSE para desenvolvimento e a sustentação do sistema de Prestação de Contas Eleitorais, Partidárias e das fundações/institutos dos partidos.

Capacitação de servidores que prestam suporte às Zonas Eleitorais nas Eleições 2022 em assuntos relacionados ao PJE, Pardal e Poder de Polícia.

Lançamento do Guia de Treinamento de Técnicos de Eleição, trazendo diretrizes a serem observadas pelos cartórios (critérios de contratação, treinamentos a serem ministrados e outras informações relevantes).

Curso de formação inicial para magistrados(as), com abordagem em Direito Eleitoral e temas de extrema relevância para a atuação na esfera eleitoral.

OE 5 – ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS

Conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à integridade nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa internamente e externamente, ao enfrentamento dos crimes eleitorais e contra a administração pública, entre outros.

INDICADORES ESTRATÉGICOS

Ind. 14 - Índice de cumprimento da Meta Nacional 4 do Poder Judiciário em 1º grau

Resultado: 119,05%

Ind. 15 - Índice de cumprimento da Meta Nacional 4 do PJ em 2º grau

Resultado: 111,11%

Ind. 16 - Índice de zonas eleitorais correcionadas e/ou inspecionadas (presencial ou à distância)

Resultado: 19 Zonas Eleitorais inspecionadas/correcionadas à distância e 6 Zonas Eleitorais inspecionadas/correcionadas de forma semipresencial

OUTRAS INICIATIVAS

Lançamento do site “Você sabia, sabiá?”: o site traz um compilado de informações que apresentam os crimes eleitorais mais comuns e ensina a população como denunciar as práticas ilegais.

OE 6 – PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Aperfeiçoamento de ações que estimulem o uso sustentável de recursos naturais e bens públicos, a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, do uso apropriado dos recursos finitos, a promoção das contratações sustentáveis, a gestão sustentável de documentos e a qualidade de vida no ambiente de trabalho. Visa à adoção de modelos de gestão organizacional e de processos estruturados na promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social.

INDICADORES ESTRATÉGICOS

Ind. 17. - Índice de acompanhamento da sustentabilidade

Resultado: Apenas 1 indicador (água) atingiu a meta e/ou redução de consumo (25%)

Ind. 18 - Índice de contratações e aquisições com critérios de sustentabilidade

Resultado: 71.87%

PLANO DE GESTÃO – AÇÕES

Ação 13: Controlar a emissão de dióxido carbono

Atividade 01:	Resultado
Contratar empresa especializada para a realização de Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa.	prorrogado para 2023

Ação 21: Projeto de efficientização energética – modernização e redução de custos com energia elétrica

Atividade 01:	Resultado
Substituir as lâmpadas por LED em 5 Fóruns do interior	100%

Outras Iniciativas

Uso de cisternas para auxiliar na economia de água, mediante o reaproveitamento da água da chuva para regar plantas, lavar calçadas, entre outras atividades.

Conquista do Selo de Monitoramento A3P, comprovando que a instituição continua cumprindo o compromisso feito com o Ministério do Meio Ambiente (MMA) ao aderir, em 2020, à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

Gerenciamento e orientação da destinação das sobras de materiais de expediente, após o encerramento do pleito eleitoral e ainda aproveitáveis, a entidades de interesse social, como nos próprios locais de votação e para as associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis

Adesão ao programa de logística reversa Planeta Lexmark, que recolhe cartuchos de toner usados e transforma em matéria-prima reutilizável.

Atendimento ao Decreto Federal nº 10779/21, que determinou a redução do consumo de energia elétrica no âmbito da administração pública federal.

Publicação da Portaria nº 204/2021, que estabelece medidas para economia e racionamento do uso de energia elétrica na Justiça Eleitoral do Paraná.

Gestão de resíduos, com a totalidade de termos de compromissos firmados com Associações de catadores e cooperativas existentes nas Zonas Eleitorais, Capital Interior e Sede; inauguração do ECOPONTO; manutenção permanente de campanhas para a destinação ambientalmente correta de resíduos recicláveis.

Elaboração de vídeo comemorativo ao dia mundial do meio ambiente, voltado ao público interno do TRE-PR, com o tema “aquecimento global”, alerta, apresentações das boas práticas ambientais adotadas e orientações.

Elaboração de vídeo comemorativo ao dia mundial do meio ambiente, voltado à REDE Sustenta Paraná, com o tema “aquecimento global”, alerta e orientações de boas práticas ambientais. Este vídeo foi transmitido na semana do meio ambiente em eventos externos, como o da UTFPR.

Selo Clima Paraná, edição 2022, categoria A (máxima). Cabe destacar que o TRE-PR foi o único órgão do Poder Judiciário a receber o Selo, que reconhece as organizações paranaenses, públicas e privadas, comprometidas com o desenvolvimento sustentável e a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas.

Produção de 10.413.775 Kwh de energia pela usina fotovoltaica, no período de 19/08/2019 a 01/12/2022.

OE 7 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

Formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades locais, regionais e próprias da Justiça Eleitoral, produzidas de forma colaborativa pelos órgãos do Poder Judiciário, magistrados(as), servidores(as), pela sociedade e pelos personagens do sistema de justiça. Visa à eficiência operacional interna, à humanização do serviço, à desburocratização, à simplificação de processos internos, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de gestão documental, gestão da informação, gestão de projetos, conservação/aperfeiçoamento da infraestrutura e otimização de processos de trabalho com o intuito de melhorar o serviço prestado à sociedade.

INDICADORES ESTRATÉGICOS

Ind. 20 - Índice de cumprimento do iGovPubl	Ind. 23 - Índice de licitações homologadas
Resultado:88,80%	Resultado:90%
Ind. 21 - Índice de cumprimento do iGovPessoas	Ind. 24 - Índice de eficiência do planejamento das aquisições e contratações
Resultado: 92,59%	Índice não mensurado
Ind. 22 - Índice de cumprimento do iGov TI	Ind. 25 - Índice de julgamento dos procedimentos de natureza disciplinar
Resultado:79%	Resultado: Procedimentos distribuídos : 07 Procedimentos baixados : 03

PLANO DE GESTÃO – AÇÕES

Ação 14: Aprimorar a gestão estratégica institucional			
Atividade 01:	Resultado	Atividade 06:	Resultado
Aperfeiçoar o registro dos atos praticados pelos Comitês e referentes ao teletrabalho	Meta atingida	Formalizar o processo de comunicação de incidentes relativos à divulgação indevida de dados pessoais (LGPD)	Meta atingida
Atividade 02:	Resultado	Atividade 07:	Resultado
Remodelar o Portal da Transparência	100%	Divulgar o Planejamento Estratégico 2021-2026 aos servidores da Justiça	Meta atingida
Atividade 03:	Resultado		
Aperfeiçoar a gestão documental	0%		
Atividade 04:	Resultado		
Aperfeiçoar o método de guarda dos documentos	Será executada em 2023.		
Atividade 05:	Resultado		
Reduzir riscos no tratamento dos dados dos servidores (LGPD)	100%		

Ação 15: Mapeamento de processos	
Atividade 01:	Resultado
Realizar o mapeamento de processos	90%

Ação 17: Gestão de riscos	
Atividade 01:	Resultado
Mapeamento de riscos nas unidades	100%

Ação 16: Aperfeiçoar os processos de contratações, em consonância com a política de governança do TRE-PR	
Atividade 01:	Resultado
Executar Projeto Piloto de aplicação da Nova Lei de Licitações	50% Dispensa de Licitação, 100% Inexigibilidade, 70% Licitação
Atividade 02:	Resultado
Minutar norma referente às sanções aplicáveis aos contratos em decorrência do descumprimento das obrigações assumidas	100%
Atividade 03:	Resultado
Elaborar entendimento administrativo/nota técnica/súmula na área de pesquisa de mercado	90%
Atividade 04:	Resultado
Modernização do Layout da Transparência Projeto de Governança das Contratações – publicação	Meta atingida

Ação 19: Inteligência Institucional	
Atividade 01:	Resultado
Promover capacitação dos membros do grupo na área especializada de Inteligência Institucional	Meta atingida
Atividade 02:	Resultado
Elaborar estudo para subsidiar normativo atualizado sobre a Atividade de Inteligência	Meta atingida
Atividade 03:	Resultado
Realizar Encontro Anual das Áreas de Inteligência Institucional da Justiça Eleitoral	100%
Atividade 04:	Resultado
Realizar estudo para verificar a viabilidade de firmar convênios com órgãos de inteligência	100%
Atividade 05:	Resultado
Elaborar procedimento operacional padrão de atuação voltado à Área de Inteligência para as Eleições de 2022	Meta atingida

Ação 21: Projeto de efficientização energética – modernização e redução de custos com energia elétrica	
Atividade 02:	Resultado
Revisão e manutenção da cúpula de vidro do Fórum Eleitoral de Curitiba	Meta atingida

Outras Iniciativas

Reestruturação orgânica do tribunal, promovendo a reorganização das competências e criação de novas unidades (Resoluções TRE-PR nº 895, 900 e 903/2022).

Aprovação do Plano de Segurança Institucional (Portaria TRE-PR249 /2022).

Apresentação de Relatório Técnico intitulado “Diálogos Nacionais sobre a LGPD na Justiça Eleitoral - Oficinas Temáticas”, elaborado em conjunto com o TSE, TRE-CE e TRE-PA no V Encontro de Administração da Justiça (EnAJUS), para análise e implementação da LGPD em parceria entre os tribunais.

Conquista do prêmio categoria diamante no Prêmio CNJ de Qualidade 2022 – premiação que analisa todos os tribunais do país, conforme o segmento da justiça, em relação à governança, produtividade, transparência e dados e tecnologia –, tendo o TRE-PR conquistado o 3º lugar no segmento da Justiça Eleitoral.



OE 8 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

Refere-se ao conjunto de políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos do órgão, favorecendo o desenvolvimento profissional, a capacitação, a relação interpessoal, a saúde e a cooperação, com vistas ao alcance efetivo dos objetivos estratégicos da instituição.

INDICADORES ESTRATÉGICOS

Ind. 26 - Índice de capacitação de magistrados

Resultado: meta atingida – 182 magistrados capacitados

Ind. 27 - Índice de adequação das instalações físicas quanto à segurança do trabalho em altura

Resultado: 100%

Ind. 28 - Índice de implementação de ações para a promoção da saúde

Resultado: 47 ações implementadas

PLANO DE GESTÃO – AÇÕES

Ação 23: Aprimorar a Gestão de Pessoas visando fortalecer o clima organizacional	
Atividade 01: Formular proposta para revisão da norma referente ao teletrabalho	Resultado Será executada em 2023
Atividade 02: Divulgar aos servidores o trabalho desenvolvido pela psicóloga	Resultado Meta atingida
Atividade 03: Realizar palestra sobre luto perdas	Resultado Será executada em 2023
Atividade 04: Incentivar a adoção de hábitos saudáveis	Resultado 100%
Atividade 05: Promover a educação financeira dos servidores	Resultado Será executada em 2023
Atividade 06: Realizar pesquisa de Clima Organizacional	Resultado 100%

Ação 24: Desenvolver a Capacidade da Gestão de Contratações	
Atividade 01: Promover o treinamento de, ao menos, uma turma de servidores sobre planejamento e gestão contratual (projeto capacitação - gestão participativa) Resultado: meta atingida	Resultado Meta atingida
Atividade 02: Elaborar uma trilha de aprendizagem para a área de contratações, com diretrizes do aprendizado e abordagem aprofundada nos temas relativos a contratações	Resultado Meta atingida

Ação 25: Adequações de acessibilidade e segurança do trabalho nos imóveis utilizados pela Justiça Eleitoral do Paraná	
Atividade 02: Adequar os imóveis utilizados pela Justiça Eleitoral do Paraná conforme os critérios de Segurança para Trabalho em Altura, com emissão de certificado	Resultado 100%

OUTRAS INICIATIVAS

Criação do grupo de conversa virtual, com encontros quinzenais promovidos pelo Comitê de Saúde, para abordagem de temas sugeridos pelos próprios participantes como: crenças limitantes, autossabotagem, ressignificando perdas e TDAH.

Evento sobre “Enfrentamento do Assédio e da Discriminação pelo Judiciário”, apresentado de forma virtual, reunindo 230 pessoas.

Realização de pesquisa de clima.

Realização da Semana Odontológica para servidores e terceirizados.

Realização do “Curso Suporte Básico de Vida em Cardiologia e da Vítima de Trauma”, sobre como proceder diante de uma situação de emergência .

OE9 – APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública.

INDICADORES ESTRATÉGICOS

Ind. 29 - Índice de execução orçamentária das despesas discricionárias
Resultado:99,45%

Ind. 30 - Índice de execução financeira das despesas discricionárias do exercício e restos a pagar
Resultado: 97,39%

Ind. 31 - Índice de perdas orçamentárias
Resultado:0,71%

PLANO DE GESTÃO – AÇÕES

Ação 26: Aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira	
Atividade 01:	Resultado
Reestruturar relatórios orçamentários e financeiros no Portal da Transparência	100%

Outras Iniciativas

Pagamento de auxílio-alimentação aos mesários(as) por meio de PIX (sendo a chave o CPF), permitindo a desburocratização do acesso ao benefício.

Aperfeiçoamento do Portal BI, disponibilizando informações em tempo real a todas unidades do Tribunal em relação ao orçamento.

OE10 – FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS

Programas, projetos, ações e práticas que visem ao fortalecimento das estratégias digitais do Poder Judiciário e à melhoria da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica, garantindo proteção aos dados organizacionais com integridade, confiabilidade, confidencialidade, integração, disponibilidade das informações, disponibilização dos serviços digitais à sociedade e dos sistemas essenciais da justiça, promovendo a satisfação dos(as) usuários (as) por meio de inovações tecnológicas, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos e da gestão da privacidade e uso dos dados pessoais.

INDICADORES ESTRATÉGICOS

**Ind. 32 - Índice de aperfeiçoamento
da segurança da informação**

Resultado: 4 controles implementados

**Ind. 33 - Índice de governança de TI
iGovTIC-JUD**

Resultado: 82,54%

PLANO DE GESTÃO – AÇÕES

Ação 27: Aprimorar os serviços prestados aos usuários internos e externos pela TI	
Atividade 01:	Resultado
Aperfeiçoar o atendimento do eleitor e usuários externos	Meta atingida
Atividade 02:	Resultado
Implantar ferramenta única para ponto dos servidores	50%
Atividade 03:	Resultado
Aperfeiçoar as ferramentas de trabalho utilizadas pelos servidores e colaboradores	Etapas (ii e vii) : concluídas; Etapas (i,iii,v,viii): em andamento, Etapa (iv): não iniciada;
Atividade 04:	Resultado
Revisão de contratos	Será executada em 2023
Atividade 05:	Resultado
Unificação dos contratos de suporte	90%
Atividade 06:	Resultado
Ampliar a segurança na rede de dados (NAC)	40%

Outras Iniciativas

Criação de novas unidades administrativas (Assessoria de Segurança Cibernética, unidade vinculada à Secretaria de Tecnologia da Informação, para prevenção de ataques cibernéticos e garantia da segurança da rede e da Assessoria de Projetos de Inovação).

Disponibilização de multicanal via Whastapp que, além de proporcionar mais agilidade e segurança na comunicação institucional e permitir o envio de comunicações oficiais aos 399 municípios do Paraná, possibilita o acesso, via celular, a diversos serviços da Justiça Eleitoral.

Criação de canal para Autoatendimento do Eleitor, localizado no menu “Serviço ao Eleitor” (no site do TRE-PR) área que reúne em um só lugar vários serviços disponibilizados on-line pelo TRE-PR.

Assinatura de termo de cooperação técnica com o Ministério Público do Estado do Paraná (MPPR) para intercâmbio e compartilhamento de sistemas, soluções ou ferramentas tecnológicas, trocas de informações de inteligência, além de outros marcos normativos, jurisprudenciais e doutrinários que fundamentam o desenvolvimento da atividade de inteligência.

UNIDADES DA GESTÃO

No item unidades da gestão serão abordadas informações e resultados referentes à gestão do orçamento e finanças, gestão de custos, gestão de pessoas, gestão de licitações e contratos, gestão patrimonial e de infraestrutura, gestão de tecnologia de informações e gestão de sustentabilidade.

INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS

Perfil do Gasto do Tribunal

A Lei Orçamentária Anual de 2022 – Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022 – Publicada no DOU de 24/01/2022 consignou ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná a dotação orçamentária inicial de R\$ 374.568.768,00. Cabe ressaltar que com os créditos adicionais, as provisões recebidas do Tribunal Superior Eleitoral, de outros Tribunais Regionais Eleitorais, bem como as dotações remanejadas para outras ações, o Orçamento total disponibilizado foi de R\$ 442.094.490,76.

O quadro a seguir evidencia, de maneira sintética, os créditos orçamentários aprovados na Lei Orçamentária Anual, suas suplementações, provisões e cancelamentos, conforme ocorridos no decorrer do exercício, a saber:

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2022					
TIPO DE CRÉDITO	PESSOAL E BENEFÍCIOS	CUSTEIO	INVESTIMENTO	TOTAL	%
(i) Dotação Inicial	R\$ 325.411.301,00	R\$ 41.434.467,00	R\$ 7.723.000,00	R\$ 374.568.768,00	84,73%
(+) Dotação Adicional	R\$ 11.509.605,00	R\$ 80.000,00	R\$ -	R\$ 11.589.605,00	2,62%
(-) Dotação remanejada	R\$ 2.252.192,00	-R\$ 1.980.000,00	R\$ 1.275.000,00	-R\$ 2.957.192,00	-0,67%
(=) Orçamento Ordinário	R\$ 334.668.714,00	R\$ 39.534.467,00	R\$ 8.998.000,00	R\$ 383.201.181,00	86,68%
(+) Orçamento para Eleições e RH	R\$ 16.436.334,18	R\$ 42.456.975,58	R\$ -	R\$ 58.893.309,76	13,32%
(=) Total do Orçamento	R\$ 351.105.048,18	R\$ 81.991.442,58	R\$ 8.998.000,00	R\$ 442.094.490,76	100%

Despesas Obrigatórias: Consistem na Folha de Pagamento de Pessoal Ativo e Inativos e seus benefícios, como a Assistência Médica e Odontológica, Assistência Pré-Escolar, Auxílio-Transporte, Auxílio-Alimentação, Auxílio-Funeral e Natalidade.

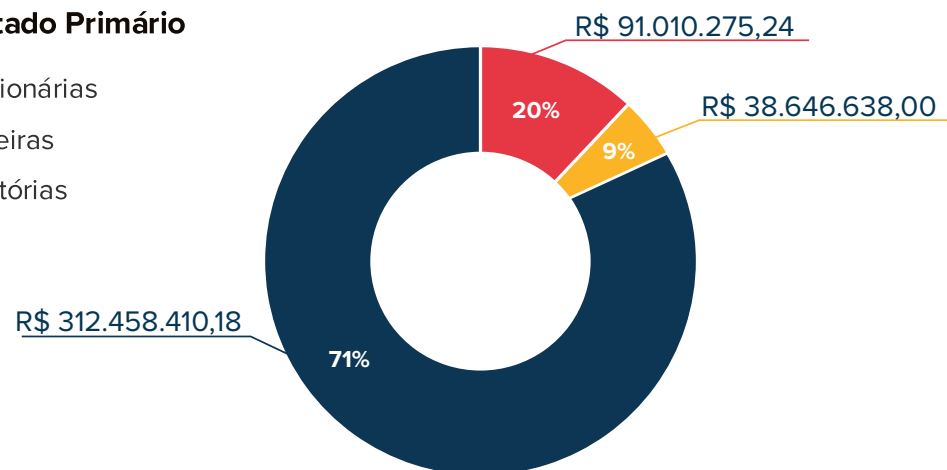
Despesas Financeiras: São as de responsabilidade da própria União. No caso em tela, trata-se da Contribuição Patronal da União sobre a folha de pagamento de pessoal, que atualmente corresponde ao dobro da contribuição do servidor.

Despesas Discricionárias: São aquelas que o gestor tem a possibilidade de executar para atender as estratégias definidas na proposta orçamentária do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná. No Orçamento Ordinário do Tribunal, elas corresponderam a 20% do total do orçamento. Cabe ressaltar, que deste percentual, existem as despesas contratuais, as quais já estão comprometidas. No exercício de 2022, as despesas contratuais, corresponderam ao percentual de 71 % das despesas discricionárias, restando ao gestor o percentual de 29 % para atender a discricionariedade da execução do orçamento.

O gráfico a seguir demonstra os valores autorizados na Lei Orçamentária Anual do Orçamento Ordinário, distribuídos por Indicador de Resultado Primário¹

Indicador de Resultado Primário

- Despesas discricionárias
- Despesas financeiras
- Despesas obrigatórias



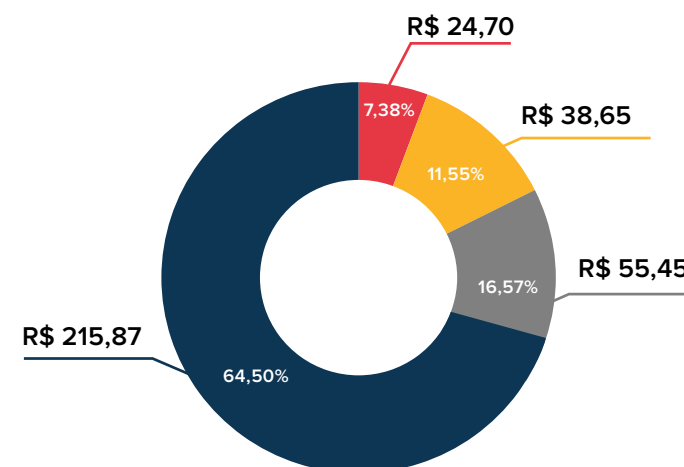
¹ Identificador de Resultado Primário: (0) despesa financeira; (1) despesa primária obrigatória; (2) despesa primária discricionária; (3) despesa relativa ao Projeto Piloto de Investimentos Públicos; (4) despesas constantes do orçamento de investimentos das empresas estatais que não impactam o resultado primário; (5) discricionária e abrangida pelo PAC; (6) obrigatória decorrente de emendas individuais.

Despesas Obrigatórias e Financeiras

As despesas obrigatórias e financeiras de 2022 permaneceram praticamente no mesmo patamar estabelecido em 2021, ocorrendo uma variação no grupo de Benefícios, decorrente de equiparação da cota parte referente a Assistência Médica e Odontológica. Observa-se que o maior gasto com despesas obrigatórias ocorre com servidores ativos, aqui compreendidos o pagamento de servidores do quadro da Justiça Eleitoral, Membros da corte, Juízes Eleitorais e Promotores Eleitorais.

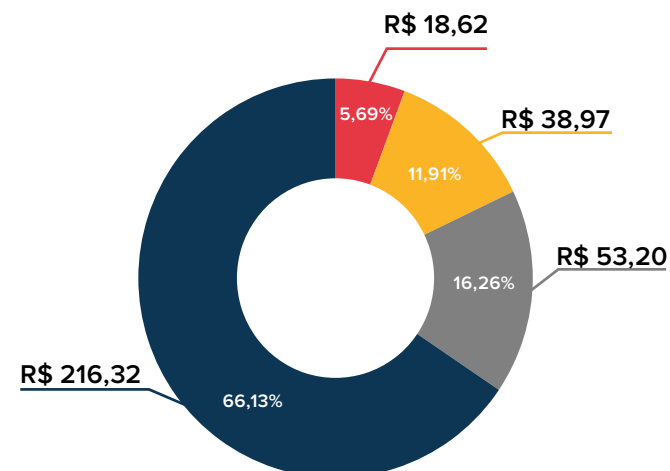
2022 Valores em Milhões

- Benefícios
- Encargos Previdenciários
- Inativos
- Ativos



2021 Valores em Milhões

- Benefícios
- Encargos Previdenciários
- Inativos
- Ativos



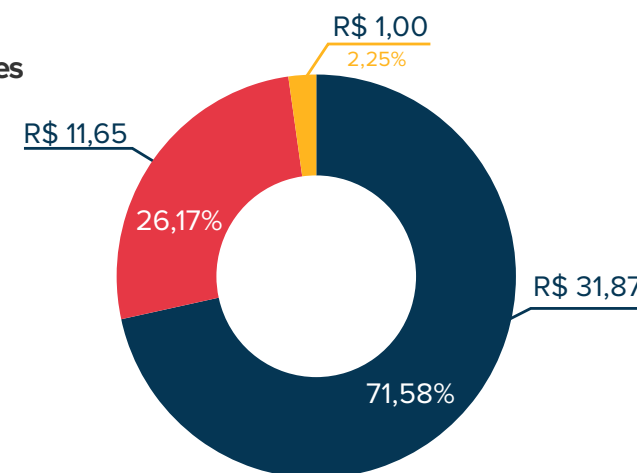
Despesas Discricionárias e Contratuais

Na tabela abaixo, demonstra-se as 20 maiores despesas discricionárias, não incluindo os valores com o Orçamento de Eleições:

Maiores Despesas Discricionárias	
1ª Limpeza e Conservação	R\$ 6.333.550,88
2ª Manutenção Predial	R\$ 5.206.082,65
3ª Apoio Administrativo, Técnico e Operacional	R\$ 4.443.424,56
4ª Estagiários	R\$ 3.461.958,05
5ª Equipamentos de TIC	R\$ 3.231.184,88
6ª Manutenção de Software – Seg. Informação	R\$ 3.211.040,00
7ª Aquisição e desenvolvimento de Software – Seg. Informação	R\$ 2.308.381,85
8ª Vigilância Ostensiva	R\$ 2.087.879,60
9ª Veículos	R\$ 1.500.000,00
10ª Comunicação e Rede de Dados	R\$ 1.399.577,88
11ª Energia Elétrica	R\$ 1.369.522,67
12ª Reformas de pequeno vulto – Limite Setorial	R\$ 1.336.792,00
13ª Vigilância Eletrônica	R\$ 1.027.267,39
14ª Armazenamento de Dados	R\$ 997.999,37
15ª Capacitação de Recursos Humanos – TRE-PR	R\$ 973.689,04
16ª Instalações	R\$ 882.168,19
17ª Apoio Técnico de Operacional de TIC	R\$ 783.344,97
18ª Telefonia Fixa	R\$ 691.021,22
19º Material de Consumo para manutenções diversas	R\$ 607.628,90
20ª Outros Materiais Permanentes e equipamentos	R\$ 593.588,87

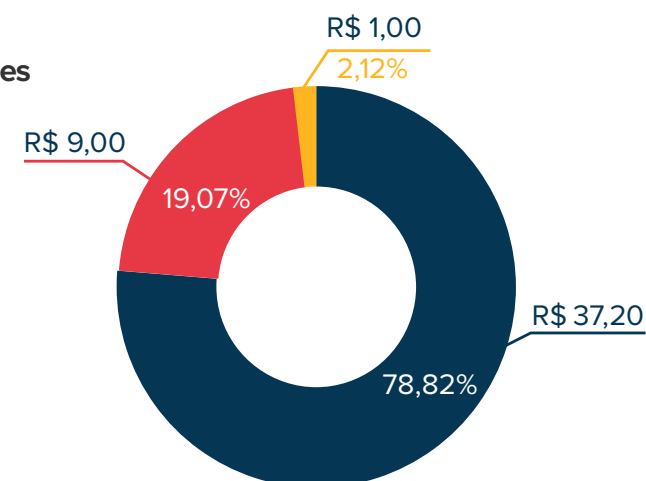
2021 - Valores em Milhões

- Custeio
- Investimento
- Capacitação



2022 - Valores em Milhões

- Custeio
- Investimento
- Capacitação



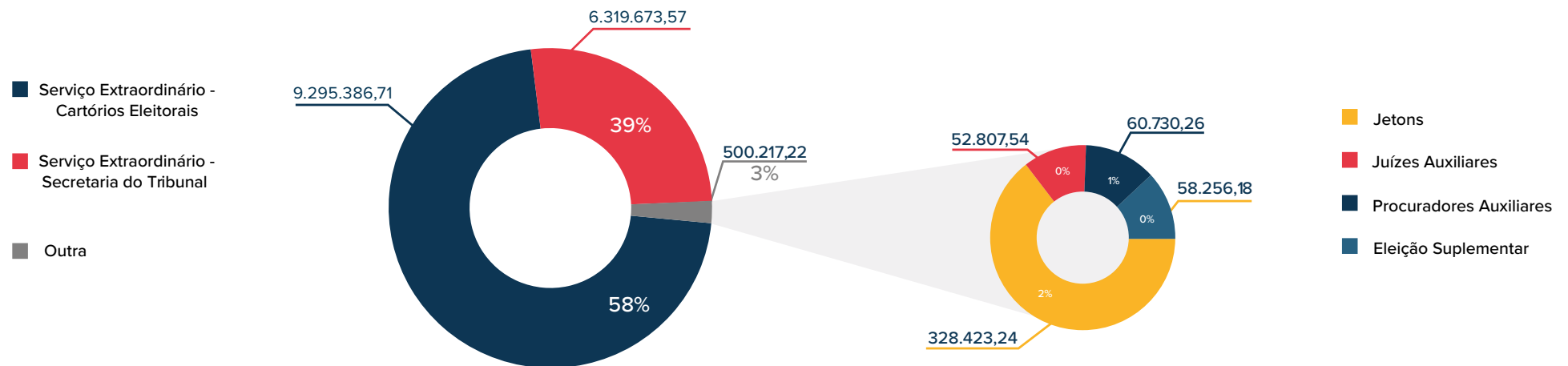
Orçamento Descentralizado - Eleições, Manutenção de Urnas e capacitação

No exercício de 2022 recebemos uma provisão no valor de R\$ 58.865.788,38, o qual foi destinado à execução das despesas referentes às Eleições Gerais, a Manutenção de Urnas e Capacitação de servidores.

Pessoal e Encargos Sociais

As despesas com pessoal e encargos totalizaram o valor de **R\$ 16.436.334,18**.

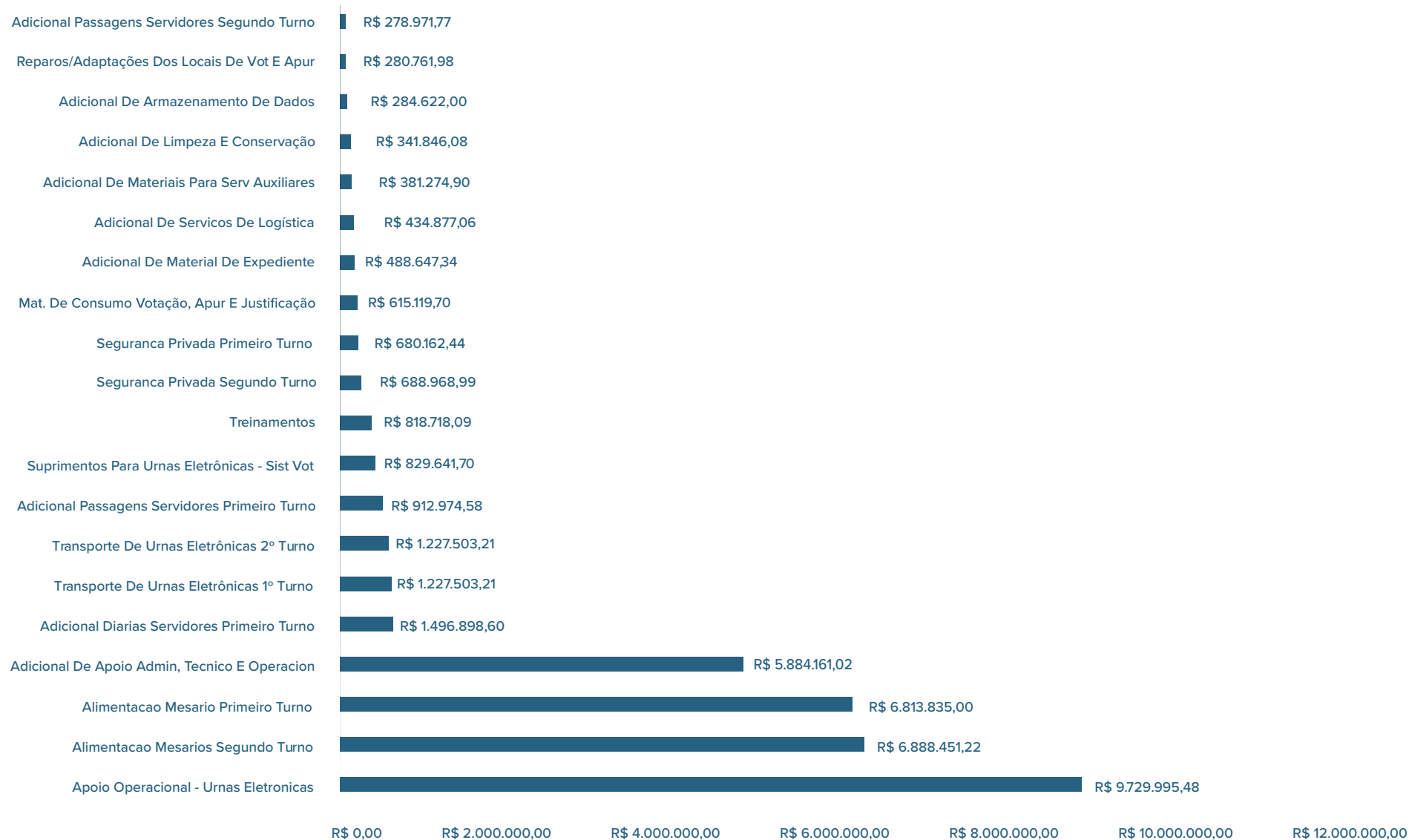
As principais despesas empenhadas na ação de Pleitos Eleitorais em 2022 estão abaixo demonstradas:



Outras Despesas Correntes (Custeio)

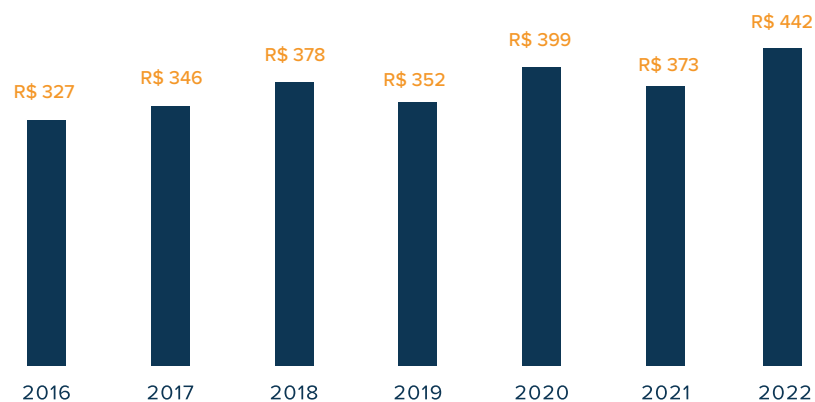
As despesas com custeio com as Eleições Gerais e Manutenção de Urnas realizadas em 2022 totalizaram o valor de R\$ 42.429.454,20.

O quadro abaixo evidencia as 20 maiores despesas nesta categoria:



Evolução da Dotação Orçamentária

Dotação Orçamentária - Evolução em Milhões



Fonte SECOFC TRE-PR

Resultado da Correção pelo IGP-M (FGV)

Dados informados

Data inicial	12/2016
Data final	12/2022
Valor nominal	R\$ 326.823.639,00 (Real)

Dados calculados

Índice de correção no período	1,76511210
Valor percentual correspondente	76,511210%
Valor corrigido na data final	R\$ 576.880.359,76 (Real)

Resultado da Correção pelo IPCA (IBGE) -

Dados informados

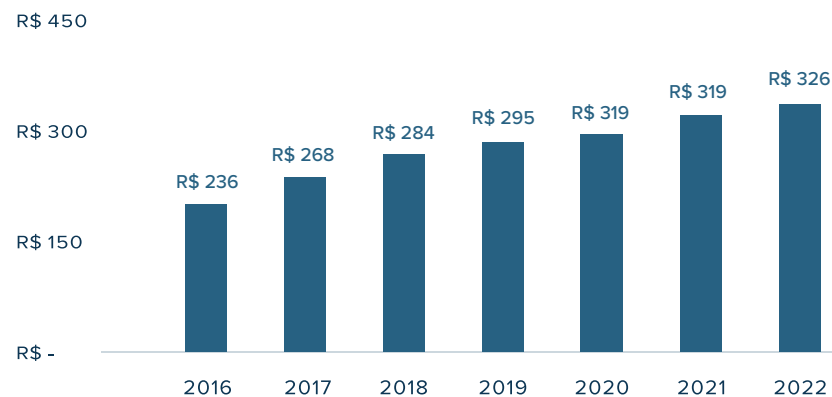
Data inicial	12/2016
Data final	11/2022
Valor nominal	R\$ 326.823.639,00 (Real)

Dados calculados

Índice de correção no período	1,35131290
Valor percentual correspondente	35,131290%
Valor corrigido na data final	R\$ 441.640.999,41 (Real)

Evolução da Despesa com Pessoal e Encargos Sociais

Despesa com Pessoal e Encargos - Evolução em Milhões



No gráfico acima demonstra-se o crescimento da despesa com pessoal e encargos, o qual é decorrente dos planos de cargos e salários, bem como de outros benefícios adquiridos pelo servidor. Observamos que o crescimento da despesa está abaixo da variação do IGP-M(FGV) e acima do IPCA, conforme correções a seguir:

Resultado da Correção pelo IGP-M (FGV)

Dados informados

Data inicial	12/2016
Data final	12/2022
Valor nominal	R\$ 235.592.057,00 (Real)

Dados calculados

Índice de correção no período	1,76511210
Valor percentual correspondente	76,511210%
Valor corrigido na data final	R\$ 415.846.390,47 (Real)

Resultado da Correção pelo IPCA (IBGE)

Dados informados

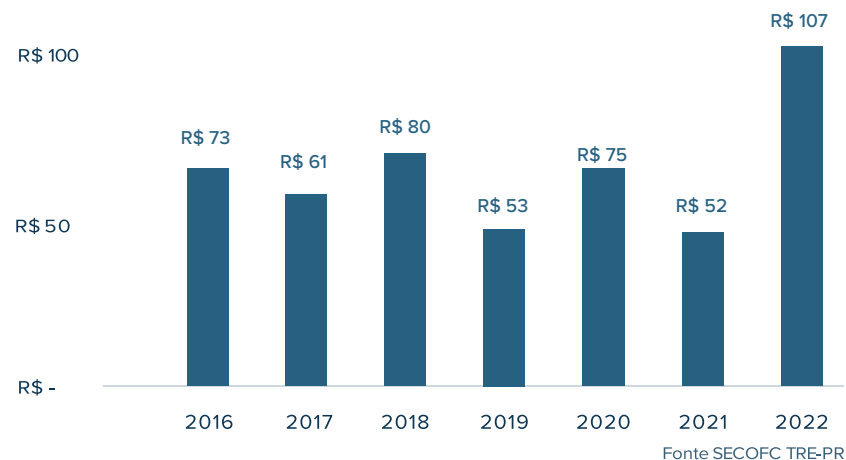
Data inicial	12/2016
Data final	11/2022
Valor nominal	R\$ 235.592.057,00 (Real)

Dados calculados

Índice de correção no período	1,35131290
Valor percentual correspondente	35,131290%
Valor corrigido na data final	R\$ 318.358.585,76 (Real)

Evolução da Despesa com Custeio

No gráfico abaixo demonstra-se a variação bianual do orçamento de custeio, o qual é decorrente dos pleitos eleitorais. Observamos que o crescimento da despesa está abaixo da variação do IGP-M(FGV) e acima do IPCA (IBGE).



Dados básicos da Correção pelo IGP-M (FGV)

Dados informados

Data inicial	12/2016
Data final	11/2022
Valor nominal	R\$ 73.250.306,00 (Real)

Dados calculados

Índice de correção no período	1,76511210
Valor percentual correspondente	76,511210%
Valor corrigido na data final	R\$ 129.295.001,45 (Real)

Resultado da Correção pelo IPCA (IBGE)

Dados informados

Data inicial	12/2016
Data final	11/2022
Valor nominal	R\$ 73.250.306,00 (Real)

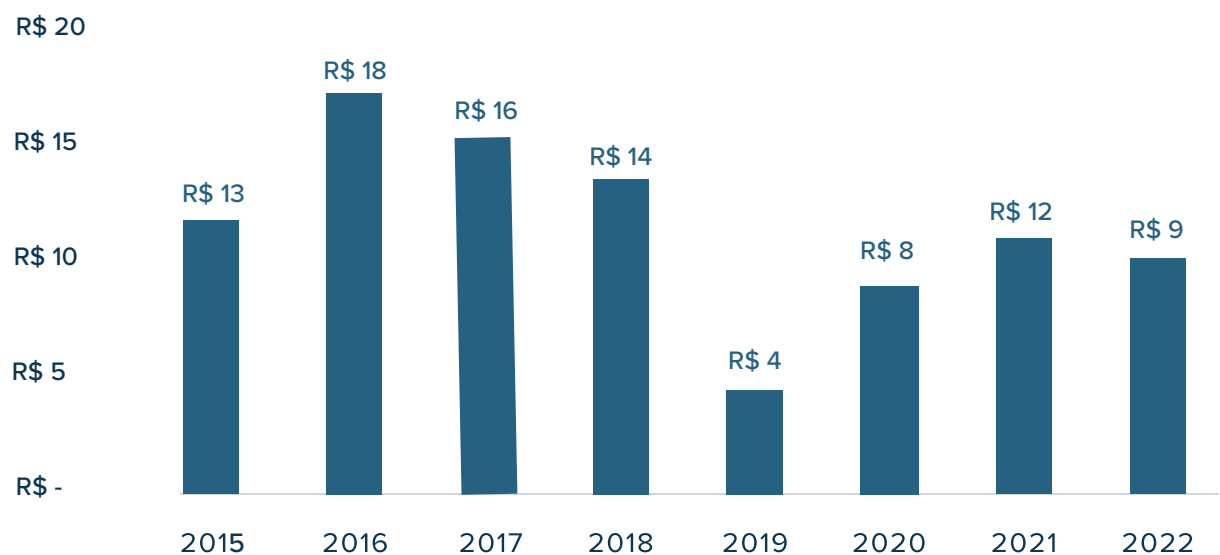
Dados calculados

Índice de correção no período	1,35131290
Valor percentual correspondente	35,131290%
Valor corrigido na data final	R\$ 98.984.084,43 (Real)

Evolução da Despesa com Investimento

No gráfico abaixo conseguimos vislumbrar uma queda vertiginosa nos investimentos em 2019. Cabe ressaltar que até 2018, o Tribunal Regional Eleitoral vinha adotando uma política de construção de imóveis próprios, em grande parte através de emendas parlamentares. Com a entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 95/2016, o Tribunal Regional Eleitoral deixou de contar com os valores das Emendas Parlamentares, pois as mesmas concorriam com o próprio orçamento do TRE-PR. Os valores com investimento em 2022 foram decorrentes do orçamento planejado da Justiça Eleitoral do Paraná.

Despesas com Investimento - Evolução em Milhões



Fonte SECOFC TRE-PR

Execução Orçamentária

Programa	Dotação Total	Empenhos	Liquidações	Pagamentos
Programa de Gestão e Manutenção do Poder Judiciário	442.061.738,76	438.077.664,80	R\$ 433.422.848,45	433.280.812,66
Operações Especiais: Outros encargos especiais	R\$ 32.752,00	R\$ 32.751,23	R\$ 32.751,23	R\$ 32.751,23
Total	R\$ 442.094.490,76	R\$ 438.110.416,03	R\$ 433.455.599,68	R\$ 433.313.563,89

Ação	Dotação Total	Empenhos	Liquidações	Pagamentos
Pagamento - Pessoal Ativo da União	R\$ 215.870.360,00	R\$ 214.094.236,79	R\$ 212.488.651,23	R\$ 212.488.651,23
Pleitos Eleitorais	R\$ 58.865.788,38	R\$ 58.450.874,33	R\$ 57.046.877,88	R\$ 57.037.562,88
Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis	R\$ 55.417.024,00	R\$ 55.020.007,78	R\$ 54.976.521,78	R\$ 54.976.521,78
Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral	R\$ 47.223.196,38	R\$ 46.796.921,10	R\$ 45.707.499,76	R\$ 45.707.083,02
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime da Previdência dos Servidores Públicos Federais	R\$ 38.646.638,00	R\$ 38.139.404,89	R\$ 38.127.702,89	R\$ 38.032.020,69
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	R\$ 12.939.262,00	R\$ 12.939.262,00	R\$ 12.939.262,00	R\$ 12.939.262,00
Outros Benefícios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	R\$ 11.762.678,00	R\$ 11.300.165,91	R\$ 11.230.724,42	R\$ 11.230.724,42
Conservação e Recuperação de Ativos de Infraestrutura da União	R\$ 1.336.792,00	R\$ 1.336.792,00	R\$ 905.608,49	R\$ 868.986,64
	R\$ 32.752,00	R\$ 32.751,23	R\$ 32.751,23	R\$ 32.751,23
Total	R\$ 442.094.490,76	R\$ 438.110.416,03	R\$ 433.455.599,68	R\$ 433.313.563,89

Função	Dotação Total	Empenhos	Liquidações	Pagamentos
Encargos Especiais	R\$ 32.752,00	R\$ 32.751,23	R\$ 32.751,23	R\$ 32.751,23
Judiciária	R\$ 386.644.714,76	R\$ 383.057.657,02	R\$ 378.446.326,67	R\$ 378.304.290,88
Previdência Social	R\$ 55.417.024,00	R\$ 55.020.007,78	R\$ 54.976.521,78	R\$ 54.976.521,78
Total	R\$ 442.094.490,76	R\$ 438.110.416,03	R\$ 433.455.599,68	R\$ 433.313.563,89

Subfunção	Dotação Total	Empenhos	Liquidações	Pagamentos
Ação Judiciária	R\$ 58.865.788,38	R\$ 58.450.874,33	R\$ 57.046.877,88	R\$ 57.037.562,88
Administração Geral	R\$ 264.430.348,38	R\$ 262.227.949,89	R\$ 259.101.759,48	R\$ 259.064.720,89
Atenção Básica	R\$ 24.701.940,00	R\$ 24.239.427,91	R\$ 24.169.986,42	R\$ 24.169.986,42
Outros Encargos Especiais	R\$ 38.679.390,00	R\$ 38.172.156,12	R\$ 38.160.454,12	R\$ 38.064.771,92
Previdência do Regime Estatutário	R\$ 55.417.024,00	R\$ 55.020.007,78	R\$ 54.976.521,78	R\$ 54.976.521,78
Total	R\$ 442.094.490,76	R\$ 438.110.416,03	R\$ 433.455.599,68	R\$ 433.313.563,89

Grupo Natureza Despesa	Dotação Total	Empenhos	Liquidações	Pagamentos
Pessoal e Encargos sociais	R\$ 326.403.108,18	R\$ 323.401.678,19	R\$ 320.478.843,63	R\$ 320.383.161,43
Outras Despesas Correntes	R\$ 106.693.382,58	R\$ 105.774.226,05	R\$ 104.054.699,30	R\$ 104.008.345,71
Investimentos	R\$ 8.998.000,00	R\$ 8.934.511,79	R\$ 8.922.056,75	R\$ 8.922.056,75
Total	R\$ 442.094.490,76	R\$ 438.110.416,03	R\$ 433.455.599,68	R\$ 433.313.563,89

Detalhamento das Despesas por Grupo e Elementos da Despesa

Unidade Orçamentária 14.101 e 14.116

Valores Empenhados – em Milhões R\$

Grupo 1 – Pessoal e Encargos Sociais (Gastos com Pessoal)							
Elemento de Despesa	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016
11 – Vencimentos e vantagens fixas – Pessoal Civil	R\$210,00	R\$ 211,39	R\$ 207,68	R\$ 202,16	R\$ 179,92	R\$ 172,97	R\$ 158,87
01 - Aposentados	R\$43,86	R\$ 42,52	R\$ 43,05	R\$ 42,54	R\$ 38,52	R\$ 33,66	R\$ 28,33
13 – Obrigações Patronais	R\$38,28	R\$ 38,89	R\$ 37,77	R\$ 31,17	R\$ 29,39	R\$ 27,75	R\$ 25,16
Demais Elementos	R\$31,27	R\$ 16,88	R\$ 27,46	R\$ 16,69	R\$ 32,58	R\$ 26,43	R\$ 23,22
Total	R\$323,40	R\$ 309,68	R\$ 315,96	R\$ 292,56	R\$ 280,41	R\$ 260,82	R\$ 235,58

Grupo 3 – Outras Despesas Correntes (Custeios)							
Elemento de Despesa	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016
39 – Outros serviços (serviços de terceiros)	R\$30,90	R\$ 19,73	R\$ 22,60	R\$ 20,04	R\$ 27,19	R\$ 27,37	R\$ 27,76
37 – Locação de mão de obra	R\$29,73	R\$ 11,67	R\$ 20,94	R\$ 13,29	R\$ 18,46	R\$ 15,30	R\$ 20,31
46 – Auxílio alimentação	R\$9,25	R\$ 9,46	R\$ 9,43	R\$ 9,06	R\$ 8,72	R\$ 8,68	R\$ 8,68
Demais elementos	R\$35,89	R\$ 10,46	R\$ 17,59	R\$ 10,37	R\$ 25,42	R\$ 7,86	R\$ 14,85
Total	R\$105,77	R\$ 51,32	R\$ 70,57	R\$ 52,77	R\$ 79,79	R\$ 59,21	R\$ 71,60

Grupo 4 – Investimentos							
Elemento de Despesa	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016
52 – Equipamentos e Material Permanente	R\$5,65	R\$ 7,94	R\$ 6,71	R\$ 2,05	R\$ 7,57	R\$ 5,75	R\$ 9,51
51 – Obras e instalações	R\$0,88	R\$ 2,30	R\$ 1,71	R\$ 1,50	R\$ 4,11	R\$ 9,53	R\$ 2,55
40 – Serviços de TI e Comunicação PJ	R\$2,37	R\$ 0,03	R\$ 0,54	R\$ 0,73	R\$ 1,19	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Demais elementos	R\$0,03	R\$ 0,03	R\$ 0,01	R\$ 0,03	R\$ 0,64	R\$ 1,11	R\$ 1,47
Total	R\$8,93	R\$ 10,30	R\$ 8,42	R\$ 4,31	R\$ 13,51	R\$ 16,39	R\$ 13,53

Grupo 5 – Inversões Financeiras							
Elemento de Despesa	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016
61 – Aquisição de Imóveis	R\$0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Total	R\$0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

GESTÃO DE CUSTOS

A metodologia de apuração de custos adotada no TRE-PR baseia-se no imóvel como centro de custos. Tem como objetivo adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em 399 municípios e possuir 164 centros de custos em utilização, além de estabelecer critérios capazes de proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade dos dados apurados para a construção de base sólida e confiável, que evidencie os resultados da gestão e sirva de apoio à tomada de decisões.

Os trabalhos iniciaram-se em 2015 e incluem a definição dos critérios e a elaboração de sistema informatizado para captação e levantamento desses custos.

Em 19 de dezembro de 2016, foi aprovada pelo Pleno do Tribunal Superior Eleitoral a Resolução 23.504, que dispõe sobre a implantação da sistemática de apuração de custos no âmbito da Justiça Eleitoral.

Cabe à setorial do TSE o desenvolvimento da metodologia de apuração, além da orientação, apuração e divulgação dos custos anuais da Justiça Eleitoral. O TRE-PR faz o levantamento dos dados na Seção de Programação e Controle Orçamentário (SPCO) e os encaminha ao TSE, conforme a sistemática desenvolvida.

De acordo com a mencionada Resolução, compete à Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do TSE, a responsabilidade pelo gerenciamento e consolidação dos dados, baseados nas informações prestadas pelos Tribunais Eleitorais.

O levantamento dos custos na Justiça Eleitoral, apurado pelo TSE conforme sistema próprio, encontra-se no anexo deste relatório.

Principais desafios e ações futuras para alocação mais eficiente de recursos e melhoria da qualidade dos gastos públicos.

Desafios:

- 1 - Aprimorar os processos de gestão orçamentária e financeira.
- 2 - Otimizar as atuais ferramentas de controle e transparência do orçamento.
- 3 - Aperfeiçoar o alinhamento entre o Planejamento e a execução do Orçamento.
- 4 - Racionalizar o uso dos recursos de forma a dar maior efetividade às despesas discricionárias.

Ações Futuras:

- 1 - Implementar modelo de gestão do orçamento e financeiro do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná visando a racionalização do gasto.
- 2 - Aperfeiçoar o painel de informações sobre a gestão orçamentária, financeira e de custos na intranet e no site da Justiça Eleitoral do Paraná.
- 3 - Integrar o SIOFI - Sistema de Informações Orçamentárias e Financeiras com o SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira.

GESTÃO DE PESSOAS

Conformidade Legal

Para assegurar a conformidade com a Constituição Federal e Leis nº 8.112/90 e 11.416/2006, o TRE-PR observa o conjunto de orientações e determinações dos Tribunais Superiores (TSE, STF e STJ), do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal de Contas da União. Todos os atos de admissão, pensão e aposentadoria foram registrados no e-pessoal (sistema do TCU) dentro do prazo estabelecido de 60 dias.

- Entre as principais normas internas relativas à gestão de pessoas destacam-se:
- Resolução 863/2020, alterada pela Resolução 879/2021: dispõe sobre horário de funcionamento e de atendimento ao público, jornada de trabalho e controle de frequência, serviço extraordinário e banco de horas.
- Resolução 750/2016, alterada pela Resolução 881/2021: regulamenta a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral do Paraná.
- Resolução 600/2011: dispõe sobre a concessão de diárias.
- Portaria 326/2021: regulamenta o regime de teletrabalho.
- Resolução 865/2020: disciplina as avaliações de desempenho durante o estágio probatório e no decorrer do desenvolvimento na carreira dos servidores no âmbito da Justiça Eleitoral do Paraná.

Mecanismos de controle

Informações cadastrais e fichas financeiras dos servidores: desde março de 2018 são disponibilizadas à Secretaria de Fiscalização de Pessoal do TCU, mensalmente, as informações cadastrais e fichas financeiras de todos os servidores. Durante o exercício 2021 foram encontrados 11 indícios, sendo que as justificativas foram tempestivamente encaminhadas ao TCU.

Sistema de Gerenciamento de Recursos Humanos (SGRH): utilizado para gestão de pessoas e da folha de pagamento. O sistema é periodicamente auditado pela Secretaria de Auditoria Interna e pela própria Seção de Folha de Pagamento que mantém uma planilha paralela para controle e conferência dos dados e utiliza o sistema de dupla checagem dos lançamentos. Todos os lançamentos são realizados com base em processos criados e previamente analisados pelos setores competentes e posteriormente conferidos.

Sistema de Gerenciamento de Serviço Extraordinário (GSE): utilizado desde 2020 para melhor gerir, dar transparência e controle às horas extras realizadas pelos servidores o TRE-PR e utilização de banco de horas. Todo serviço extraordinário deve ser previamente autorizado pela Direção-Geral, com a devida justificativa da necessidade de trabalho.

Recadastramento de servidores ativos: é realizado de 2 em 2 anos com objetivo de minimizar os riscos afetos à gestão de pessoas, manter atualizado o cadastro dos seus servidores e fiscalizar possíveis irregularidades.

Recadastramento de servidores inativos: é realizado anualmente o recadastramento de servidores aposentados e pensionistas civis. Em razão da pandemia adotou-se prioritariamente a modalidade virtual.

Processos para reposição de valores: foram instaurados para reposição de valores recebidos indevidamente por servidores, autoridades eleitorais, aposentados e beneficiários de pensão civil, gerando um retorno aos cofres da União conforme informado pela Coordenadoria de Finanças e Contabilidade (tabela abaixo).

Código Recolhimento	Descrição	Valor
18818	Outras Restituições - Folha	R\$ 222.171,93
68801	Dev. Cred.Folha Pagamentos	R\$ 95.677,58
68808	Dev.Salários	R\$ 489,51

Transparência e publicidade de seus atos: as informações sobre a área de gestão de pessoas são publicadas no [site do TRE-PR](#)

Abate-teto constitucional: o TRE-PR já acompanhava o andamento processual no Supremo Tribunal Federal do Recurso Extraordinário nº 602.584/DF e já solicitava aos aposentados e pensionistas, quando do recadastramento, a documentação referente à acumulação. Com o trânsito em julgado da decisão em 26/03/2021, efetuou levantamento geral para identificação dos casos de cumulação acima do teto, antes mesmo de qualquer determinação pelo Tribu-

nal de Contas da União. Em 2022, o TRE-PR continuou mantendo os dados atualizados, inclusive em contato com os demais órgãos externos relativos à acumulação de benefícios dos aposentados e pensionistas deste Regional.

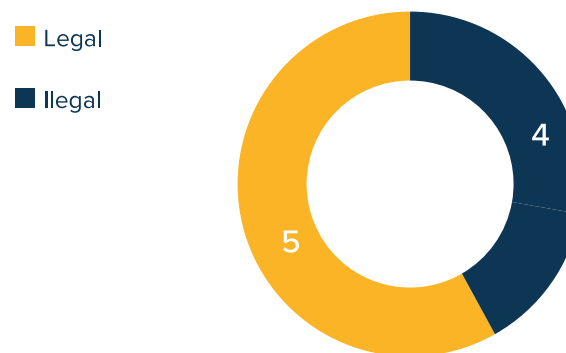
Atendimento às determinações do TCU

Aposentadorias: dos 9 atos de aposentadoria apreciados pelo TCU, 5 foram julgadas ilegais (todos em razão da vantagem “Quintos”, aplicação do recente entendimento firmado pelo STF no recurso extraordinário 638.115). Todos os atos considerados ilegais foram regularizados perante o TCU.

Atos de pensão: os 2 atos de pensão apreciados foram considerados legais pelo TCU.

Atos gestor de pessoal: não foram devolvidos atos de pessoal para revisão oriundos do TCU em 2022.

Aposentadorias – Apreciação pelo TCU



Transformação das parcelas de quintos incorporadas após 08/04/1998 em parcela compensatória: foram revisados todos os processos dos instituidores de pensão e aposentados ainda não apreciados pelo TCU (22 instituidores de pensão e 120 aposentadorias). Em relação aos servidores ativos, já foram revisados todos os 54 processos.

Força de Trabalho

Magistrados: tratando-se de órgão da Justiça Eleitoral, não há quadro próprio de juízes e desembargadores. Em 2º Grau a função jurisdicional é exercida por 7 membros, conforme estabelece o art. 120 da Constituição Federal e, em 1º Grau, por 186 juízes de direito, integrantes da Justiça Estadual e do Distrito Federal (art. 32 do Código Eleitoral).

Servidores: 858 efetivos (379 analistas e 479 técnicos), destes 08 estão cedidos, 25 removidos para outros Tribunais e 02 em licença para tratamento de assuntos particulares. Ainda contamos com 188 requisitados e 39 servidores removidos para este Tribunal.

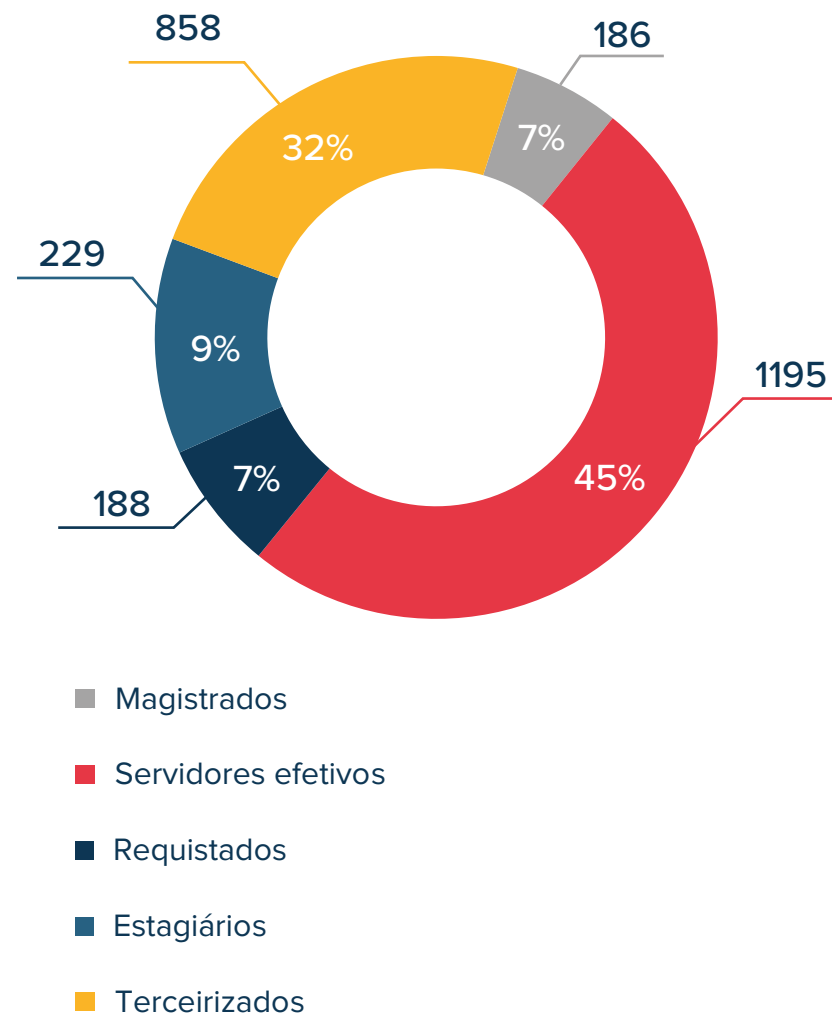
Auxiliares: 229 estagiários e 1195 terceirizados.

Servidores aposentados: 184

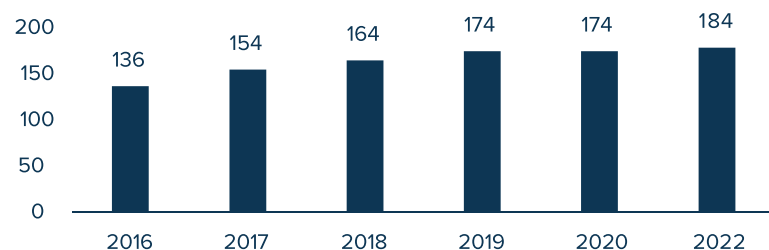
Pensionistas: 57

Instituidores de Pensão: 48 (sendo 01 instituidor juiz aposentado)

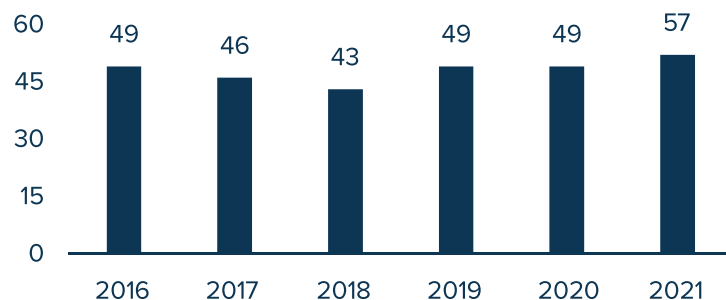
Força de Trabalho



Aposentados pelo TRE-PR - Acumulado



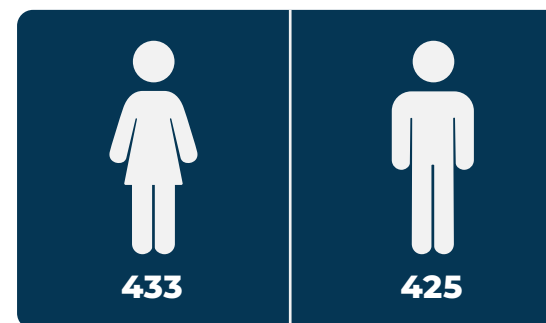
Pensionistas - Acumulado



Avaliação da Força de Trabalho – Servidores do Quadro Efetivo

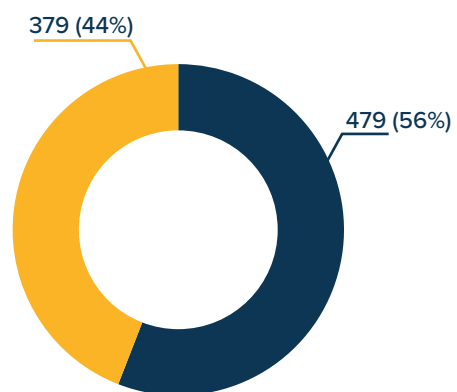
Área de trabalho e unidade de exercício: o TRE-PR disponibiliza no Portal da Transparência a tabela de lotação de pessoal, a qual pode ser acessada [aqui](#). Há identificação da quantidade de servidores que atuam em 1º e 2º graus e ainda, nas demais unidades de apoio direto e indireto à atividade jurisdicional.

Servidores Efetivos 858 = 433 sexo feminino, 425 sexo masculino; Idade: até 30 anos: 13 servidores/ de 31 a 50 anos: 564/ de 51 a 60 anos: 226 servidores/maiores de 60 anos: 55; Escolaridade: 544 especialização/ 239 graduação/ 39 mestrado/ 1 doutorado/ 35 ensino médio; Etnia: 721 branca/ 09 preta/ 84 parda/ 43 amarela/ 01 indígena.



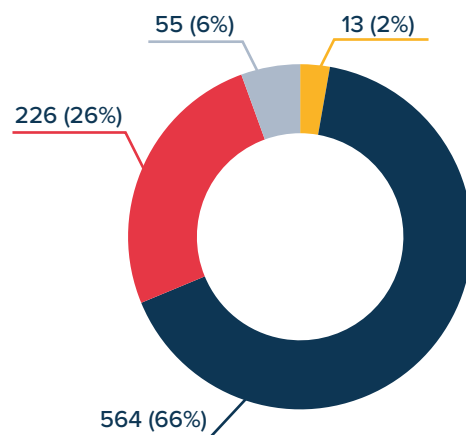
Servidores Efetivos

- Técnicos Judiciários
- Analistas Judiciários



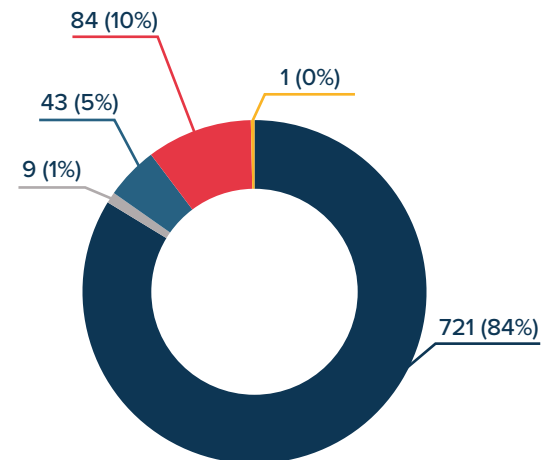
Idade

- Até 30
- 31 a 50
- 51 a 60
- 60+



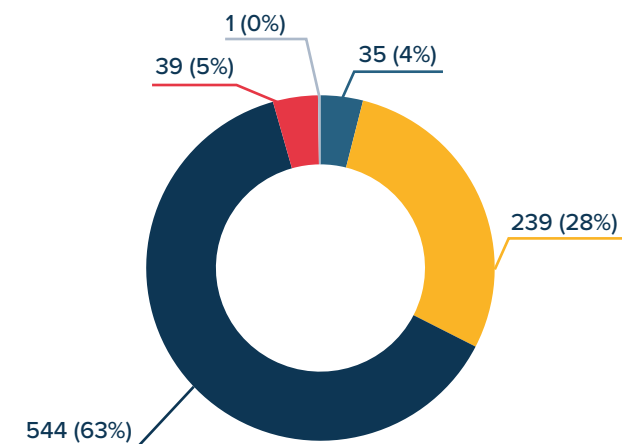
Etnia

- Branca
- Preta
- Amarela
- Parda
- Indígena



Escolaridade

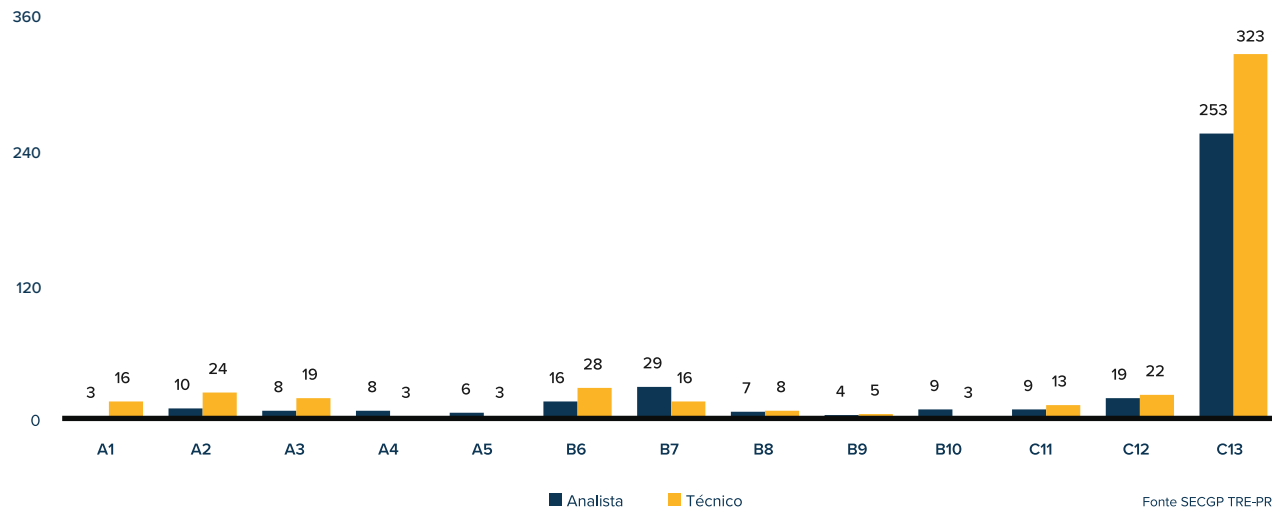
- Ensino médio
- Graduação
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado



Distribuição por faixa salarial

A carreira: a carreira do Tribunal prevê 13 padrões de vencimento e três classes (“A”, “B” e “C”). Os servidores ingressam no Tribunal na classe A, padrão 1 e, com a progressão de carreira podem atingir a classe C, padrão 13. Os vencimentos de cada classe e padrão estão disponíveis no [site do Tribunal](#).

Carreira - Servidores por Faixa Salarial



Cargos Efetivos do quadro de pessoal do TRE/PR 2022			
CARREIRA/CLASSE/ESCOLARIDADE/PADRÃO			SERVIDORES ATIVOS
ANALISTA	C	13	267
		12	8
		11	8
	B	10	5
		9	7
		8	28
		7	14
		6	7
		A	5
	4		7
	3		8
	2		3
	1		9
TOTAL ANALISTA			379
TÉCNICO	C	13	339
		12	13
		11	2
	B	10	6
		9	8
		8	16
		7	28
		6	3
		A	5
	4		19
	3		22
	2		15
	1		6
TOTAL TÉCNICO			479
TOTAL GERAL			858

Estratégia de Recrutamento e Alocação de Pessoas

Por meio de concurso público é realizado o recrutamento dos novos servidores. No ano de 2022 foram nomeados e entraram em exercício 09 analistas judiciários, área judiciária e 01 analista judiciário, apoio especializado, especialidade Medicina; 05 técnicos judiciários, área administrativa e 01 técnico judiciário – área de segurança (polícia judicial).

Os servidores nomeados são lotados na sede ou nas Zonas Eleitorais, conforme as vagas em aberto. Tem prioridade na escolha de lotação o servidor melhor classificado no concurso público.

O principal critério para mudança de lotação, realizada por meio de concurso interno de remoção, é o tempo de atividade no órgão. Na sede do TRE-PR (secretarias, coordenadorias e seções), as vagas abertas são oferecidas em concurso interno de seleção.

Visando o aperfeiçoamento da gestão de pessoas o Tribunal promoveu ações de capacitação e ações direcionadas à qualidade de vida dos servidores.

Informações 2022

Concursos de remoção: 03

Vagas ofertadas por processo de seleção ou remoção: 56

Mudanças de lotação: 189

Detalhamento da Despesa de Pessoal

Atendendo às determinações da Resolução CNJ nº 102/2009 são divulgados na página do Tribunal os padrões de vencimento/tabela de remuneração dos servidores ([disponível aqui](#)) e também o detalhamento da folha de pagamento de pessoal ([disponível aqui](#)).

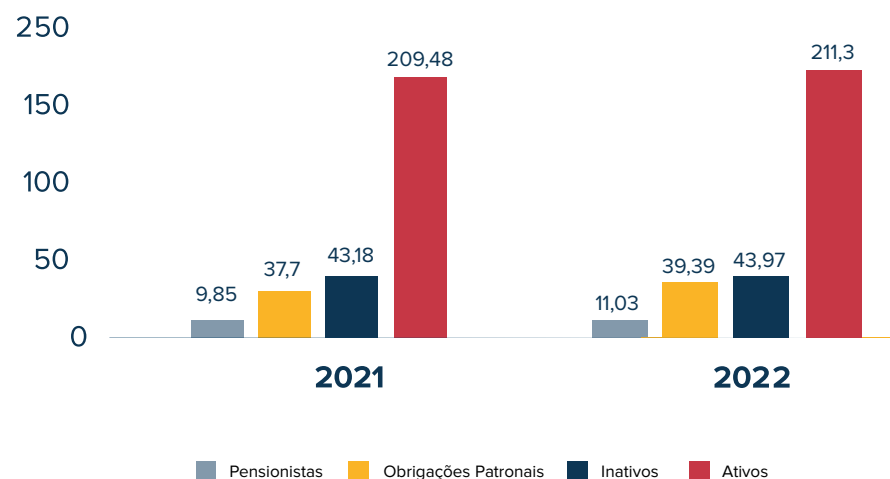
Os valores dos cargos em comissão e funções comissionadas estão previstos na lei nº 13.317/2016 e são divulgados na [página do Tribunal](#).

Em 2022 dos 63 cargos em comissão, 03 deles foram ocupados por servidores sem vínculo com a Administração.

FC	Servidores	Total
FC-6	253 (servidores do PR) + 8 removidos + 01 vago	262
FC-5	14 servidores do PR + 2 removidos + 01 outras carreiras do Judiciário	17
FC-4	Total 11 servidores do PR	11
FC-3	13 servidores do PR + 1 removido	14
FC-2	15 servidores do PR + 2 removidos	17
FC-1	210 servidores do PR + 12 removidos + 10 requisitados + 12 vagos	244

A despesa com os ativos teve um decréscimo, considerando as diversas vacâncias ocorridas no período. Além disso, apesar do preenchimento de cargos vagos, estes ocorreram com vencimentos iniciais menores do que os vencimentos dos servidores exonerados. Houve aumento no pagamento de aposentadorias, considerando um aumento na quantidade de concessões iniciais, principalmente pela regra de integralidade, bem como decisões judiciais revertendo a decisão do TCU quanto a retirada da parcela opção dos proventos de aposentadoria. Ocorreu aumento no pagamento de pensões, em razão do falecimento de servidores ativos e aposentados, bem como de reajuste anual concedido de acordo com os índices do Regime Geral.

Detalhamento de despesas de pessoal (em milhões)



Capacitações

As ações de capacitação e treinamento com vistas à formação, à atualização e ao aperfeiçoamento contínuo dos servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, têm por referência o Programa Permanente de Capacitação e Desenvolvimento dos Servidores da Justiça Eleitoral, previsto na [Resolução TSE nº 22.572/2007](#).

Entre as diretrizes do Programa Permanente de Capacitação e Desenvolvimento dos servidores da Justiça Eleitoral estão as seguintes:

- Otimizar os recursos orçamentários disponíveis para a capacitação, buscando a adoção de formatos, métodos, técnicas e soluções de aprendizagem, a fim de garantir a melhor relação custo-benefício para a Administração;
- Possibilitar o acesso de todos os servidores às ações de capacitação e desenvolvimento, oferecendo pelo menos uma oportunidade de aprendizagem em cada exercício;
- Avaliar, permanentemente, os resultados advindos das ações de capacitação de desenvolvimento.

Modalidades

Dessa forma, com o objetivo de estruturar a política de capacitação do TRE-PR, a Escola Judiciária Eleitoral divide as ações de capacitação em duas modalidades:

- **Plano Anual de Capacitação** (ferramenta com o propósito de elencar as ações de capacitação que, de forma colaborativa, em conjunto com às áreas interessadas, serão promovidas, patrocinadas e acompanhadas pela Escola Judiciária Eleitoral do Paraná (EJE-PR), durante o período de um ano).

- **Ações de Capacitação de Interesse Específico** (capacitação de interesse específico da área demandante, cuja autorização depende do gestor da área e de orçamento específico para execução).

Procurando aprimorar a qualidade técnica do trabalho, buscando mais eficiência nas entregas e estimulando o aperfeiçoamento contínuo, no ano de **2022** foram contratados **61 cursos**, com **639 servidores capacitados**.

Além das capacitações contratadas, a Escola Judiciária Eleitoral do Paraná encampou o **“Projeto Capacitação Nacional”**, idealizado pela EJE-TSE. O objetivo do projeto foi o de promover o **alinhamento** das ações de capacitação relativas às **Eleições 2022**. A EJE-PR

selecionou **14 das oficinas disponibilizadas pelo TSE**, de acordo com a relevância dos temas. Para atuar como facilitadores e facilitadoras das oficinas, **foram selecionados servidores e servidoras por meio de Edital de Seleção**. Como resultado, houve **81 capacitados** entre servidores e magistrados.

Houve também o pagamento de 12 bolsas de estudo para graduação; 7 bolsas para pós-graduação lato sensu, sendo 6 bolsas para servidores e 1 bolsa para Membro da Corte; e 2 bolsas para pós-graduação stricto sensu, sendo 1 para mestrado e 1 para doutorado. No total, foram custeadas 21 bolsas de estudo pelo Tribunal.

Áreas temáticas	Cursos ofertados	Capacitados
Administrativa e Gestão	45	847
Judiciária	6	334
Tecnologia da Informação	10	82

Estratégias: desempenho e valorização

Os servidores do Tribunal que estão em progressão na carreira são anualmente submetidos à avaliação de desempenho e os servidores que já estão no final de carreira (classe C, padrão 13) são avaliados bianualmente. As avaliações são realizadas mediante questionários preenchidos pelo próprio servidor e pela chefia imediata. Os critérios para avaliação estão previstos na Resolução TRE-PR nº

865/2020. Para avançar na carreira o servidor precisa ter avaliação satisfatória no desempenho, igual ou superior a 70%.

A partir da avaliação, o servidor recebe um feedback sobre seu desempenho, são identificadas as habilidades, as necessidades de aperfeiçoamento e estabelecidas metas individuais. Com o objetivo de apoiar o desenvolvimento do servidor, é elaborado o Plano de Desenvolvimento Individual – PDI, que é minuciosamente analisado pela Seção de Desenvolvimento Organizacional e encaminhado para a EJE para elaboração do Plano Anual de Capacitação (PAC).

Visando a qualidade de vida e de trabalho dos servidores, o TRE-PR mantém o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT), que possui como pilares a promoção da saúde, a prevenção de doenças e o autodesenvolvimento. O programa sistematiza as principais ações de qualidade de vida da instituição, separadas em quatro dimensões: física, emocional, social e espiritual.

Em 2022 tiveram destaque: a atuação de psicólogo contratado em casos pontuais e na prevenção de doenças mentais, a contratação de mais um médico, contratação de ginástica laboral; a ampliação da oferta do teletrabalho aos servidores da sede; a realização de palestras para prevenção de doenças físicas e mentais. Foram realizadas diversos encontros online com o grupo de conversas para apoio mútuo e discussão de temas relacionados a comportamento humano; a realização de webinars pela Unimed e publicações de matérias na intranet.

Entre as atividades realizadas em 2022, podemos destacar algumas:

- Tratamento psiquiátrico oferecido pelo Plano de Saúde Unimed (consultas e internação);
- Campanha sobre saúde emocional – matérias divulgadas na intranet pelas Psicólogas;
- Campanha de matérias sobre teletrabalho, inteligência emocional, assédio, entre outras;
- Programas de Reconhecimento nos casos de aposentadoria e homenagem ao servidor que aposenta;
- Fale Conosco – SECGP: Canal de comunicação direto/restrito/exclusivo com a SECGP;
- Curso sobre Escutatória;
- Pesquisa de clima;
- Ginástica laboral: contrato em execução com aulas segundas, quartas e sextas;
- Café cultural com ministro Edson Fachin;
- Ecoponto: coleta materiais recicláveis;
- Projeto Voz Amiga: Disponibilização de cadastro de servidores disponíveis para conversar com outros servidores que desejem este contato e aproximação;
- Grupo de Conversa de Saúde Emocional: troca de experiências entre servidores no Grupo de Conversa com Psicólogas convidadas ou Moderadores voluntários;

Em 2022 teve início a implantação do Sistema de Estagiários e o envio de informações sobre o pagamento dos estagiários ao E-Social.

Teletrabalho

O teletrabalho – modalidade de trabalho executado fora das dependências do Tribunal, com a utilização de recursos tecnológicos – foi instituído no âmbito da Justiça Eleitoral pela Resolução TSE nº 23.586/2018 e regulamentado pela Portaria TSE nº 708/2018. No âmbito do TRE-PR, o teletrabalho é regulamentado pela Portaria TRE-PR N.º 326/2021.

O teletrabalho foi implantado como projeto piloto em 2018 com apenas 02 servidores e ao final de 2022 contava com 132 servidores nesse regime de trabalho. (CODES)

Principais desafios e perspectivas futuras

Principais desafios

Estabelecer novas configurações para controle da jornada e produtividade, em razão da tendência mundial de adoção do regime de trabalho remoto.

Consolidar e aprimorar a cultura do trabalho remoto.

Aperfeiçoar a gestão das equipes de trabalho em formato híbrido (servidores em teletrabalho e servidores em trabalho presencial).

Realizar distribuição da força de trabalho (DFT) de acordo com as necessidades de cada unidade.

Implantação de sistema de avaliação de desempenho e aumento da eficácia das avaliações.

Implantação das etapas do e-social com adaptação dos sistemas internos para o provimento das informações necessárias.

Ações e perspectivas futuras

Realização de ações para preservação da saúde dos servidores.

Contratação de Psicólogo e Assistente Social

Continuidade do Projeto de Qualidade de Vida no Trabalho.

Continuidade e aprimoramento dos controles de gestão de banco de horas e serviço extraordinário.

Implantação de sistemas informatizados para facilitar a visualização de discrepâncias e facilitar a tomada de decisões estratégicas.

Consolidação do processo de perícias para estabelecimento dos graus de deficiências.

Implantação do Sistema “Desenvolve” para avaliação de desempenho.

Implantação do Sistema de Gestão de Estagiários.

Continuidade e aprimoramento dos controles de gestão de banco de horas.

Implantação de sistemas informatizados para melhoria da frequência e controle do serviço extraordinário no próprio regional.

GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Conformidade Legal

Para o desempenho das atividades relacionadas às licitações e contratos, o TRE-PR observa, principalmente, as seguintes disposições legais: Leis nº 8.666/1993, nº 10.520/2002, nº 13.979/202 e nº 14.065/2020; Decretos nº 93.872/86, nº 10.024/2019, nº 7.892/2013, nº 8.250/2014, nº 9.488/2018 e nº 06/2020; Instrução Normativa do Ministério da Economia nº 05/2017; Resoluções TRE-PR nº 756/2017, nº 759/2017, nº 766/2017 e nº 815/2018; Ordem de Serviço TRE-PR nº 01/2017; Resolução CNJ nº 347/2020.

Nesse sentido, destaca-se que este Tribunal está em fase de adaptação para aplicação da nova lei de licitações (Lei nº 14.133/2021), razão pela qual os principais normativos a ela relacionados estão sendo objeto de estudos para aplicação no exercício 2023.

Mecanismos de controle e prevenção de irregularidades

Desde 2020, a antiga Secretaria de Gestão Administrativa, atual Secretaria de Administração, vem buscando aprimorar os **instrumentos de governança das contratações** desenvolvidos pela Resolução CNJ nº 347/2020, utilizando-se das bases delineadas nas respectivas Notas Técnicas elaboradas pelo grupo de trabalho instituído pela Portaria nº 390/2021 no âmbito do Tribunal Superior Eleitoral. Além disso, a novel Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2022)

aprimorou alguns instrumentos de governança e controle nas contratações públicas como, por exemplo, expressamente estabelecendo a necessidade de segregação de função, gestão por competências, novas regras para a aplicação de penalidades administrativas e pesquisa de preços, bem como temas relacionados ao programa de integridade, o que impulsionou a Secretaria de Administração a instituir **grupo de trabalho para estudo da nova lei de licitações**, de modo a possibilitar a adequação técnica, procedimental e de pessoal necessárias à regularidade da aplicação da nova lei.

Destaca-se, ainda, a **criação de uma nova Coordenadoria de Planejamento das Contratações**, estruturada com o propósito de conferir maior controle quanto a eficiência na execução do cronograma de contratações, especialmente mediante a especialização de servidores capacitados para a identificação e prevenção de riscos nas contratações.

Contratações e Gastos

O Plano Anual das Contratações de 2022 está disponível [aqui](#):

Em 2022, foram realizados diversos procedimentos de contratação, sendo:

- **Dispensa de Licitação:** 81
- **Inexigibilidade de Licitação:** 67
- **Pregão Eletrônico:** 64
- **TRE-PR como órgão partícipe:** 11 licitações
- **Instrumentos Contratuais:** 124
- **Acordos de Cooperação Técnica com outros órgãos:** 71
- **Atas de Registro de Preços firmadas pelo TRE/PR decorrentes de licitações próprias:** 45
- **Adesões a Atas de Registro de Preços de outros órgãos:** 06

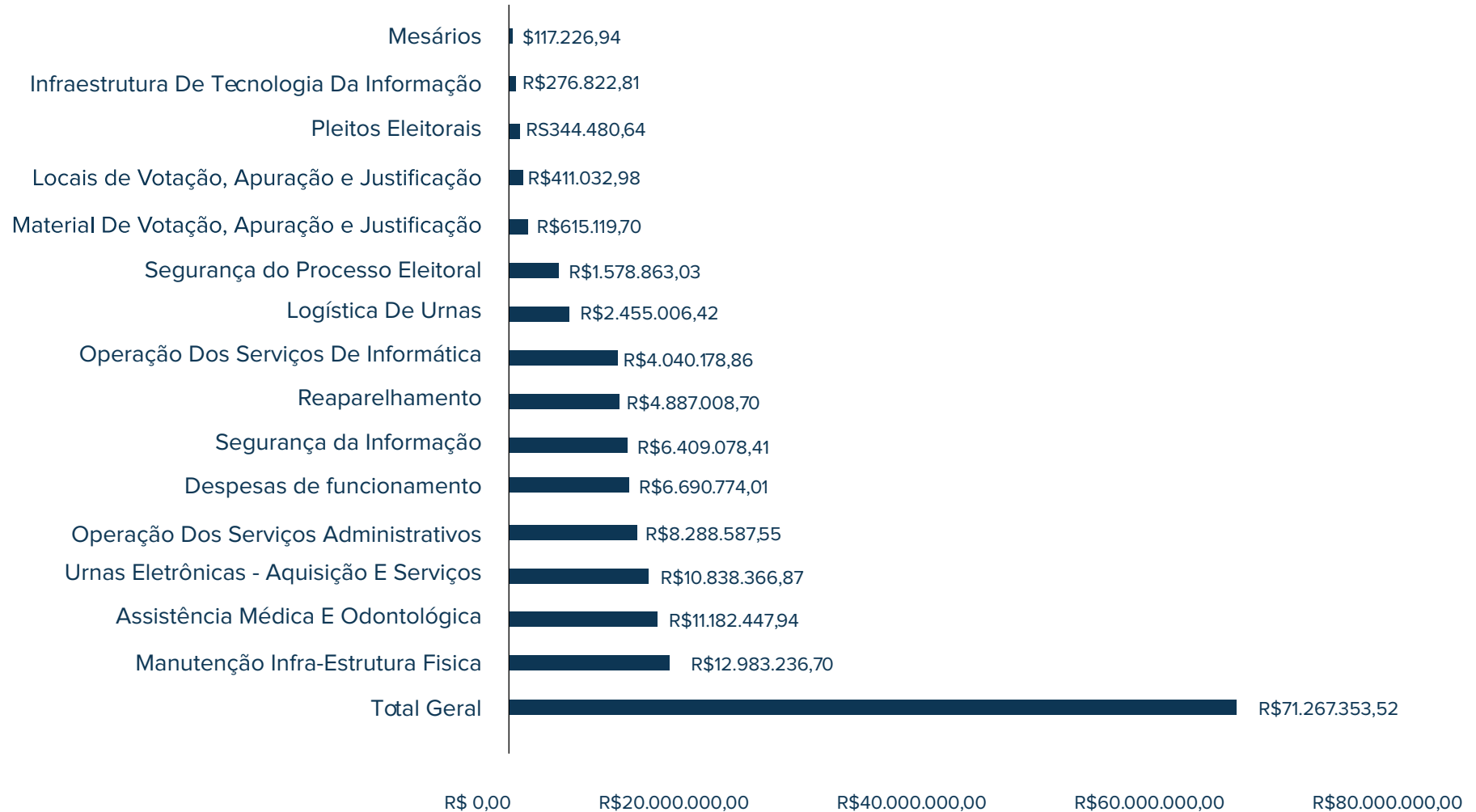
Inexigibilidade



Dispensa de Licitação



Principais Contratações - Pregão



Principais Contratações Precedidas de Licitação

Em 2022 as principais contratações precedidas de licitação foram destinadas à manutenção e conservação dos imóveis do interior e capital, bem como o planejamento para as eleições 2022, como transporte de urnas e serviços terceirizados. Assim, foram licitados, por Registro de Preços, aquisição de desktops, contratação de solução Cyberark – licenças de cofre de senha. Além disso, destacamos as seguintes contratações:

Transporte de Urna Eletrônica

Finalidade: contratação de 737 veículos para entrega e recolhimento das urnas em 22.941 seções eleitorais em todo o estado do Paraná.

Contrato: 58/2022 e 59/2022.

Objetivo Estratégico: Fortalecimento da Segurança do Processo Eleitoral; celeridade e produtividade na prestação jurisdicional; fomentar a aproximação da Justiça Eleitoral com a sociedade.

Modalidade de licitação: Pregão eletrônico.

Principais serviços contratados: transporte e recolhimento das urnas – eleições 2022

Valor total estimado: R\$ 5.450.200,92.

Valor total homologado: R\$ 1.470.019,95.

Contratada: JLM DE ALMEIDA e EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS - EBTC

Software - Vmware

Finalidade: aquisição de solução de segurança da plataforma atual de virtualização de aplicações do fabricante VMware, composta por softwares e respectivos licenciamentos, serviços técnicos e treinamento.

Contrato: 61/2022.

Objetivo Estratégico: Prover infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas”, da ENTICJUD estabelecida pela Resolução nº 211/2015 do Conselho Nacional de Justiça.

Modalidade de licitação: Pregão eletrônico.

Principais serviços contratados: Item 1: VMWare vSphere 7 Enterprise Plus for 1 processor ; Item 2: Production Support/Subscription for VMware vSphere 7 Enterprise Plus for 1 processor for 3 years; Item 3: VMware vCenter Server 7 Standart for vS

phere 7(Per Instance); Item 4: Production Support/Subscription VMware vCenter Server 7 Standart for Sphere 7 (Per Instance) for 3 years; Item 5: Upgrade : VMware NSX-T Advanced to NSX-T Enterprise Plus per Processor; Item 6: Production Support/Subscription for VMware NSX-T Enterprise Plus per Processor for 3 years. Item 7: VMware NSX Advanced Load Balancer Enterprise Addon to NSX-T Advanced or NSX –T Enterprise Plus Per Service Unit for 3 year term license; Item 8: Serviços de planejamento, design, implementação e migração a ser realizado pelo fabricante.

Valor Total estimado: R\$ 4.018.455,59

Valor Total homologado: R\$ 2.960.000,00

Contratada: AMM TECNOLOGIA E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA S.A

Serviços Terceirizados para Eleição 2022

Finalidade: Cessão e gestão de mão de obra para a prestação de serviços de apoio administrativa ao serviço eleitoral mediante alocação de posto de trabalho (auxiliar administrativo) para atender às necessidades deste Tribunal nas Eleições 2022.

Contrato: 67/2022.

Objetivo Estratégico: Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional.

Modalidade de Licitação: Registro de Preços.

Principais Serviços contratados: Auxiliares Administrativos para auxiliar nos serviços pertinentes a realização das eleições, conforme discriminado em contrato.

Valor Total estimado: referente custo unitário por mês.

Valor Total homologado: R\$ 4.870.856,99.

Contratada: FLAMASERV SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA.

BackBone

Finalidade: serviços de telecomunicações para prover a comunicação de dados entre o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE-PR, localizado na capital do estado e os seus respectivos Cartórios Eleitorais

Contrato: 97/2022.

Objetivo Estratégico: Fortalecimento da Segurança do Processo Eleitoral; Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional; Garantir a eficiência na prestação dos serviços de tecnologia da informação e comunicação.

Modalidade de licitação: Pregão eletrônico.

Principais serviços contratados: fornecimento de enlaces de comunicação, fornecimento dos insumos necessários para o funcionamento correto destes enlaces e serviço de implantação, operação, manutenção e gerência destes enlaces.

Valor total estimado: R\$ 9.791.437,50.

Valor total homologado: R\$ 8.568.000,00.

Contratada: LIGGA TELECOMUNICAÇÕES SA.

Solução de Segurança de Informação para Sistemas Críticos - CYBERARK

Finalidade: Aquisição de solução de gerenciamento de acessos privilegiados e cofres de senhas utilizada para manter seguras as credenciais e autorizar o acesso em nível privilegiado para os administradores de sistemas e demais usuários de alto nível, oferecendo nível de controle adequado na gestão de ativos da informação.

Contrato: 114/2022.

Objetivo Estratégico: Fortalecimento da segurança do processo eleitoral; fortalecimento da estratégia nacional de TIC e de proteção de dados.

Modalidade de licitação: Pregão eletrônico – SRP.

Principais serviços contratados: Licenças de software.

Valor total estimado: R\$ 3.350.961,36.

Valor total homologado: R\$ 2.774.300,00.

Contratada: APROUCH TECNOLOGIA LTDA.

Aquisição de desktop

Finalidade: Garantir a segurança dos equipamentos e também manter o parque atualizado.

Contrato: 120/2022.

Objetivo Estratégico: Fortalecimento da segurança do processo eleitoral; Celeridade e produtividade na prestação jurisdicional; Garantir a eficiência na prestação dos serviços na TIC.

Modalidade de licitação: Pregão eletrônico – SRP.

Principais serviços contratados: Fornecimento de enlaces de comunicação, fornecimento dos insumos necessários para o funcionamento destes enlaces e serviço de implantação, operação, manutenção e gerência desses enlaces.

Valor total estimado: R\$ 5.631.600,00.

Valor total homologado: R\$ 2.346.500,00.

Contratada: POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Compras compartilhadas

Conforme já relatado, em 2022, o TRE-PR atuou em 11 licitações como partícipes e formalizou 6 adesões. Destacamos os principais processos:

Prestação de serviço de auditoria externa para exame e validação da organização, condução e conclusão dos trabalhos relativos ao Teste de Integridade referentes às Eleições 2022

Órgão Gerenciador: TSE

Ano da abertura da licitação: 2022

Ano da contratação pelo TRE-PR: 2022

Pregão Eletrônico: 57/2022

Finalidade: reforçar o liame da transparência, publicidade e acompanhamento de qualquer interessado.

Objetivos Estratégicos: Validar, sob a ótica externa, que os exames de funcionamento das urnas eletrônicas são conduzidos de forma transparente, bem como reforçar o liame de transparência, publicidade e acompanhamento de qualquer interessado.

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico - SRP.

Principais serviços contratados: serviços de auditoria externa.

Valor total contratado: R\$ 140.392,00.

Contratada: Maciel Consultores S/S

Contratação de plataforma para capacitação e conscientização em Segurança da Informação

Órgão Gerenciador: TRE do Espírito Santo

Ano da abertura da licitação: 2022

Ano da contratação pelo TRE-PR: 2022

Pregão Eletrônico: 35/2022

Finalidade: contratação de plataforma de conteúdo na modalidade “Content as Service” (CaaS) para treinamento de servidores e colaboradores e estagiários, por meio de acesso à plataforma online, especializada na oferta de conteúdos de capacitação e conscientização em segurança da informação.

Objetivos Estratégicos: OE 3 – Fortalecimento da segurança do processo eleitoral; Estratégia Nacional de Cibersegurança da Justiça Eleitoral, item SG10 - PID – Solução para conscientização de SI.

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico – SRP.

Principais Serviços contratados: licenças de software.

Valor total contratado: R\$ 89.985,00.

Contratada: Qualitek Tecnologia Ltda

Solução de Gestão de Ativos e Gestão de Patches

Órgão Gerenciador: TRE de São Paulo

Ano da abertura da licitação: 2022

Ano da contratação pelo TRE-PR: 2022

Pregão Eletrônico: 109/2022.

Finalidade: Possibilitar o gerenciamento centralizado da aplicação de patches e dos ativos de TIC utilizados na Secretaria e nos cartórios eleitorais, em atendimento à Resolução CNJ 396 de 2021, que instituiu a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (art.11 – item IV: utilizar tecnologia que possibilite a análise consolidada dos registros de auditorias coletados em diversas fontes de ativos de informação e de ações de usuários, permitindo automatizar ações de segurança e oferecer inteligência à análise de eventos de segurança).

Objetivos Estratégicos: Aprimorar a Segurança da Informação e a Gestão de Dados e Promover Serviços e Soluções de Infraestrutura e Soluções Corporativas.

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico – SRP.

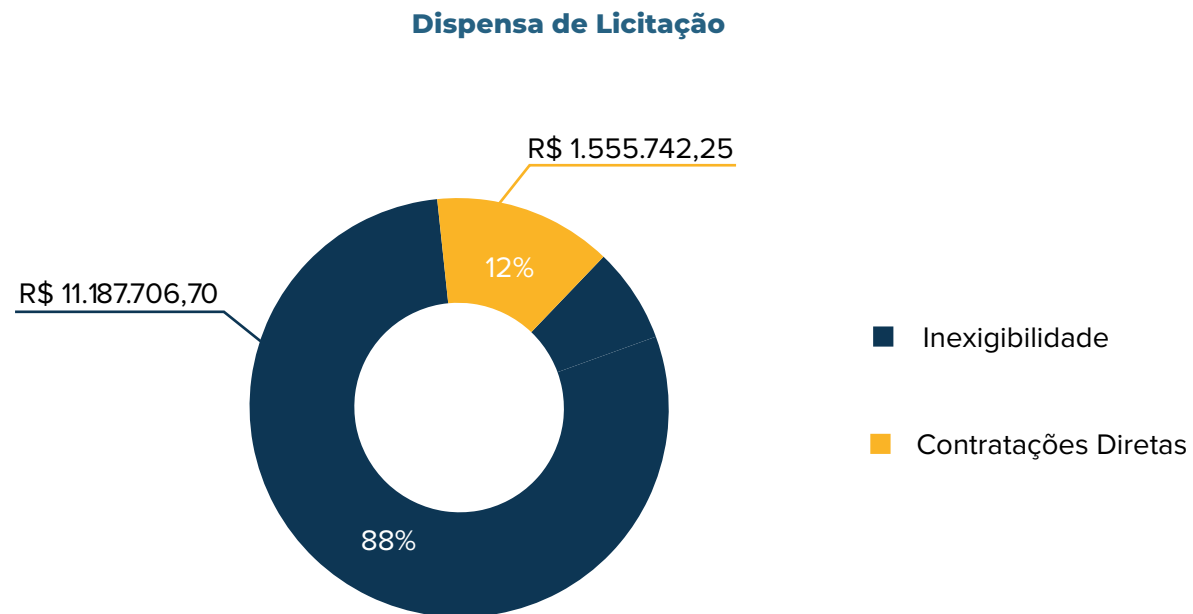
Principais serviços contratados: solução de gestão de ativos e patches.

Valor total contratado: R\$ 755.090,00.

Contratada: System Manager Tecnologia em Informática Ltda.

Contratações Diretas

As contratações celebradas de forma direta foram fundamentadas no artigo nº 24, incisos I, II, IV, V, VIII, XI, XIII, XXII e artigo nº 25, caput e inciso II, todos da Lei nº 8666/93; e art. nº 74, inciso I da Lei nº 14.133/2021, conforme detalhamento seguinte:



Dispensa de Licitação - Principais Contratações	
Contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional	R\$ 5.153.966,74
Casos de emergência ou de calamidade pública	R\$ 1.777.549,20
Licitação anterior deserta	R\$ 1.721.801,37
Contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural	R\$ 1.430.522,67
Aquisição de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública	R\$ 646.106,71
Outros serviços e compras de valor	R\$ 285.996,74
Obras e serviços de engenharia	R\$ 170.074,65
Remanescente de obra, serviço ou fornecimento	R\$ 1.688,65
*Dados conforme fundamento legal	

Inexigibilidade - Principais Contratações (cf. fundamento legal)	
Aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo	R\$ 14.200,00
Contratação de serviços técnicos	R\$ 468.388,86
Inviabilidade de competição	R\$ 1.073.153,39
*Dados conforme fundamento legal	

Desafios atingidos, Status das Metas, Ações e Perspectivas Futuras

Desafios Atingidos

- A reestruturação administrativa ocorrida no início de 2022 unificou a antiga Secretaria de Gestão de Serviços com a Secretaria de Administração, provocando a saída de gestores e alguns servidores que acumulavam expertise na área. Em julho de 2022 outra reestruturação administrativa permitiu a lotação de novos servidores e o aprimoramento da gestão através do redimensionamento da Coordenadoria de Infraestrutura Predial, Coordenadoria de Gestão de Patrimônio, Coordenadoria de Licitações e Contratos e, por fim, com a criação da Coordenadoria de Planejamento das Contratações.
- Iniciada a implantação da gestão integrada de serviços, visando incluir em uma única contratação os serviços de administração predial, reduzindo o número de licitações e contratos relacionados. Assim, foi concluída a contratação unificada dos serviços para os pólos 1 e 3 e em fase final a contratação da capital.
- Governança das contratações, com as seguintes atividades: 1.início da análise do tema Segregação de Funções; 2. Aprofundamento dos estudos sobre Gestão de Riscos e 3. Desenvolvimento de maior comunicação entre as unidades através da Wiki.
- Regulamentações acerca da implantação da NLLC já aprovadas. Dentre elas, foi publicada a Portaria/DG/TRE-PR nº 591/2022, que estabelece diretrizes para a implantação da Lei nº 14.133/2021 no âmbito da Justiça Eleitoral do Paraná.
- Minutas dos novos modelos de DFD e ETP nos moldes da NLLC.

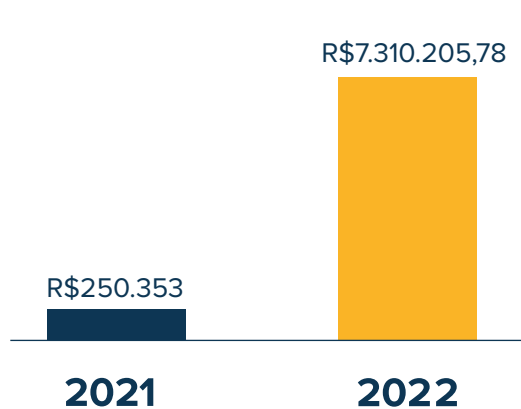
Status das Metas Estabelecidas em 2022

Metas Estabelecidas para 2022	Foi atingida?	Observação
Apresentar proposta para normatização dos prazos do Cronograma Anual de Contratações.	Sim	Publicada Ordem de Serviço nº 02/2022.
Apresentando estudo e plano de ação para compras compartilhadas.	Não	Embora não formalizado em documento, o aumento nas compras compartilhadas comprovou a eficácia das ações implantadas. O desafio será replicado em 2023 para a sua formalização.
Elaborar catálogo de bens permanentes com descritivos padronizados para sua aquisição.	Sim	Realizada a atualização dos descritivos dos bens permanentes nas planilhas e catálogos da SGPA, os quais serão utilizados nos processos licitatórios. Ainda, foi realizada a verificação e padronização dos descritivos dos bens constantes no sistema ASI WEB.
Realizar pesquisa de satisfação do usuário referente aos materiais de consumo/permanente encaminhados para utilização.	Não	Não foi possível atender a meta, face à sobrecarga de serviço dos servidores durante o período eleitoral. A meta será reestabelecida para 2023.
Reestruturar as unidades administrativas da Secretaria para atender as exigências da nova lei de licitações (Lei 14.133/2021).	Sim	Promovida a reestruturação administrativa, conforme Resolução 895/2022
Ampliação das compras compartilhadas.	Sim	Em 2021, foram realizadas apenas 3 compras compartilhadas. Em 2022, esse número aumento consideravelmente, sendo: 11 participações e 6 adesões.

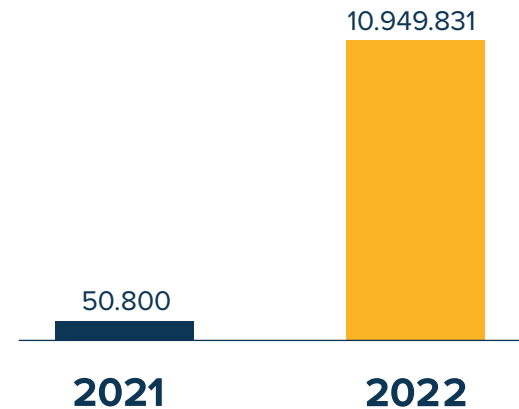
Ações e Perspectivas Futuras

	Desafio, Ação e Perspectiva Futura	Setor Líder do Projeto
1	Ampliar a regulamentação da Nova Lei de Licitações (L. 14.133/2021), especialmente quanto a temas como dosimetria das sanções; designação de gestores e fiscais; gestão por competência; segregação de função.	SECAD e Coordenadorias
2	Publicação do Guia Prático de Sanções Administrativas.	ATSECAD
3	Estudo, análise ou plano de ação de monitoramento de um dos maiores riscos dentro da área de contratações: “inércia ou atraso no planejamento das contratações.	CPC
4	Publicação dos entendimentos administrativos sobre Pesquisa de Preços.	CPC
5	Apresentando estudo e plano de ação para compras compartilhadas.	CGP

Consumo de materiais - Valores



Consumo de materiais - Unidades



GESTÃO PATRIMONIAL E INFRAESTRUTURA

Conformidade Legal

Na execução da infraestrutura são observados pelo TRE-PR os princípios e regras norteadores da Administração Pública, em especial: Instrução Normativa MPOG nº 01/2010 e nº 04/2014; Norma Técnica nº 01/2014 da Política da TI do TRE-PR; NBR 9050:2015 (acessibilidade); Resolução TSE nº 23.474/2016; Instrução Normativa nº 05/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Resoluções TRE-PR nº 654/93, nº 756/2017; nº 766/17, nº 790/2017, nº 807/2018, nº 815/2018, nº 862/2020 e nº 878/2021; Instruções Normativas TRE-PR nº 01/2017, nº 03/2020 e nº 05/2020; Resolução CNJ nº 435/2021.

Entre as principais medidas para controle e prevenção de falhas e irregularidades destacam-se:

Brigada de incêndio: o TRE-PR conta com brigada de incêndio formada por servidores. Também foram elaborados os Projetos Técnicos de Prevenção a Incêndio e a Desastre - PTPID para os Fóruns Eleitorais de Ortigueira, Almirante Tamandaré, Araucária, Bocaiúva do Sul, Campo Largo, Cerro Azul, Colombo, Lapa, Pinhais, Piraquara, Rio Branco do Sul, Rio Negro, Irati, Assis Chateaubriand, Barracão, Guaíra, Engenheiro Beltrão.

Infraestrutura Predial: as demandas de manutenção e conservação de cada unidade da Justiça Eleitoral do Paraná são realizadas de acordo com o planejamento da Secretaria de Administração e da Coordenadoria de Infraestrutura Predial, mediante cronograma estabelecido do Plano de Reformas e Serviços. Aplica-se a metodologia de priorização, conforme pesos atribuídos aos diversos aspectos: técnicos, legais, objetivos estratégicos. O Tribunal utiliza, ainda, o Sistema Engeman para controle das demandas.

Contratações 2022: Obras de reformas e Acessibilidade Fóruns Eleitorais de Rio Negro, Ponta Grossa, Rio Branco do Sul, Irati, Engenheiro Beltrão, Barracão, Assis Chateaubriand e Guaíra; emergenciais em Santa Helena, Londrina e Maringá; projetos de regularização da sede, ampliação dos gabinetes e prédio anexo; execuções na sede cobertura da passarela e muro de vidro além de vários projetos de layout e execução de linhas de vida em Iporã, Umuarama, Peabiru, Terra Boa, Pérola, Ubiratã, Iretama, Mamborê, Pitanga, Rolândia e São João do Ivaí.

Planejamento, Execução e Fiscalização das Contratações: são observadas as exigências de cada fase da contratação, de acordo com o objeto e em consonância com as normas vigentes, em especial a IN nº 05/2017 do Ministério de Planejamento, Desenvol-

vimento e Gestão, incluindo gerenciamento de riscos e as normas internas (Norma de Planejamento das Contratações do TRE-PR IN nº 05/2020 e Manual de Contratações); utilizado o Manual de Gestão e Fiscalização do TSE, bem como Orientações de Licitações e Contratos do TCU; utilizado o Sistema Contratos Gov. para auxílio à gestão contratual, Publicação da Norma de Planejamento das Contratações do TRE-PR.

Parque Imobiliário

O parque imobiliário utilizado pelo TRE-PR é composto por 159 imóveis (patrimônio imobiliário da União).

Capital: 5 imóveis, sendo: 1 sede administrativa do TRE-PR, 1 Fórum Eleitoral, 2 depósitos e 1 anexo.

Interior do Estado: 154 imóveis, sendo: 153 destinados aos Fóruns Eleitorais e 1 à usina fotovoltaica do TRE-PR.

Foram mantidos convênios com o TJ-PR para cessão de 4 imóveis onde estão alocadas as Zonas Eleitorais de Congonhinhas – 99ª ZE, Nova Fátima – 108ª ZE, Primeiro de Maio – 104ª ZE e Xambrê – 117ª ZE.

A relação completa dos imóveis pode ser acessada [aqui](#).

Em 2022 foi realizada a contratação para unificações dos terrenos dos 17 municípios a seguir: Andirá, Lapa, Piraquara, Rio Negro, Porecatu, Sertanópolis, Telêmaco Borba, Ibiporã, Londrina, São Jerônimo da Serra, Terra Boa, Altônia, Iporã, Loanda, Umuarama, Foz do Iguaçu e Manguinhos.

Foi realizada a segregação do imóvel de Paranavaí e realizado o estudo de solo de Almirante Tamandaré, viabilizando o andamento do processo para averbação dos imóveis dos respectivos Fóruns Eleitorais.

Assim, até 2022 foram **avermados 114 imóveis**, o que representa **71,69%** dos imóveis em uso pelo Tribunal.

Administração Predial

Ao longo dos anos vem sendo realizados estudos para otimizar a forma de contratação de serviços terceirizados, de modo a promover maior agilidade e eficiência nas contratações.

Em 2022 foi realizada a contratação unificada dos serviços de limpeza, jardinagem, limpeza e copeiragem para atender aos pólos 1 e 3. Tal medida visa otimizar e reduzir os esforços administrativos para a gestão contratual de muitos contratos, o que gerava impacto negativo na apresentação dos imóveis em uso pelo Tribunal.

Ainda, se encontra em fase final a contratação integrada dos serviços terceirizados na capital sendo contemplados, limpeza, copeiragem, recepcionistas, carregadores e jardinagem. Com o novo formato vislumbra-se maior eficiência e melhoria na qualidade dos serviços prestados.

Com intuito de minimizar a responsabilidade subsidiária do Tribunal nos contratos terceirizados, foram contratadas empresas para emissão de laudos de insalubridade, os quais instruíram as contratações de mão de obra de limpeza realizadas pela Seção.

Em alinhamento com os princípios da sustentabilidade, o Tribunal já possuía containers para separação do lixo reciclável, sendo a separação seletiva realizada pelas funcionárias terceirizadas, conforme orientação da SAPRE.

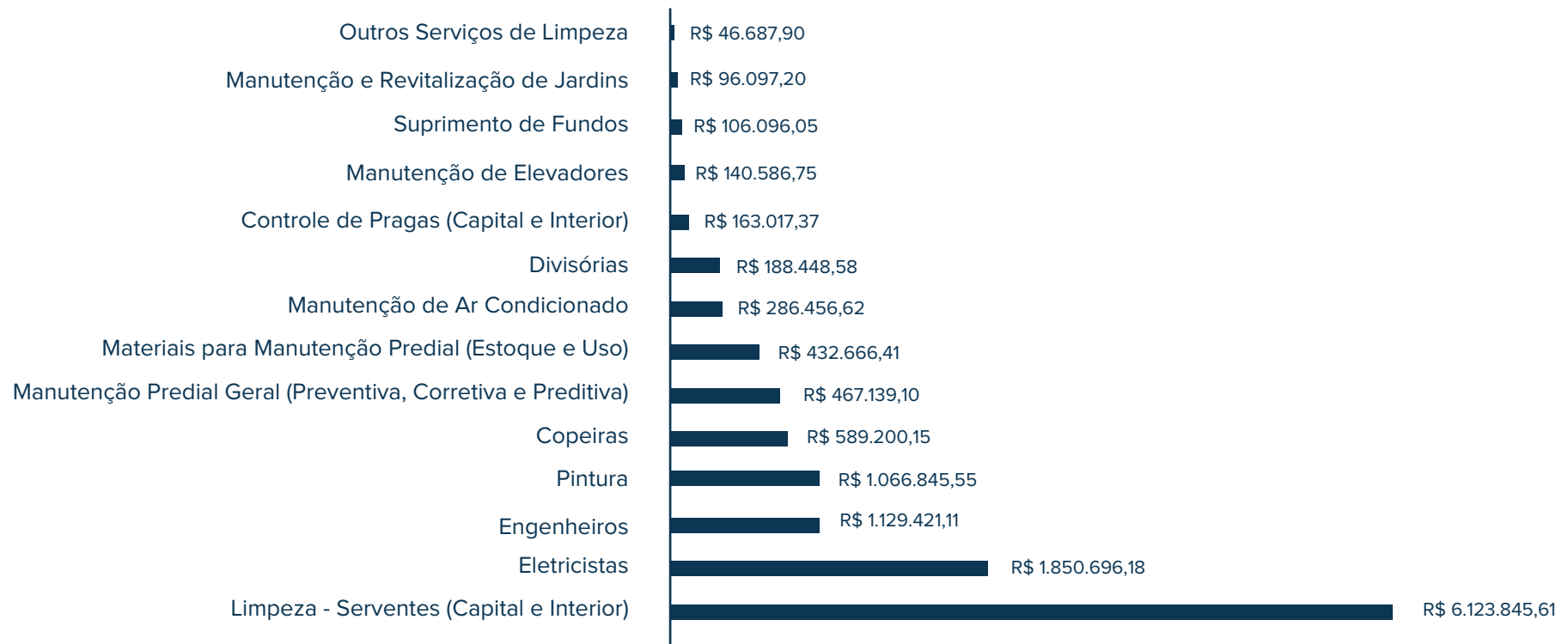
Com vistas ao cumprimento de Legislação Municipal e correta separação de lixo orgânico, foi realizada a aquisição de “containers” de armazenamento que foram instalados de forma a facilitar o manuseio e acondicionamento, promovendo melhor apresentação dos edifícios do Tribunal na Capital.

Manutenção e Conservação Predial

Entre as atividades de manutenção realizadas durante o exercício destacaram-se: serviços de limpeza; copeiragem; manutenção de equipe volante para prestação de serviços técnicos no interior do Estado; serviços gerais; manutenção elétrica, hidráulica e pequenos reparos; manutenção de ar-condicionado; manutenção predial geral e jardinagem.

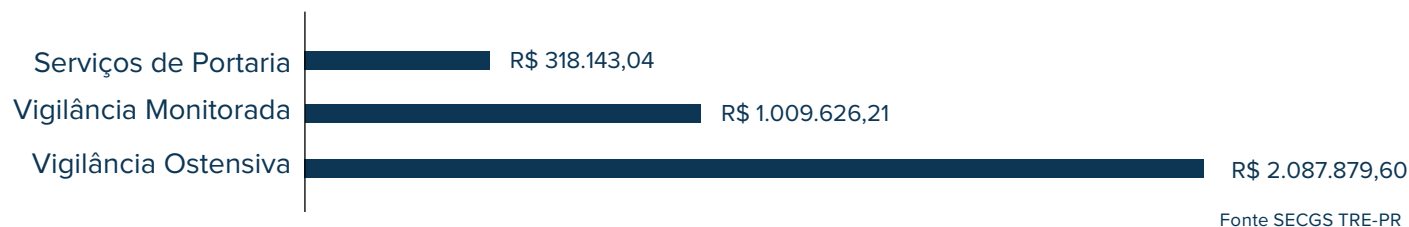
Apesar dos custos de manutenção, a prestação de serviços em Fóruns Eleitorais instalados em imóveis pertencentes à União mostra-se vantajosa, principalmente quando considerados aspectos como despesas com a locação de imóveis, a proximidade para eleitores e partidos políticos, o incentivo à democracia, a qualidade no atendimento dos eleitores e a produtividade dos servidores.

Manutenção e Conservação - Principais despesas



Fonte SECGS TRE-PR

Segurança - Principais Despesas



Além das despesas supracitadas, também incluem-se despesas de segurança, voltadas à conservação predial:

Mudanças e Desmobilizações

Não foram realizadas mudanças ou desmobilizações relevantes em 2022.

Principais Investimentos

Em 2022, o TRE-PR priorizou investimentos voltados à Tecnologia da Informação, readequação da infraestrutura possibilitando uma melhor utilização dos ambientes, reformas para readequação dos imóveis em relação à acessibilidade e mobiliário, implementou o sis-

tema de ancoragem (linha de vida) em 11 Fóruns Eleitorais, visando a segurança dos trabalhadores que executam atividades em altura.

Os investimentos visaram sobretudo a melhoria da infraestrutura interna da Justiça Eleitoral paranaense e a eficiência na prestação do serviço público, permitindo a concretização dos objetivos estratégicos da instituição.

Além disso, foi realizada a aquisição de 1.520 urnas eletrônicas com orçamento próprio do TSE.

Cabe destaque para as 11.371 urnas cadastradas que representam 64,40% do total de bens registrados e 71,39% do valor dos bens cadastrados.

Considerando o planejamento do TSE referente à utilização dos modelos de urnas eletrônicas no território brasileiro, foi realizada a remessa de 4.505 urnas para TSE, Mato Grosso do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro e Pará, sendo o cadastramento das movimentações realizado no sistema ASIWEB pela Seção de Gestão de Patrimônio

Principais Investimentos (valores empenhados – dados SECOFC TRE-PR)	
Equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação	R\$ 2.723.511,97
Equipamentos de TIC - computadores	R\$ 1.889.910,04
Equipamentos de TIC - monitores	R\$ 815.797,93
Equipamentos de TIC - webcam	R\$ 17.804,00
Outros Materiais Permanentes e Equipamentos	R\$ 116.482.013,05
Condicionadores de ar	R\$ 613.061,54
Coleções e materiais bibliográficos - livros	R\$ 20.186,22
Material de proteção e segurança	R\$ 150.535,65
Urnas Eletrônicas	R\$ 46.788.253,70
Automóveis	R\$ 1.500.000,00
Mobiliário (sala Datacenter)	R\$ 1.879.903,44
Bens Permanentes	R\$ 65.530.072,50
Móveis	R\$ 274.022,93
Mobiliário em geral	R\$ 274.022,93
Aquisição e Desenvolvimento de Software	R\$ 2.374.381,85
Aquisição de software pronto	R\$ 2.374.381,85

Bens permanentes de maior relevância financeira - Acumulado		
Descrição	Quantidade	Valor
Urna Eletrônica	37.154	R\$ 36.778.789,24
Microcomputadores	5203	R\$ 6.217.325,61
Mobiliário	27.118	R\$ 4.233.563,88
Veículos	50	R\$ 4.111.325,47
Condicionadores de ar	1.540	R\$ 2.394.320,84
Monitores de vídeo	5.601	R\$ 1.819.308,35
Telefones	3.478	R\$ 424.555,61
Bebedouros	284	R\$ 197.788,78
Fragmentadoras	296	R\$ 144.373,53
Refrigeradores	285	R\$ 81.078,72
Forno de micro-ondas	203	R\$ 37.869,04
Impressoras de senha	243	R\$ 24.069,93

Desfazimento de Ativos

Ocorreu o desfazimento de 6.655 itens durante o exercício de 2022, totalizando o montante de R\$ 3.035.701,92. A relação dos desfazimentos encontra-se disponível [aqui](#).

Desfazimento de Ativos			
Tipo de Bem	Quantidade	Valor	Itens Doados
Bens Permanentes	6.655	R\$ 3.035.701,92	Urnas Eletrônicas (3322) Microcomputadores (640) Monitores de vídeo (636) Cadeiras/poltronas (376) Câmeras de segurança (215) Mesas para escritório (136) Aparelhos telefônicos (95) Softwares (83) Switches (47) Câmeras fotográficas (12)
Total	6.655	R\$ 3.035.701,92	

Desafios Atingidos, Status das Metas e Desafios 2022, Ações e Perspectivas Futuras

Desafios Atingidos

- Modernização e Redução de custos com energia elétrica: substituídas as lâmpadas por LED em 5 fóruns do interior;
- Revisão e Manutenção da cúpula de vidro do Fórum Eleitoral;
- Adequação de 12 imóveis quanto aos critérios de acessibilidade;
- Adequadas 11 unidades ao serviço em altura.

Metas não atingidas

Redução dos custos dos contratos continuados, sem perda da qualidade, considerando o cenário nas eleições, não foi viável implementados contratos de longa duração sem afetar a excelência do trabalho prestado.

Implementar um novo formato para os serviços de manutenção predial dos fóruns do interior do Estado por pólos, encontra-se em fase de estudos técnicos preliminares.

Em razão da alteração da estrutura administrativa, algumas metas atribuídas a esta Secretaria (como aperfeiçoamento dos procedimentos de gestão e fiscalização, realização de acordos de coope-

ração técnica com demais órgãos de segurança e inteligência, promover a instalação do novo sistema de CFTV em todas as unidades da JE e a criação do serviço de monitoramento de imagens CFTV e alarme) passaram a ser metas de outras Secretarias deste Tribunal.

Ações e Perspectivas Futuras

- Implementar o levantamento de demandas e estudos técnicos preliminares bem como a contratação e execução de reformas para os Fóruns Eleitorais dentro do próprio exercício financeiro para evitar valores em restos a pagar.
- Aumentar o número de imóveis averbados para 80%.
- Contratação integrada para 85% dos Fóruns.
- Implementar um novo formato para os serviços de manutenção predial dos Fóruns do interior do estado por polos.
- Adequações de 5 imóveis do interior para que possam ser regularizadas as documentações pelo Núcleo de Gestão Documental de Imóveis.

GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Conformidade Legal

No exercício de suas atividades são observadas as orientações e determinações dos Tribunais Superiores (TSE, STF e STJ), do Tribunal de Contas da União e do Conselho Nacional de Justiça, especialmente a Resolução CNJ nº 370/2021 que instituiu a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário para o período de 2021-2026.

Quanto às normas editadas pelo próprio TRE-PR tem grande relevância para a gestão da tecnologia da informação, entre outros normativos: a Resolução TRE-PR nº 756/2017, que instituiu o Comitê de Gestão da Tecnologia da Informação; a Portaria TRE-PR DG nº 425/2018, que institui o Comitê Executivo de Tecnologia da Informação (CETI) e a Portaria TRE-PR nº 350/2021, que aprovou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) para o biênio 2021/2022.

Modelo de governança de TI

O modelo de governança de TI adotado pelo TRE-PR prevê a atuação em três esferas.

Conselho de Governança

Composto pelos membros da alta administração do TRE-PR.

Comitê de Gestão de Tecnologia da Informação

Composto pelo secretário da TI, secretários de outras unidades do Tribunal, representantes de diversas coordenadorias subordinadas à Secretaria de Tecnologia da Informação, Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral – ASJUR e representantes de Cartório Eleitoral. É responsável, entre outros, pelo estabelecimento de estratégias, indicadores e metas institucionais, aprovação de planos de ações, bem como pela orientação das iniciativas e dos investimentos tecnológicos no âmbito institucional.

Comitê Executivo de Tecnologia da Informação

Composto pelos titulares da Secretaria de Tecnologia da Informação, das Coordenadorias vinculadas à TI, da Assistência de Apoio à Contratações de TI, da Assessoria de Segurança Cibernética e do Núcleo de Apoio à Governança de Tecnologia da Informação. É responsável, entre outros, pela elaboração de planos táticos e operacionais, análise das demandas, acompanhamento da execução de planos, estabelecimento de indicadores operacionais, e proposição de replanejamentos.

Principais contratações, iniciativas e sistemas

Principais Contratações

Executados diretamente pela SECTI: R\$ 6.956.534,04

Executado por outras Secretarias: R\$ 762.169,74

Segurança da Informação: R\$ 6.409.078,41

Total: R\$ 14.127.782,19

Contratações em Destaque

Solução de segurança para ambiente de hiperconvergência	R\$ 2.960.000,00
Solução integrada de colaboração e comunicação corporativa - Google Workspace	R\$ 840.325,49
Solução de gerenciamento de ativos e patches	R\$ 731.300,00
Aquisição de itens de segurança para Banco de Dados ORACLE	R\$ 594.800,00
Serviços de telecomunicações para prover comunicação entre o TRE-PR e respectivos cartórios eleitorais – (backbone secundário)	R\$ 422.251,27

Principais iniciativas

Disponibilização de nova plataforma de colaboração em nuvem, substituindo a solução atual de e-mail e colaboração.

Implantação de novo Datacenter.

Implantação de soluções de segurança da informação.

Implantação de plataforma de unificação dos canais de atendimento aos eleitores e advogados (multicanal).

Implantação de rede sem fio (wifi) no interior.

Implantação de Postos de Autoatendimento ao Eleitor.

Principais sistemas de TI em 2022

Diário da Justiça Eletrônico (DJE): utilizado para realização de publicações no Diário da Justiça Eleitoral.

Sistema de Atendimento ao Eleitor (ELO): responsável por manter o Cadastro Eleitoral.

Sistema de Informação de Direitos Políticos (InfoDip): responsável pelo encaminhamento e tratamento das comunicações de direitos políticos e óbitos.

Sistema Processo Administrativo Digital (PAD): responsável pelo registro e tramitação dos processos administrativos.

Sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe): responsável pelo registro e tramitação dos processos judiciais em 1º e 2º Graus de jurisdição.

Sistemas de Eleição: conjunto de sistemas destinados a suportar as diferentes fases do processo eleitoral, do tratamento das candidaturas à prestação de contas eleitorais, passando pela captação e totalização de votos.

Segurança da informação

O **Comitê Gestor de Segurança da Informação**, cujos membros foram nomeados pela Portaria TRE-PR nº 876/2021, organiza e mantém o Sistema de Gestão de Segurança da Informação na Justiça Eleitoral do Paraná, de acordo com a Resolução TSE nº 23.644/2021 (Política de Segurança da Informação da Justiça Eleitoral), com a Resolução CNJ nº 396/2021 (Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário) e com as normas ABNT NBR ISO/IEC 27001:2013 e 27002:2013.

Entre as principais medidas adotadas pelo Comitê Gestor de Segurança da Informação pode-se destacar:

- Reestruturada a Comissão de Segurança da Informação, face às Resoluções TSE nº 23.644/2021 (que dispõe sobre a Política de Segurança da Informação – PSI no âmbito da Justiça Eleitoral) e CNJ nº 396/2021, que institui a Estratégia Nacional de Segurança Cibernética do Poder Judiciário (ENSEC-PJ).
- Recomendada a criação de uma estrutura de segurança da informação, em consonância com a ENSEC-PJ.
- Acompanhamento de riscos e deliberação acerca da utilização de recursos informáticos, principalmente em face da realidade de trabalho remoto imposta pela pandemia de Covid-19.
- Acompanhamentos de diversos riscos para o período eleitoral, através de colaboração entre os diferentes entes da Justiça Eleitoral.

Principais Metas não Alcançadas e desafios

Principais Metas não alcançadas

Implementação do Outsourcing de Impressão.

Início do programa de Residência em TI.

Principais Desafios

Assegurar o atendimento da Resolução CNJ nº 370/2021, que instituiu a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).

Desenvolver uma cultura voltada para a inovação.

Desenvolver perfis de pessoal para os novos desafios.

Estabelecer uma estratégia de terceirização que permita ampliar a capacidade de entrega de soluções.

Adequar orçamento à mudança de paradigma investimento x custo na contratação de soluções de TI.

Ações e Perspectivas Futuras:

- Aperfeiçoamento da gestão de capacidade e recursos.
- Aperfeiçoamento do compliance com regulamentações internas e externas.
- Assegurar o atendimento da nova Resolução CNJ, que instituiu a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) para o período 2021-2026.
- Apoiar a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados.
- Atender às determinações da Resolução CNJ nº 480/2022, que trata das contratações de solução de tecnologia da informação e comunicação.
- Aproximação com as áreas de negócio para uma racionalização das iniciativas desenvolvidas.
- Unificar os serviços de suporte.
- Aperfeiçoar a capacidade de desenvolvimento de aplicações móveis.
- Aproximação com o mundo acadêmico através de Programa de Residência em TI.
- Evolução da infraestrutura de Datacenter e serviços em nuvem.
- Plataforma de colaboração em nuvem.
- Avanços em tecnologias de *Business Intelligence* e Inteligência Artificial.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A humanidade despertou para a imperiosa necessidade de ajustar a sua capacidade de agir, seja no plano individual ou corporativo, fundamentada em fins determinados e no discernimento de valores expressados nos conceitos da Sustentabilidade, e nesta linha de pensamento, o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE-PR, adota como um dos seus princípios, na elaboração de seu programa de ação, os modelos de gestão organizacional e de processos estruturados dentro dos conceitos da Sustentabilidade, em suas vertentes ambiental, econômica, social, jurídico-política, cultural e ética, em acordo com as normas vigentes e em cumprimento à Agenda 2030 da ONU, a qual o TRE-PR é um dos signatários.

Através do Plano de Logística Sustentável do TRE/PR – PLS – Ações 2022 foram contemplados objetivos e responsabilidades, ações, metas, prazos de execução, como também mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados que permitiram estabelecer e acompanhar as práticas de sustentabilidade, a racionalização, a eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho, considerando a visão sistêmica da Justiça Eleitoral, conforme preconiza o art. 10 da Resolução TSE nº 23.474/2016.

A normatização da política de sustentabilidade deu-se por meio da Resolução TRE-PR nº 807/2018, utilizada como fundamento para instituição, planejamento e execução de importantes ações, contemplando princípios e diretrizes para o desenvolvimento sustentável da instituição, abrangendo aspectos físicos, tecnológicos e humanos da organização.

- Saiba mais [aqui](#) e [aqui](#).

Conformidade Legal

No desenvolvimento das atividades relativas à sustentabilidade são observadas, entre outros, as disposições da Lei nº 12.305/2010, os Decretos nº 5940/2006 e nº 7.746/2012, a Resolução CNJ nº 400/2021, os princípios e recomendações expressas das Resoluções TSE nº 23.474/2016 e nº 23.505/2016 e as determinações da Resolução TRE-PR nº 807/2018.



CrITÉRIOS de Sustentabilidade nas Contratações e Aquisições

A Política de Gestão das Contratações do TRE-PR é disciplinada pela Resolução TRE-PR nº 815/2018. Entre as diretrizes estabelecidas destaca-se o incentivo à adoção de contratações sustentáveis, a fim de promover a aquisição e a utilização consciente de produtos e serviços.

As contratações efetuadas, conforme a Política Institucional de Sustentabilidade da Justiça Eleitoral do Paraná (Resolução TRE-PR nº 807/2018), deverão observar:

- critérios de sustentabilidade dentro da disponibilidade do mercado na fase de elaboração dos estudos técnicos preliminares para aquisição de bens e serviços, com a adequação dos projetos básicos, adoção de critérios de fiscalização, bem como análise da economicidade dos bens e serviços.
- critérios e práticas de sustentabilidade nos projetos de execução de obras e serviços de engenharia.
- o desempenho ambiental, social e ético dos produtos ou serviços que estão sendo adquiridos ao longo de toda a sua vida útil, priorizando, sempre que possível, aqueles com impactos ambientais minimizados, com sistemas de rotulagem confiáveis, eficazes e com verificação externa, como os selos verdes.
- emprego da logística reversa, sempre que possível, na destinação final de suprimentos de impressão, pilhas e baterias, pneus, lâmpadas,

óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens, bem como produtos eletroeletrônicos e seus componentes, de acordo com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, observadas as particularidades regionais.

Nas contratações sustentáveis, objetiva-se ainda:

- que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas vigentes da ABNT.
- que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances).
- que os bens guardem observância às normas técnicas da ABNT, e/ou estejam em conformidade com os regulamentos técnicos pertinentes expedidos pelo Inmetro e/ou com as exigências relativas à ergonomia, tratadas em Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e Emprego-TEM.
- que comprovem melhor desempenho energético.
- que apresentem critérios de rastreabilidade e/ou da origem dos insumos de madeira a partir de fontes legais e/ou de manejo sustentável ou de reflorestamento.
- que apresentem certificado de regularidade do Cadastro Técnico Federal (CTF), expedido pelo IBAMA, para substâncias agressoras da camada de ozônio, dentre outros.

As práticas de consumo do TRE-PR são respaldadas nas diretrizes dos **5Rs**:

Repensar a necessidade de consumo e os padrões de produção e consumo.

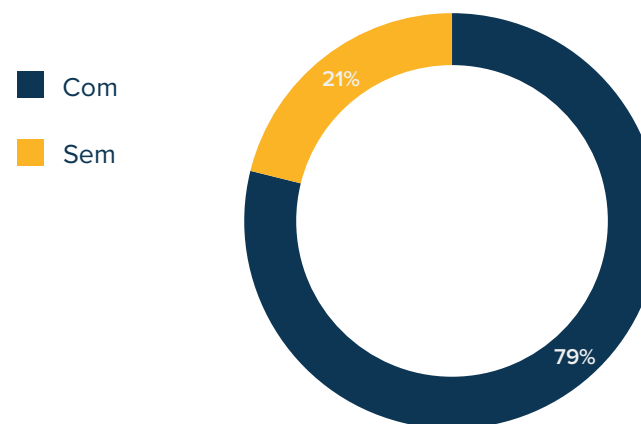
Recusar possibilidades de consumo desnecessários.

Reducir o consumo, optando por produtos que ofereçam menor potencial de geração de resíduos e tenham maior durabili-

Reutilizar, reaproveitando o que seria descartado.

Reciclar, transformando materiais usados em matérias-primas para outros produtos por meio de processos industriais ou artesanais.

Contratações com Critério de Sustentabilidade

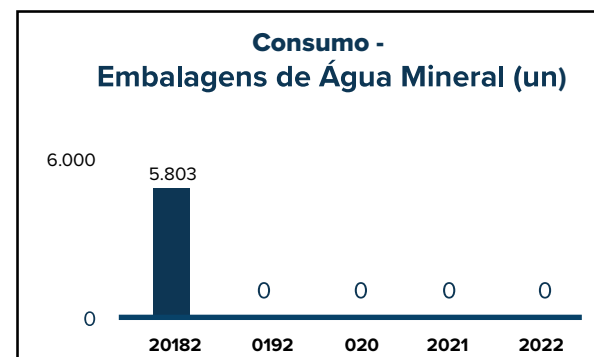
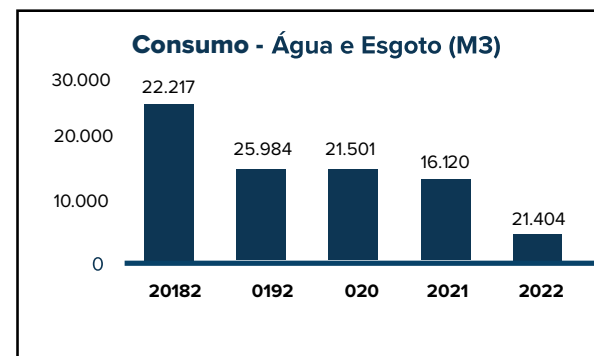
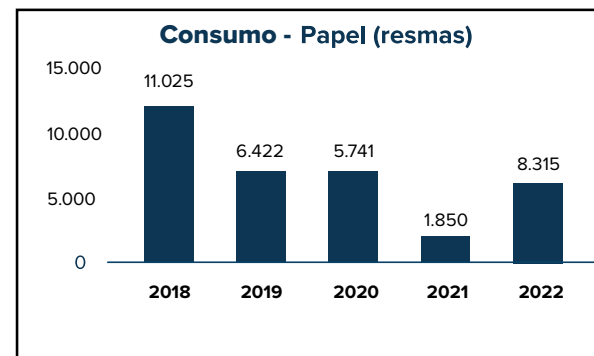


Fonte TRE-PR (SECGA)

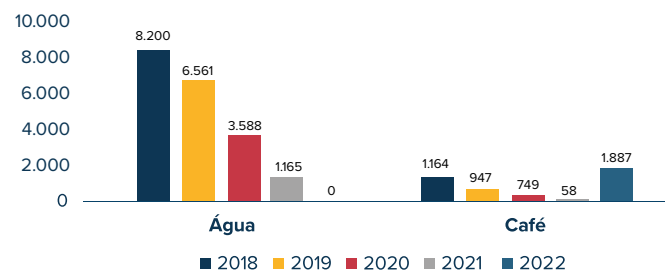
Redução do Consumo de Recursos Naturais e Resíduos Poluentes

Os avanços e resultados obtidos por este Tribunal Eleitoral, na aplicação dos conceitos e critérios da Sustentabilidade, e que vão ao encontro do cumprimento da Agenda 2030, como fatores indissociáveis na execução das múltiplas ações a cargo desta Instituição, contemplam nos estímulos para a modernização e racionalização dos processos administrativos, visando a melhor aplicação dos recursos públicos, a eliminação de desperdícios, o fazer o mais com menos sem perder a qualidade.

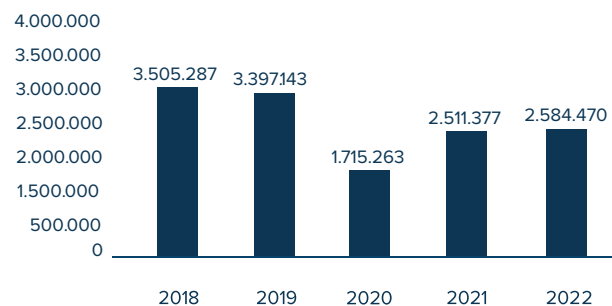
À título de exemplificação, quanto às ações que envolvem reduções de agentes poluentes: desde o início do funcionamento da Usina Fotovoltaica do TRE/PR (19/08/2019) até a data de 01/12/2022) a redução de emissão do CO² na atmosfera, por conta do uso da geração de energia elétrica por células fotovoltaicas, foi de 10.413.774 Kg.



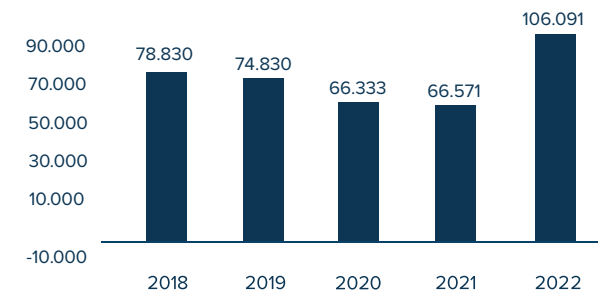
Copos Descartáveis (centos)



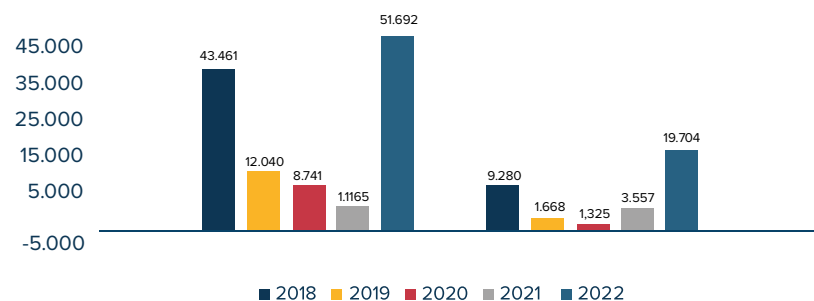
Energia Elétrica (kwh)



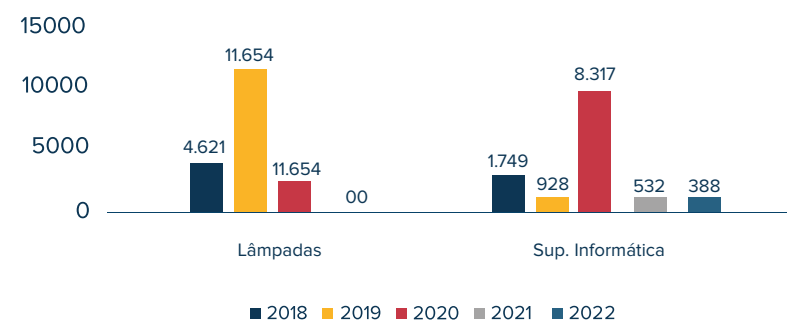
Combustível (litros)



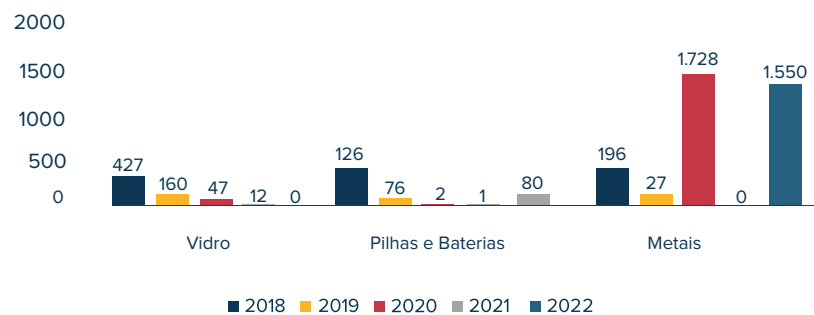
Destinação - Papel e Plástico (kg)



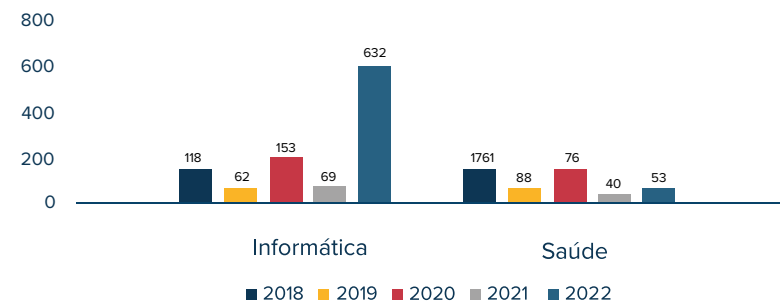
Destinação - Lâmpadas e Suprimentos de Informática (un)



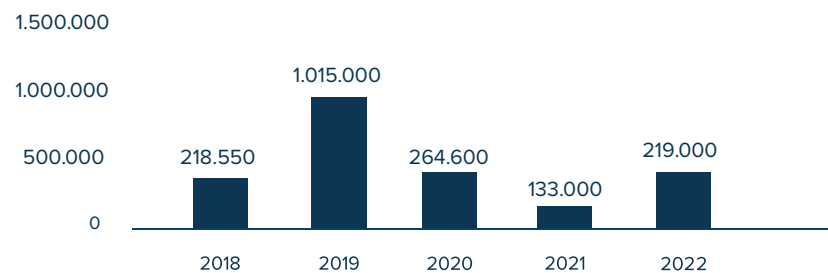
Destinação - Vidro, Pilhas e Baterias, Metais (Kg)



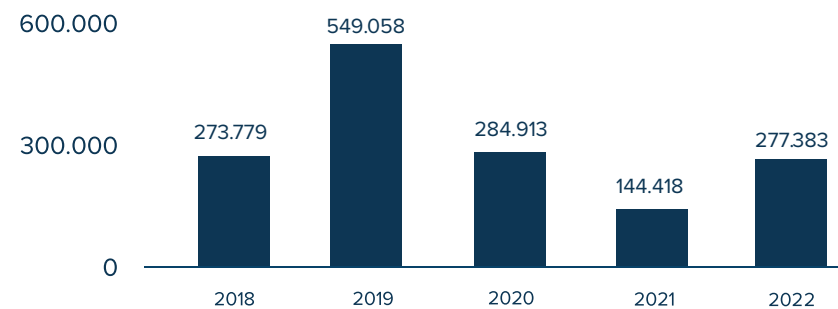
Destinação de Resíduos de Informática e Saúde (Kg)



Destinação - Resíduos de Obras e Reformas (Kg)



Destinação Total para Reciclagem (Kg)



Principais ações para redução de consumo de recursos naturais

Matérias na intranet: divulgadas orientações para sensibilizações e controle do uso dos recursos naturais visando a economia;

Comissão Temporária de Conservação de Energia: criada por meio da Portaria no 178/2021 com o objetivo de atender ao Decreto no 10.779/21, que determina a redução do consumo de energia elétrica no âmbito da administração pública federal.

Uso de cisternas para auxiliar na economia de água, mediante o reaproveitamento da água da chuva para regar plantas, lavar calçadas, entre outras atividades.

Gerenciamento e orientação da destinação das sobras de materiais de expediente, após o encerramento do pleito eleitoral e ainda aproveitáveis às entidades de interesse social, como nos próprios locais de votação e para as associações ou cooperativas de catadores de materiais recicláveis.

Adesão ao programa de logística reversa, denominado Planeta Lexmark, que recolhe cartuchos de toner usados e transforma em matéria-prima reutilizável.

Publicação da Portaria n.º 204/2011, que estabelece medidas para economia e racionamento do uso de energia elétrica no âmbito da Justiça Eleitoral do Paraná.

Gestão de resíduos, com a totalidade de termos de compromissos

firmados com Associações de catadores e cooperativas existentes nas Zonas Eleitorais, Capital Interior e Sede; inauguração do ECO-PONTO; manutenção permanente de campanhas para a destinação ambientalmente correta de resíduos recicláveis

Elaboração de vídeos comemorativos ao dia mundial do meio ambiente, voltados:

- Ao público interno do TRE-PR, com o tema “aquecimento global”, alerta, apresentações das boas práticas ambientais adotadas e orientações.
- À REDE Sustenta Paraná, com o tema “aquecimento global”, alerta e orientações de boas práticas ambientais. Este vídeo foi transmitido na semana do meio ambiente em eventos externos, como o da UTFPR.

Principais ações para redução de poluentes

Campanhas de reciclagem – “tampinha solidária”, materiais de escrita, esponjas, pilhas e baterias, lacres de alumínio, todas estruturadas em local propício com coletores específicos.

Projeto de Elaboração de Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (EGEE) para que se possa avaliar como as atividades do TRE-PR impactam, positivamente e negativamente, o meio ambiente e o Sistema climático, e a partir deste diagnóstico identificar estratégias para contribuir com o enfrentamento de mudanças climáticas, em alinhamento ao que preconiza o ODS 13 da Agenda 2030 e em cumprimento à Resolução CNJ n.º 347 de 13/10/20, que delibera sobre a política de governança das contratações públicas no Poder Judiciário e à Resolução n.º 400 de 16/06/21, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário.

Continuidade do Projeto de arborização.

Desafios e Ações Futuras

Desafios

Gestão de resíduos - diagnosticar e avaliar o grau de sustentabilidade na gestão de resíduos do TRE-PR, com enfoque nas dimensões sociais, ambientais e econômicas.

Reduzir e racionalizar o consumo de bens naturais.

Intensificar contratações sustentáveis com o objetivo de assegurar que na contratação de bens, serviços ou obras por parte da Administração Pública, seja selecionada a proposta mais vantajosa, dentre aquelas que cumpram os padrões de qualidade socioambiental aplicáveis, conforme exposto no art. 3º, caput, Lei nº 8.666/93).

Ações Futuras

Incentivar o combate ao desperdício, promovendo atividades voltadas para práticas de consumo consciente e efetividade do gasto público.

Promover campanhas de educação ambiental, com vistas à sensibilização e conscientização da força de trabalho e do público em geral.

Gerenciar e monitorar os indicadores de impacto ambiental em consonância com o Planejamento Estratégico, bem como revisar e fiscalizar ações, projetos e iniciativas das unidades do Tribunal que repercutam nesses indicadores.

Promover a redução do impacto negativo das atividades do órgão no meio ambiente com a adequada gestão dos resíduos gerados, visando a sua redução, por meio de incentivo a coleta seletiva, reciclagem de materiais e a inclusão socioeconômica dos catadores de resíduos, em consonância com a Política de Resíduos Sólidos e as limitações regionais.

SUPERVISÃO, CONTROLE E CORREIÇÃO

Visando garantir a legalidade, a eficiência, a economicidade, a eficácia e a legitimidade de atos, processos e procedimentos, o TRE-PR adota entre outras medidas a realização de cursos para capacitação, a contratação de treinamentos específicos, a edição de normas que orientam e disciplinam a atuação dos servidores, a elaboração de manuais, a adoção de mecanismos de controle interno, bem como a realização de auditorias, correições e inspeções.

Durante o ano de 2022 foram oferecidos treinamentos e diversos cursos de capacitação, os quais abordaram, entre outros temas: desenvolvimento de gestores no setor público, lei geral de proteção de dados pessoais, gerenciamento de riscos, gestão e fiscalização de contratos, aprendizado da ferramenta Microsoft Power BI, aprendizado e desenvolvimento de técnicas de comunicação e gestão de conflitos.

Mecanismos de controle interno foram

adotados pelas próprias unidades, visando sempre prevenir ou corrigir eventuais falhas na realização dos procedimentos. A atividade correcional, exercida pelo Corregedor Regional Eleitoral em todo o Estado do Paraná e pelos Juízes Eleitorais, no limite de sua jurisdição, visou à orientação, fiscalização, padronização e inspeção dos serviços eleitorais, aferindo a qualidade e a regularidade do funcionamento dos cartórios. Em razão da pandemia, em 2022, o Tribunal realizou as inspeções/correições, em sua maioria, de forma virtual

Auditoria Interna

A auditoria interna tem como missão aumentar e proteger o valor institucional, mediante a adoção de abordagem sistemática para a avaliação e melhoria da eficácia, da eficiência, da efetividade e da economicidade dos processos de governança, de gestão, de gerenciamento de riscos e de controle, de forma a contribuir para o alcance dos objetivos.

O Plano de Auditoria de Longo Prazo – PALP, prevê as ações a serem realizadas no prazo de 04 anos enquanto Plano Anual de Auditoria – PAA estabelece as ações que serão executadas durante o exercício. Ambos estão disponíveis [aqui](#).

Em 2022 foram realizadas auditorias 05 e 02 consultorias

Autoinspeção Anual

Efetivada anualmente pelo Juiz Eleitoral da Zona respectiva, em exercício, titular ou substituto. Em 2022, todas as Zonas Eleitorais fizeram a autoinspeção anual.

Autoinspeção Inicial

Efetivada pelo Juiz Eleitoral no prazo de 30 dias, contados da data em que assumir a titularidade da Zona Eleitoral respectiva. Em 2022, 25 Zonas Eleitorais fizeram a autoinspeção inicial.

Inspeção de Ciclo

Fiscalização periódica dos serviços da zona eleitoral, efetivada pela Corregedoria Regional Eleitoral, conforme cronograma anual previamente estabelecido em Portaria, havendo ou não evidências de irregularidades, podendo ser geral ou parcial, caso abranja ou não todos os serviços realizados na zona eleitoral. Em 2022, foram realizadas 24 inspeções de ciclo, das quais 18 de forma virtual e 6 de forma semipresencial.

Correição Extraordinária

Procedimento de natureza excepcional, a ser efetivado pela Corregedoria Regional Eleitoral ou Juízo Eleitoral, realizável a qualquer tempo, independentemente de prévio aviso, destinada à apuração de fatos determinados, relacionados com deficiências graves ou relevantes dos serviços judiciais e eleitorais ou que prejudiquem a prestação jurisdicional, a disciplina e o prestígio da Justiça Eleitoral ou, ainda, representem descumprimento de resoluções ou outros atos normativos dos tribunais ou corregedorias eleitorais. Em 2022 foi realizada 1 correição extraordinária de forma virtual.

RELATÓRIO DE GESTÃO - 2022

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS



DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, exerce o papel de Setorial Contábil, de Unidade Gestora - UG, sendo responsável apenas pela sua contabilidade.

A responsabilidade pela análise e validação das demonstrações contábeis fica a cargo da Coordenadoria de Finanças e Contabilidade – unidade vinculada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade – cuja titular é a servidora Cecília Maria Wosch Crisóstimo (Analista Judiciária – Área Administrativa). As atribuições da Coordenadoria estão previstas no art. 100 da [Resolução nº 878/2021](#).

A responsável pelo registro da conformidade contábil, desde 15/10/2014, é Angela Cristane Sosnowski Cardoso (CRC/PR 032635/O-4). A servidora ocupa o cargo de Analista Judiciária – Especialidade Contabilidade e está lotada na Coordenadoria de Finanças e Contabilidade.

Os procedimentos adotados baseiam-se:

- nos Princípios e Normas Contábeis Aplicáveis ao Setor Público;
- no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público;
- no Plano de Contas da União, e;
- nos Manuais disponibilizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, as chamadas Macrofunções.

Todas as atividades têm como objetivo assegurar a integridade, fidedignidade e confiabilidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI.

As demonstrações contábeis foram elaboradas observando as normas contábeis vigentes no Brasil, quais sejam:

- Lei nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
- Normas Brasileiras de Contabilidade Técnicas do Setor Público (NBC TSP), e;
- Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 8ª ed.– MCASP e Manual SIAFI.

São elas:

Balanço Orçamentário

Compara os valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento.

Balanço Financeiro

Evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Balço Patrimonial	Demonstraço das Variaço Patrimoniais
Evidencia ativos e passivos do órgão.	Evidencia o resultado patrimonial do período, fruto do confronto das variaço patrimoniais aumentativas (receitas) com as variaço patrimoniais diminutivas (despesas).

Notas explicativas sobre as informações contábeis estão disponíveis, na íntegra [aqui](#).

Principais Mudanças nas Práticas e Procedimentos Contábeis

Durante o ano de 2022 houve continuidade nas ações voltadas ao aperfeiçoamento de procedimentos internos referentes a bens imóveis, bens intangíveis, duodécimos de férias a pagar, saldos contratuais entre outros.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário. É estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

As despesas empenhadas e não pagas até o dia 31 de dezembro do exercício, são inscritas em restos a pagar, em atendimento aos artigos 35 e 36 da Lei nº 4.320/64, que as distingue em processadas e não processadas.

O déficit orçamentário, no montante de R\$ 438.110.416,03, ocorre em função desta Unidade de Prestação de Contas – UPC, não possuir receitas orçamentárias, pois apenas executa despesas para a prestação dos serviços públicos e realização de investimento, não sendo, portanto um agente arrecadador. Observe-se que o valor do déficit orçamentário corresponde ao valor total das despesas empenhadas.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO				
RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
DEFICIT			438.110.416,03	438.110.416,03
TOTAL	-	-	438.110.416,03	438.110.416,03
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS		8.632.413,00		-8.632.413,00
Créditos cancelados		8.632.413,00		

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	366.845.768,00	374.203.181,00	429.175.904,24	424.533.542,93	424.391.507,14	-54.972.723,24
Pessoal e Encargos Sociais	306.576.859,00	309.966.774,00	323.401.678,19	320.478.843,63	320.383.161,43	-13.434.904,19
Outras Despesas Correntes	60.268.909,00	64.236.407,00	105.774.226,05	104.054.699,30	104.008.345,71	-41.537.819,05
DESPESAS DE CAPITAL	7.723.000,00	8.998.000,00	8.934.511,79	8.922.056,75	8.922.056,75	63.488,21
Investimentos	7.723.000,00	8.998.000,00	8.934.511,79	8.922.056,75	8.922.056,75	63.488,21
TOTAL	374.568.768,00	383.201.181,00	438.110.416,03	433.455.599,68	433.313.563,89	(54.909.235,03)

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	50.856,19	3.953.029,39	1.835.578,14	1.835.578,14	2.168.307,44	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	2.564.000,00	538.177,11	538.177,11	2.025.822,89	-
Outras Despesas Correntes	50.856,19	1.389.029,39	1.297.401,03	1.297.401,03	142.484,55	-
DESPESAS DE CAPITAL	3.998,00	2.866.143,90	2.869.379,36	2.869.379,36	0,03	762,51
Investimentos	3.998,00	2.866.143,90	2.869.379,36	2.869.379,36	0,03	762,51
TOTAL	54.854,19	6.819.173,29	4.704.957,50	4.704.957,50	2.168.307,47	762,51

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS					
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	104.048,24	10.211,87	-	35.035,58	79.224,53
Outras Despesas Correntes	104.048,24	10.211,87	-	35.035,58	79.224,53
DESPESAS DE CAPITAL	-	14.146,80	14.146,80	-	-
Investimentos	-	14.146,80	14.146,80	-	-
TOTAL	104.048,24	24.358,67	14.146,80	35.035,58	79.224,53

BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro reflete os ingressos e dispêndios de natureza orçamentária e extra orçamentária, bem como os saldos provenientes do exercício anterior e aqueles transferidos para o exercício seguinte. As transferências financeiras são realizadas mensalmente, e recebidas por meio de sub-repasses do Tribunal Superior Eleitoral – TSE. A íntegra das Notas Explicativas pode ser acessada [aqui](#).

BALANÇO FINANCEIRO EM REAIS			
INGRESSOS	2022	2021	AH
Transferências Financeiras Recebidas	437.560.953,41	370.654.356,57	
Resultantes da Execução Orçamentária	435.308.699,38	367.019.639,24	
Sub-repasse Recebido	435.308.699,38	367.019.639,24	18,61%
Independentes da Execução Orçamentária	2.252.254,03	3.634.717,33	
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	2.215.946,80	3.612.736,14	-38,66%
Demais Transferências Recebidas	2.312,13	7.113,80	-67,50%
Movimentação de Saldos Patrimoniais	33.995,10	14.867,39	128,66%
Recebimentos Extraorçamentários	12.299.951,44	10.776.912,54	
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	142.035,79	24.358,67	483,10%
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	4.654.816,35	6.819.173,29	-31,74%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.759.106,29	104.707,73	1580,02%
Outros Recebimentos Extraorçamentários	5.743.993,01	3.828.672,85	
Arrecadação de Outra Unidade	5.743.993,01	3.827.168,85	50,08%
Demais Recebimentos		1.504,00	-100,00%
Saldo do Exercício Anterior	2.226.160,12	217.290,84	
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.226.160,12	217.290,84	924,51%
TOTAL INGRESSOS	452.087.064,97	381.648.559,95	
DISPÊNDIOS	2022	2021	AH
Despesas Orçamentárias	438.110.416,03	371.301.392,48	
Ordinárias	379.997.318,32	307.479.185,40	23,58%
Vinculadas	58.113.097,71	63.822.207,08	
Seguridade Social (Exceto Previdência)		6.771.193,00	-100,00%
Previdência Social (RPPS)	53.389.053,03	52.828.248,08	1,06%
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	4.724.044,68	4.222.766,00	11,87%
Transferências Financeiras Concedidas	5.780.300,24	3.849.150,04	
Independentes da Execução Orçamentária	5.780.300,24	3.849.150,04	50,17%
Movimento de Saldos Patrimoniais	5.780.300,24	3.849.150,04	50,17%
Pagamentos Extraorçamentários	6.475.432,42	4.271.857,31	
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	14.146,80	11.294,19	25,26%
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	4.704.957,50	4.147.808,77	13,43%
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.756.328,12	112.754,35	1457,66%
Saldo para o Exercício Seguinte	1.720.916,28	2.226.160,12	
Caixa e Equivalentes de Caixa	1.720.916,28	2.226.160,12	-22,70%
TOTAL DISPÊNDIOS	452.087.064,97	381.648.559,95	

BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que retrata a composição qualitativa e quantitativa do Patrimônio da Entidade Pública, constituído por bens, direitos (Ativo) e obrigações (Passivo), e pela situação líquida patrimonial representada pelo Patrimônio Líquido apurada pela diferença entre os elementos do ativo e do passivo.

Os atos e fatos da gestão foram registrados de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade vigentes na Administração Pública Federal, na forma estabelecida pela legislação em vigor, complementada pelas orientações contidas no Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Disponibilidades: são mensuradas pelo valor original, em moeda nacional.

Créditos e valores a receber: são mensuradas pelo valor original, em moeda nacional. Para valores a receber referentes ao adiantamento do auxílio alimentação são

reconhecidos como despesa pelo regime de competência.

Estoques: são compostos pelos materiais adquiridos, enquanto não utilizados, para a destinação específica. São mensurados pelo valor original, incluem todos os custos de aquisição e o método para mensuração e avaliação das saídas é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei nº. 4.320/64 e NBC TSP 04/2016.

Despesas pagas antecipadamente: os valores pagos antecipadamente com a aquisição de assinaturas, contratação de seguros para veículos e imóveis e contratação de serviços técnicos de tecnologia da informação e subscrição de sistemas, são registrados observando os princípios da competência e oportunidade por seu valor original. Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos de despesas antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço ao TRE ocorrerão

durante o exercício de 2023. Serão reconhecidas como despesa, em conta de resultado, à medida que forem sendo realizadas por procedimento automático do sistema SIAFI.

Bens móveis: Compreende os bens que têm existência material e que podem ser transportados por movimento próprio ou removidos sem alteração da substância ou da destinação econômico-social. São registrados pelo valor de aquisição e depreciados pelo método de cálculo das quotas constantes.

Bens Imóveis: Os bens imóveis do ativo imobilizado dividem-se em duas categorias.

01 - Registrados no Spiunet: tiveram o cadastramento inicial realizado pela Secretaria de Patrimônio da União – SPU, a qual não se aproveita do custo efetivo da construção da obra pois se utiliza de parâmetros próprios de avaliação e análise de preço em seus registros. A reavaliação ou atualização dos valores destes imóveis

é realizada a partir do sistema SPIUNET, mediante o preenchimento de informações pela Coordenadoria de Material e Patrimônio com base nos parâmetros de mercado e do sistema.

02 - Não registrados no Spiunet: estão demonstrados pelo custo histórico efetivo da construção da obra.

Depreciação: a metodologia de cálculo para o registro da depreciação no patrimônio é o de quotas constantes, calculadas sobre valores compatíveis com a vida útil do bem, em percentuais aplicados uniformemente, reconhecida no resultado como variação patrimonial diminutiva, e, no balanço patrimonial, representada em conta redutora do ativo não-circulante. A depreciação dos bens móveis é calculada pelo sistema ASIWEB cujos valores são lançados no sistema SIAFI pela Seção de Gestão do Patrimônio.

Intangíveis: É um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de

benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. São registrados pelo valor de aquisição sendo que referem-se apenas a softwares. São classificados em softwares com vida útil indefinida e definida a partir da informação da Secretaria da Tecnologia de Informação do período que serão utilizados.

Amortização: realizada para os bens intangíveis que tiverem vida útil considerada como definida tendo como característica a redução do valor do bem. O cálculo leva em consideração o tempo de utilização prevista do software a partir do momento que está disponível para uso. É reconhecida mensalmente em conta de variação patrimonial diminutiva contra uma conta retificadora do ativo.

Passivos circulantes: são reconhecidos pelo regime de competência, com base no valor histórico e estão classificados em passivos circulantes e passivos não circulantes em obediência ao prazo de 12 meses de exigibilidade.

Gratificação natalina: os duodécimos

de gratificação natalina obedecem às orientações contidas na Macrofunção 02.11.42 – Folha de Pagamento e a Orientação SOF/TSE nº 10/2018.

Férias: os duodécimos de férias obedecem às orientações contidas na Macrofunção 02.11.42 – Folha de Pagamento e a Orientação SOF/TSE nº 10/2018.

Passivo anterior: o reconhecimento de passivos oriundos de despesas sem dotação orçamentária são registrados obrigatoriamente com expressa autorização do ordenador de despesas do reconhecimento de dívida. Lançadas em conta de passivo anterior com ISF P e a despesa realizada somente após comprovada, e suficiente, a disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

Ajustes de Exercícios Anteriores: são registrados em decorrência de efeitos da mudança de política contábil e de

reconhecimento de eventos ocorridos em exercícios anteriores cujo elemento de despesa do empenho tenha classificação 92 – despesa de exercício anterior e utilizado no orçamento do exercício corrente.

Receitas: o TRE-PR não tem fonte própria de receita. Suas despesas são liquidadas e pagas, utilizando-se dos sub-repasses financeiros recebidos mensalmente do Tribunal Superior Eleitoral - TSE.

Restos a Pagar (RP): sob o aspecto orçamentário, o ato de emissão do empenho constitui a despesa orçamentária gerando os registros contábeis correspondentes para o seu reconhecimento. Para efeito do encerramento do exercício financeiro é considerada a definição de pertencimento ao exercício de competência da despesa para apropriação e classificação da despesa, identificando as regras que estabelecem a apuração das despesas que serão pagas no exercício seguinte.

A íntegra das Notas Explicativas pode ser acessada [aqui](#).



BALANÇO PATRIMONIAL EM REAIS				
PASSIVO	NE	2022	2021	AH
CIRCULANTE		21.209.960,91	20.488.977,33	
Obrigações Trabalhistas	9	21.079.535,88	20.357.664,84	3,55%
Fornecedores		2.068,74	2.905,58	-28,80%
Demais Obrigações	10	128.356,29	128.406,91	-0,04%
NÃO CIRCULANTE		9.244,22	9.244,22	
Demais Obrigações	11	9.244,22	9.244,22	0,00%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		399.803.956,50	348.390.072,09	
Demais Reservas	12	99.840.124,53	89.718.793,70	11,28%
Resultados Acumulados		299.963.831,97	258.671.278,39	
Resultado do Exercício	13	53.528.041,25	12.531.347,76	327,15%
Resultados de Exercícios Anteriores	14	258.671.278,39	271.434.004,82	-4,70%
Ajustes de Exercícios Anteriores	15	(12.235.487,67)	(25.294.074,19)	-51,63%
TOTAL DO PASSIVO		421.023.161,63	368.888.293,64	

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
ATIVO FINANCEIRO	1.720.916,28	2.226.160,12	PASSIVO FINANCEIRO	4.888.861,57	7.011.678,61
ATIVO PERMANENTE	419.302.245,35	366.662.133,52	PASSIVO PERMANENTE	20.985.159,91	20.357.664,84
			SALDO PATRIMONIAL	95.149.140,15	341.518.950,19

QUADRO DE COMPENSAÇÕES					
ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	3.505.420,87	2.462.319,87	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	91.160.015,77	76.696.282,56
Atos Potenciais Ativos	3.505.420,87	2.462.319,87	Atos Potenciais Passivos	91.160.015,77	76.696.282,56
Garantias Recebidas a Executar	3.437.685,12	2.391.950,71	Obrigações Contratuais a Executar	91.160.015,77	76.696.282,56
Direitos Contratuais a Executar	67.735,75	70.369,16			
TOTAL	3.505.420,87	2.462.319,87	TOTAL	91.160.015,77	76.696.282,56

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-3.157.733,42
Recursos Vinculados	-10.211,87
Previdência Social (RPPS)	0,00
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	-10.211,87
TOTAL	-3.167.945,29

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS- DVP

A DVP evidencia as variações quantitativas, o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária. As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, e as variações qualitativas são decorrentes de transações no setor público que alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido. O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

A íntegra das Notas Explicativas pode ser acessada [aqui](#).

DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS			
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - VPA	NE	2022	2021
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		11.290,01	7.404,63
Juros e Encargos de Mora	16	11.290,01	7.404,63
Transferências e Delegações Recebidas		445.604.675,90	377.067.978,96
Transferências Intragovernamentais	17	437.560.953,41	370.655.886,57
Outras Transferências e Delegações Recebidas	18	8.043.722,49	6.412.092,39
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		48.351.729,51	3.667.785,93
Ganhos com Incorporação de Ativos	19	48.324.885,44	3.667.107,33
Ganhos com Desincorporação de Passivos	20	26.844,07	678,60
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		5.733.021,00	3.821.125,84
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		5.733.021,00	3.821.125,84
Outras	21	5.733.021,00	3.821.125,84
TOTAL VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - VPA		499.700.716,42	384.564.295,36
Ganhos com Desincorporação de Passivos		678,60	678,60
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		3.821.125,84	4.554.162,19
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	21	3.821.125,84	4.554.162,19
Multas código eleitoral			
Outras		3.821.125,84	4.554.162,19
TOTAL VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		384.564.295,36	424.331.897,32

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - VPD	NE	2022	2021
Pessoal e Encargos	22	278.719.048,19	267.494.473,34
Remuneração a Pessoal		227.680.278,19	216.157.311,29
Encargos Patronais		39.216.239,22	39.801.561,83
Benefícios a Pessoal		11.822.520,78	11.535.520,22
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		10,00	80,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	23	54.701.096,70	53.135.694,03
Aposentadorias e Reformas		43.542.615,13	42.538.978,17
Pensões		11.047.689,72	10.460.709,11
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		110.791,85	136.006,75
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		102.444.843,41	46.378.002,66
Uso de Material de Consumo	24	6.845.499,53	1.339.710,90
Serviços	25	86.170.490,96	36.917.037,03
Depreciação, Amortização e Exaustão	26	9.428.852,92	8.121.254,73
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		650,79	1.762,95
Juros e Encargos de Mora		650,79	401,33
Descontos Financeiros Concedidos		-	1.361,62
Transferências e Delegações Concedidas		7.851.830,80	4.663.385,00
Transferências Intragovernamentais	27	5.780.300,24	3.849.150,04
Outras Transferências e Delegações Concedidas	28	2.071.530,56	814.234,96
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		631.412,33	116.062,62
Perdas Involuntárias	29	52.863,02	116.062,62
Incorporação de Passivos	30	3.185,64	-
Desincorporação de Ativos	31	575.363,67	-
Tributárias	32	90.845,48	77.818,31
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		13.975,23	12.803,48
Contribuições		76.870,25	65.014,83
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	33	1.732.947,47	165.748,69
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		1.732.947,47	165.748,69
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - VPD		446.172.675,17	372.032.947,60
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO = VPA - VPD	34	53.528.041,25	12.531.347,76

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – DFC

A Demonstração do Fluxo de Caixa apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento. A DFC identifica as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa, os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

A geração líquida de caixa e equivalentes de caixa do exercício de 2022 foi positiva, no montante de R\$ 1.720.916,28.

A íntegra das Notas Explicativas pode ser acessada [aqui](#).

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2022	2021
INGRESSOS	445.064.052,71	374.587.737,15
Outros Ingressos Operacionais	445.064.052,71	374.587.737,15
Ingressos Extraorçamentários	1.759.106,29	104.707,73
Transferências Financeiras Recebidas	437.560.953,41	370.654.356,57
Arrecadação de Outra Unidade	5.743.993,01	3.827.168,85
Demais Recebimentos	0,00	1.504,00
DESEMBOLSOS	-433.768.053,64	-364.750.837,77
Pessoal e Demais Despesas	-387.998.952,22	-321.984.435,05
Judiciário	-332.989.679,21	-268.977.226,38
Previdência Social	-54.976.521,78	-53.007.208,67
Encargos Especiais	-32.751,23	
Transferências Concedidas	-38.232.473,06	-38.804.498,33
Intragovernamentais	-38.232.473,06	-38.804.498,33
Outros Desembolsos Operacionais	-7.536.628,36	-3.961.904,39
Dispêndios Extraorçamentários	-1.756.328,12	-112.754,35
Transferências Financeiras Concedidas	-5.780.300,24	-3.849.150,04
TOTAL DOS FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	11.295.999,07	9.836.899,38
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	2022	2021
DESEMBOLSOS	11.801.242,91	7.828.030,10
Aquisição de Ativo Não Circulante	9.366.556,28	7.796.236,80
Outros Desembolsos de Investimentos	2.434.686,63	31.793,30
TOTAL DOS FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	11.801.242,91	7.828.030,10
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-505.243,84	2.008.869,28
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	2.226.160,12	217.290,84
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	1.720.916,28	2.226.160,12

RELATÓRIO DE GESTÃO - 2022

ANEXOS E APÊNDICES



GESTÃO DE CUSTOS

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, foi elaborada a fim de atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistemática de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Órgão.

Foi desenvolvida uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia objetiva adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em quase de 2.200 municípios e de possuir mais de 2.700 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática de custos que permitisse a comparação dos custos entre as diversas regiões do país, de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade, que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca pela eficiência e melhoria da qualidade dos gastos.

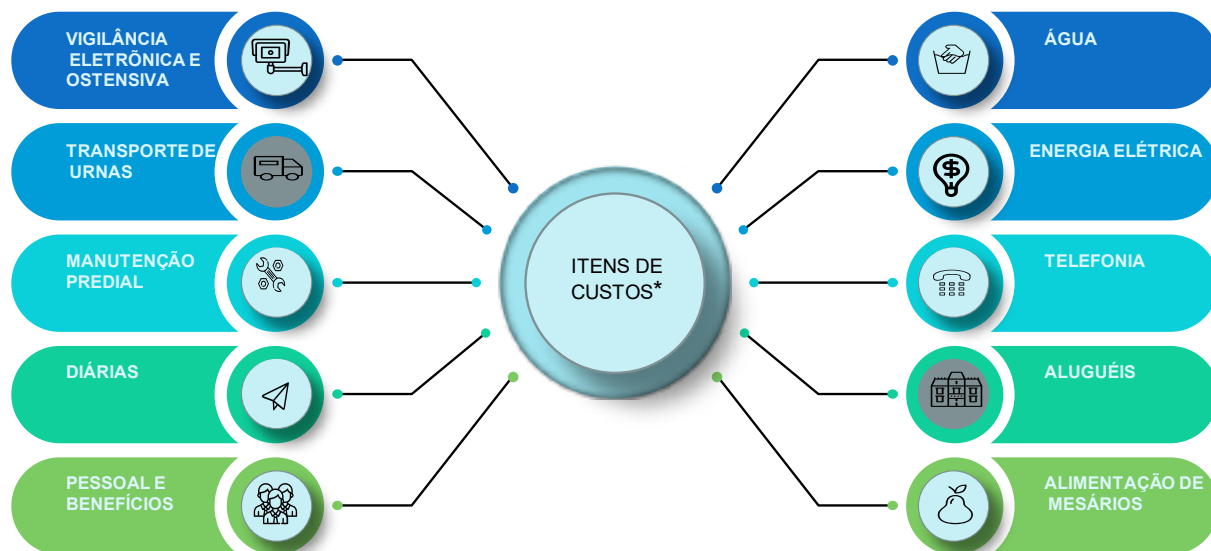
Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido sistema denominado “Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos – SIGEC”, onde são fornecidas as informações de custos, obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados realizada junto aos Tribunais Eleitorais. Essa captação é gerida pela Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade – SOF/TSE, sendo esta a Setorial de Custos da Justiça Eleitoral.

O fluxo do processo da apuração de custos ocorre da seguinte maneira:



Nessa metodologia existem dois eixos de informações, “Itens de Custos” e “Atividades/Serviços”.

No eixo dos “**Itens de Custos**”, procura-se responder à questão “**Com o quê?**”, e apresenta a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



*Atualmente são 48 itens de custos

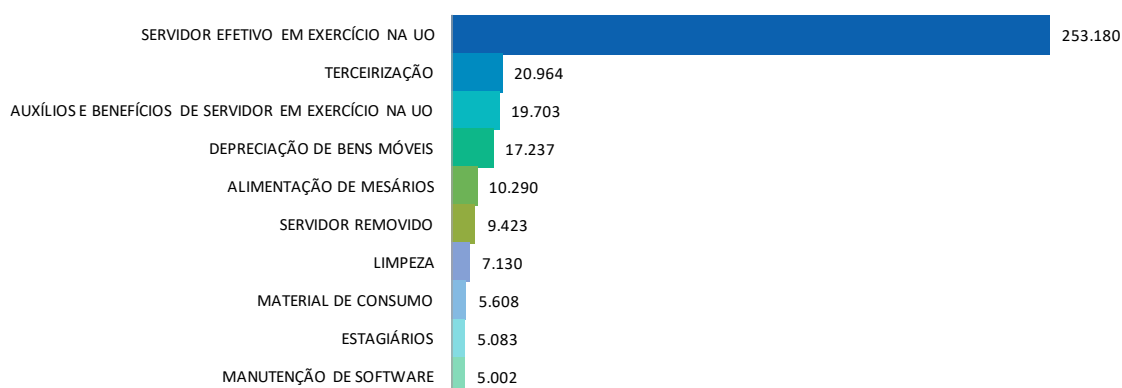
No eixo das “**Atividades/Serviços**”, procura-se responder à questão “**Para quê?**”, e apresenta o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados:



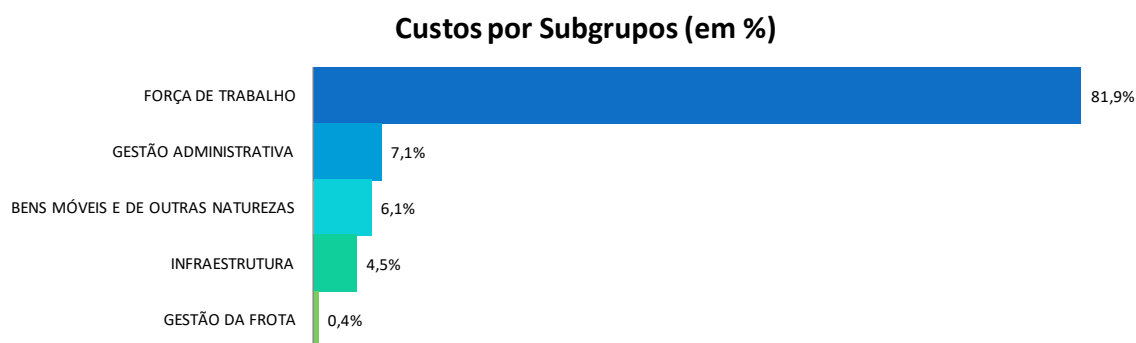
*Pode-se ter até 10 Atividades/Serviços, e algumas, como os Plebiscitos, por exemplo, ocorrem apenas esporadicamente.

Relativamente aos custos apurados do **Tribunal Regional Eleitoral do Paraná no exercício de 2022**, que somam um total de R\$ 383.136.487,43, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:

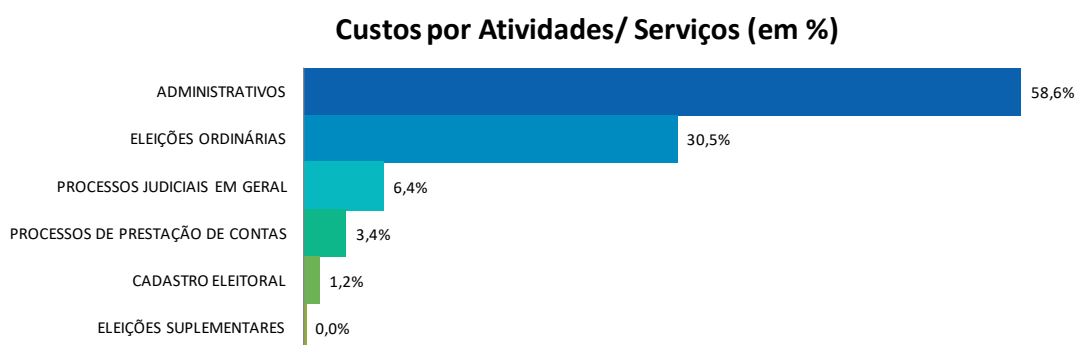
10 maiores itens de custos (em R\$ mil)



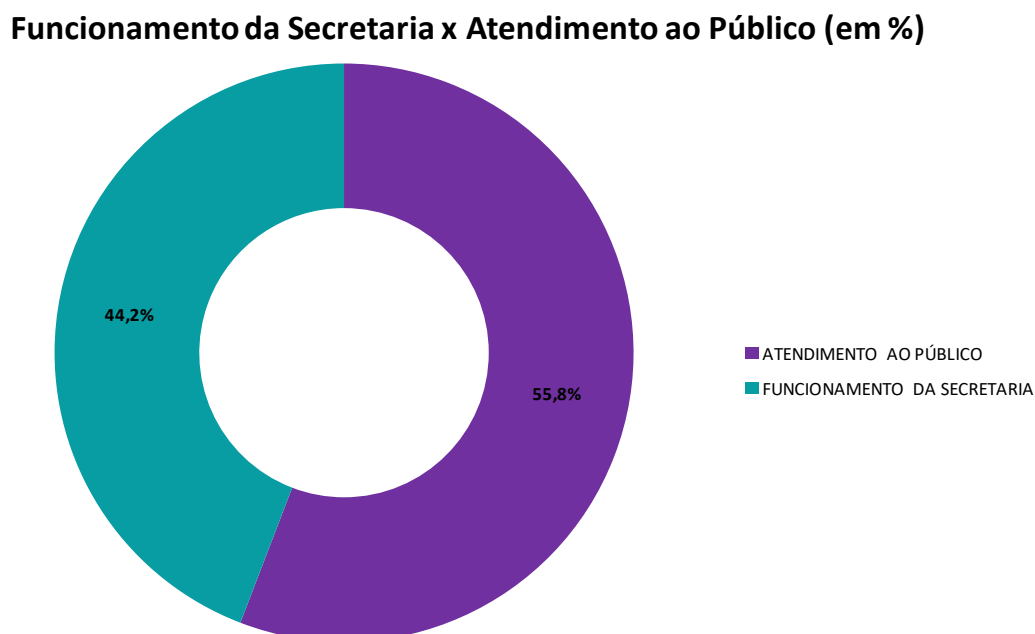
Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de Subgrupos, temos a seguinte distribuição:



Os dados das Atividades/Serviços estão representados abaixo:



Quanto à distribuição dos custos entre o Atendimento ao Público e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:



Por fim, cumpre ressaltar que as informações de custos estão em constante aprimoramento e amadurecimento, com a incorporação de novas técnicas e ferramentas, na busca por contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral. Ademais novos relatórios gerenciais têm sido disponibilizados com base na apuração de custos realizada, buscando ampliar a usabilidade das informações por parte dos gestores da Justiça Eleitoral.